

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

DANDARA MARIA ONILARI FERREIRA DA SILVA

***“PORQUE MEU CORPO TÁ ALI E ELE É ALVO DESSAS DUAS COISAS”:***  
**Racismo e sexismo nas experiências de militância de jovens feministas negras**

Recife

2019

DANDARA MARIA ONIILARI FERREIRA DA SILVA

***“PORQUE MEU CORPO TÁ ALI E ELE É ALVO DESSAS DUAS COISAS”:***  
**Racismo e sexismo nas experiências de militância de jovens feministas negras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

**Área de concentração:** Psicologia

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra<sup>a</sup>. Jaileila de Araújo Menezes

Recife  
2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586p Silva, Dandara Maria Oniilari Ferreira da.  
“Porque meu corpo tá ali e ele é alvo dessas duas coisas” : racismo e sexismo nas experiências de militância de jovens feministas negras / Dandara Maria Oniillari Ferreira da Silva. – 2019.  
113 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jaileila de Araújo Menezes.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2019.  
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Feminismo. 3. Mulheres negras. 4. Racismo. 5. Sexismo.  
6. Interseccionalidade. I. Menezes, Jaileila de Araújo (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2020-025)

DANDARA MARIA ONILARI FERREIRA DA SILVA

***“PORQUE MEU CORPO TÁ ALI E ELE É ALVO DESSAS DUAS COISAS”:***  
**Racismo e sexismo nas experiências de militância de jovens feministas negras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 30/04/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jaileila de Araújo Menezes (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Denise Maria Botelho (Examinadora Externa)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Karla Galvão Adrião (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

À mainha

## AGRADECIMENTOS

A jornada ao longo dos dois anos de mestrado só foi possível pela certeza de não estar sozinha e contar com os meus sem dúvida foi fundamental. Com muito carinho agradeço às pessoas que de algum modo foram importantes em fazer de mim autora deste trabalho.

“Mesmo quando não sabemos para onde vamos, sempre nos lembramos de onde viemos”, diz um provérbio Iorubá que vi escrito na casa de meu pai, uma vez. É trazendo-o, que agradeço a minha família inteirinha por torcer e celebrar junto comigo as conquistas ao longo dos anos. É dela que venho e nela que encontro a segurança de sempre poder voltar.

À Cristina, mainha, a mulher que mais fez por mim na vida, a quem gostaria de um dia retribuir tanto esforço; à Joab, papai, mestre e provocador; à Helena, minha madrastra; a meus irmãos e irmã, malungos, companheiros do mesmo barco: Oranian, Orumilê, Makambi, Malaika, Malakai e Aluandê, em ordem de vinda ao mundo, por fazerem de mim “Danda”.

À Jaileila, orientadora e parceira, com quem sigo aprendendo desde os anos de iniciação científica que o espaço acadêmico pode ser menos hostil. Sem dúvida um presente, um dos meus melhores achados nesses anos de universidade. Obrigada!

Ao Gepcol, grupo de pesquisa pelo qual tenho muito carinho e no qual tive a oportunidade de conhecer pessoas que inspiram minha trajetória enquanto profissional. À Keise Barbosa e Kátia Lacerda, mulheres negras que tanto admiro, agradeço especialmente pela disponibilidade para a leitura atenciosa do trabalho.

À Laís Monteiro, por se tornar companheira nesse processo louco que é fazer mestrado. A primeira estudante de Psicologia com quem eu conversei na vida, sem nem saber que com as voltas do mundo faríamos mestrado lado a lado.

À Paloma Silveira e James Ferreira pelas importantes contribuições na banca de qualificação. À Denise Botelho e Karla Galvão por toparem compor, enquanto examinadoras externa e interna, respectivamente, a banca avaliadora de defesa da dissertação.

Aos funcionários e funcionárias do sétimo andar do CFCH. Em especial João e Lu.

À minha turma de mestrado pelos compartilhamentos ao longo dos momentos em sala de aula. Em especial a Laís Monteiro e Walker Lima pelos momentos extraclasse em que se dispuseram a conversar sobre o andamento da pesquisa.

Aos meus amigos e amigas, incentivadores dos bons, cada um a seu modo dando aquele empurrãozinho: Amanda França, Claudemir Junior, Clóvis Lira, Cristiano Oliveira, Everton Resende, Felipe Alves, Fernanda Assis, Gabriel Moura, Larissa Dornelas, Talita

Rodrigues, Thays Araújo e Rômulo Dornelas. Obrigada por regarem (inclusive com cerveja) todo esse processo.

À Camila Ferreira, Milosa, Milanvsk, pela empreitada de dividir casa nesse último ano de mestrado e pelo respeito ao tempo em que precisei me dedicar à escrita do trabalho.

Às mulheres interlocutoras desta pesquisa, com todo meu respeito e admiração pelo corre de cada uma. Muito obrigada por terem topado!

A todos e todas que se preocuparam em perguntar sobre o andamento da dissertação e acreditaram que eu ia dar conta. É nós!

À CAPES pelo financiamento concedido.

(...) para aquelas de nós /que foram marcadas pelo medo / como uma linha tênue no meio de nossas testas / aprendendo a ter medo com o leite de nossas mães / pois por essa arma / essa ilusão de alguma segurança vindoura / os marchantes esperavam nos calar / para todas nós / este instante e esta glória / não esperavam que sobrevivêssemos / e quando o sol nasce nós temos medo / ele pode não durar / quando o sol se põe nós temos medo ele pode não nascer pela manhã / quando estamos de barriga cheia nós temos medo / de indigestão / quando nossos estômagos estão vazios nós temos medo / nós podemos nunca mais comer novamente / quando somos amadas nós temos medo / o amor vai acabar / quando estamos sozinhas nós temos medo / o amor nunca vai voltar / e quando falamos nós temos medo / nossas palavras não serão ouvidas / nem bem-vindas / mas quando estamos em silêncio / nós ainda temos medo / então é melhor falar / lembrando que / não esperavam que sobrevivêssemos.

(Uma ladainha por sobrevivência - Audre Lorde, 1997)

## RESUMO

Este trabalho nasce a partir de inquietações ligadas ao modo como o debate racial foi por certo tempo ignorado pelo feminismo tradicional sob a ideia de um sujeito mulher pautado como universal, unicamente subordinado a partir das desigualdades de gênero. Entendendo como fundamental a crítica de mulheres negras a essa universalização, quando as mesmas colocam que o pertencimento racial é tão importante quanto o pertencimento de gênero na busca pelo combate às opressões, teve-se como objetivo geral: analisar, a partir da discussão sobre interseccionalidade, de que forma o cruzamento entre as categorias de raça e gênero incidem nas experiências de vida e militância de jovens negras. E como objetivos específicos: 1) Sistematizar os significados que as jovens produzem sobre feminismo negro, pensando a articulação entre as categorias de raça e de gênero; 2) Refletir a respeito da participação de jovens negras em espaços de militâncias feministas e antirracistas; 3) Analisar como tais jovens significam e articulam os processos de militância política de cada categoria em suas aproximações e/ou distanciamentos. Contou-se com a participação de quatro jovens interlocutoras, que a partir de entrevistas semiestruturadas compartilharam elementos de suas vivências e trajetórias de militância e de contato com o feminismo negro. A interseccionalidade foi usada como ferramenta epistêmico-teórico-analítica, auxiliando no modo como nos debruçamos sobre as informações levantadas e perpassando transversalmente o trabalho. Foram construídos três tópicos de análise a partir das entrevistas, sendo esses sobre a necessidade de se pautar raça no feminismo, a respeito do debate sobre intergeracionalidade no mesmo, e no que tange a discussão sobre suas atuações enquanto militantes. Por fim, foi possível dizer que as jovens entrevistadas enxergam na militância a partir do feminismo negro um espaço que pode promover mudanças frente às desigualdades sociais que historicamente vêm vitimando mulheres negras, entretanto, não sem tecer autocríticas e propor reflexões a respeito do modo como suas ações políticas vêm sendo desenvolvidas.

Palavras-chave: Feminismo negro. Interseccionalidade. Jovens Feministas Negras.

## **ABSTRACT**

This research is based on concerns which are related to the way the racial debate have been ignored by traditional feminism considering the idea of a universal woman, uniquely subordinated by the gender inequalities. Understanding that is fundamental the critics that black women had built over this universalization, when they say that race is as much important category as gender when combating oppressions, this research had as general objective to analyse, based on the discussion of intersectionality, how these categories of race and gender affect the life experiences and militancy of young black women. And as specific objectives: 1) to systematize the meanings that the young girls produce about black feminism, thinking about the articulation of the categories of race and gender; 2) to reflect on the participation of young black women in spaces of feminist militancy and antiracist; 3) to analyse how these young girls signify and articulate the process of political militancy of each category in its approximations and/or distances. We had the participation of four young interlocutors, who through semi-structured interviews shared some elements of their experiences and trajectories of militancy and contact with black feminism. Intersectionality was used as an epistemic-theoretical-analytic tool, helping in the way we have looked the information raised, traversing the work also. Were built three topics of analysis from the interviews, being these about the necessity of discussing race in feminism and also about the debate of intergenerationality and the actuation of the young girls as militants. At the end, it was possible to say that the young girls interviewed see at the militancy through black feminism a space that can promote change in face of the social inequalities that historically have been victimizing black women, however, not without producing self-critics and proposing reflexions about the way their political actions have been developed

**Key-words:** Black Feminism. Intersectionality. Young Black Feminists.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Teses e dissertações em Psicologia que fazem uso da interseccionalidade (2013-2017) .....	20
Quadro 1- Perfil das jovens participantes .....	63
Quadro 2- Reprodução parcial do quadro facilitador da análise .....	64
Figura 1- Imagem produzida a partir de Davis (2017) .....	84

## LISTA DE SIGLAS

ALAS	ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA
ANJF	ARTICULAÇÃO DE NEGRAS JOVENS FEMINISTAS
ANPEd	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO
ASTTAL	ASSOCIAÇÃO DAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE ALAGOAS
BDTD	BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL E NÍVEL SUPERIOR
CEBs	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
CFP	CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CRAM	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
EFLAC	ENCONTRO FEMINISTA LATINO AMERICANO E DO CARIBE
ENJF	ENCONTRO DE NEGRAS JOVENS FEMINISTAS
GEPCOL	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PODER, CULTURA E PRÁTICAS COLETIVAS
LASA	LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PNJ	POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE
SBPC	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
TCLE	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO – DA CHEGADA AO TEMA.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>UM PASSEIO PELAS PESQUISAS SOBRE INTERSECCIONALIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (2007-2017).....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Explorando o material encontrado .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2</b>	<b>Algumas considerações pós-contato com os trabalhos.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>SOBRE RAÇA E RACISMO NO BRASIL .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>Alguns elementos para se pensar a condição da população negra sob o regime escravocrata.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>Raça, racismo e “somos todos humanos” .....</b>	<b>33</b>
<b>3.3</b>	<b>Psicologia e o debate sobre desigualdades raciais.....</b>	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>SOBRE MULHERES NEGRAS E AS OPRESSÕES RACISTA E SEXISTA .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1</b>	<b>Para se pensar a violação à mulher negra no contexto escravocrata .....</b>	<b>39</b>
<b>4.2</b>	<b>Racismo, sexismo e a impossibilidade de separação de ambos na vida das mulheres negras .....</b>	<b>41</b>
<b>4.3</b>	<b>Caminhos na construção de uma juventude feminista negra.....</b>	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ..</b>	<b>49</b>
<b>5.1</b>	<b>Aportes epistemológicos .....</b>	<b>49</b>
<b>5.2</b>	<b>Interseccionalidade enquanto lente teórico-metodológica.....</b>	<b>53</b>
<b>5.3</b>	<b>Considerações sobre o feminismo negro enquanto campo tema.....</b>	<b>55</b>
<b>5.4</b>	<b>A experiência no II Encontro de Negras Jovens Feministas .....</b>	<b>58</b>
<b>5.5</b>	<b>Os momentos de entrevistas (ou conversas audiogravadas).....</b>	<b>61</b>
<b>5.6</b>	<b>Procedimentos de análise .....</b>	<b>63</b>
<b>6</b>	<b>MOMENTO DE DISCUSSÃO A PARTIR DO QUE TRAZEM AS INTERLOCUTORAS .....</b>	<b>66</b>
<b>6.1</b>	<b>Demarcando raça no feminismo.....</b>	<b>66</b>
<b>6.2</b>	<b>Entrelaçando ao debate o quesito geracional.....</b>	<b>76</b>
<b>6.3</b>	<b>Da militância .....</b>	<b>83</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>107</b>
	<b>APÊNDICE C – TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS (2007-2017) ...</b>	<b>109</b>

## 1 APRESENTAÇÃO – DA CHEGADA AO TEMA

“No meio do caminho tinha uma pedra,” / Mas a ousada esperança / de quem marcha cordilheiras / triturando todas as pedras / da primeira à derradeira / de quem banha a vida toda / no unguento da coragem / e da luta cotidiana / faz do sumo beberagem / topa a pedra pesadelo / é ali que faz parada / para o salto e não o recuo / não estanca os seus sonhos / lá no fundo da memória / pedra, pau, espinho e grade são da vida desafio.

(Conceição Evaristo, 2008)

O espaço acadêmico não é território receptivo para as mulheres negras que nele adentram. O curso de Psicologia me mostrou isso em dois mil e dez quando, aos dezesseis anos, tive meu primeiro contato com a universidade e me espantei com a quantidade de pessoas brancas por metro quadrado, enquanto dava uma volta pelo campus no primeiro dia de aula. O curso escolhido por mim era composto em sua grande maioria por discentes mulheres, obviamente mulheres brancas, de uma realidade social distante da minha, que sempre me fizeram lembrar o quanto às oportunidades de vida foram e ainda são diferentes para as (e os) iguais a mim.

De dois mil e dez pra cá, nove anos depois, algumas coisas mudaram (não o fato da população negra ser minoria na academia) e é possível perceber o quanto o ingresso no ensino superior se tornou mais plural, possibilitando, inclusive, o acesso de mais mulheres negras à universidade e ao curso de Psicologia, o que muito me alegra. Algumas políticas públicas, como a do sistema de cotas raciais<sup>1</sup>, foram fundamentais nesse processo. Hoje, enquanto mulher negra num programa de pós-graduação em Psicologia, inicio este trabalho, ressaltando a importância de que os espaços de construção do saber acadêmico possam ser ocupados cada vez mais pelas/os de nós que almejem por aqui estar.

Enquanto mulher negra também gostaria de trazer à tona a necessidade de romper com o silenciamento que colonialmente nos foi imposto fazendo com que não pudéssemos contar nossas próprias histórias e fossemos durante muito tempo faladas pelos outros, como aponta

---

<sup>1</sup> A lei Nº 12.711 é de 29 de agosto de 2012 e dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Lélia González (1984). Dessa forma, enxergo no acesso à pós-graduação uma das possíveis formas de rompimento desse silêncio. Não a única, tampouco a mais importante ou necessária, mas sim uma dentre as várias outras.

Saúdo com respeito as várias mulheres negras que mesmo diante da sociedade racista não silenciaram, tornando-se fundamentais exemplos na luta pela garantia de nossos direitos, e mais do que isso, servindo como exemplos de força e inspiração nos dias atuais. Exemplos da transformação do silêncio que nos foi imposto, em linguagem e ação, como coloca Audre Lorde (2009), poeta trazida na epígrafe que abre os caminhos para a dissertação. Algumas dessas mulheres serão citadas ao longo do trabalho, ajudando-me a traçar as reflexões às quais me propus. Outras, ainda que não nomeadas nas páginas que se seguem, estão de outros modos presentes comigo em cada frase escrita e me fazem ter a certeza de não estar só.

Por encarar as pesquisas acadêmicas realizadas nos programas de mestrados e doutorados das universidades enquanto advindas também de inquietações e indagações pessoais de quem as realiza, acredito fazer-se importante narrar minimamente o percurso que me levou a construir o projeto de pesquisa que se resultou nesse trabalho de mestrado.

Meu estreitamento de laços com o debate feminista aconteceu após o ingresso na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, no curso de Psicologia. Na busca por me envolver em projetos de pesquisa, na condição de bolsista remunerada, encontrei no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas GEPCOL, a possibilidade de me vincular na condição de estudante de iniciação científica a um projeto que envolvia, a partir de uma perspectiva feminista, a discussão sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos com jovens participantes da cena hip hop da cidade de Recife. Três anos de trabalhos com a iniciação científica seguiram desde então, sempre com projetos de inspiração feminista, o que me fazia imergir cada vez mais na temática.

Atualmente, me organizo politicamente no Coletivo Mangueiras – Jovens Feministas por Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos<sup>2</sup>, espaço que conheci a partir de uma oficina ofertada pelo grupo a jovens de Pernambuco que tinham alguma aproximação com a temática. O Coletivo é composto por jovens de diferentes locais do Brasil, que compreendem direitos sexuais e direitos reprodutivos enquanto direitos humanos e seguem pautando a necessidade de garantia desses para o público jovem.

Não saberia dizer em que momento de minha trajetória o debate sobre feminismo negro começou a vir à tona em meu cotidiano, mas enquanto jovem mulher negra interessava-

---

<sup>2</sup> <http://coletivomangueiras.org/>

me pensar um feminismo no qual o diálogo levasse em conta outros marcadores sociais que acompanham o “ser homem” ou “ser mulher”. Advogar por um feminismo que, num país marcado pela desigualdade racial, invisibiliza a raça enquanto um aspecto fundamental quando se discute as experiências das mulheres nunca me foi interessante.

No intuito de aprofundar minhas discussões sobre feminismo negro, é preciso admitir o quanto a internet, apesar de suas limitações, tornou-se uma forte aliada. Sites como o Blogueiras Negras<sup>3</sup> e o Gelédes – Instituto da Mulher Negra<sup>4</sup> foram fontes de leituras nas quais encontrei produções fantásticas de mulheres negras. Ambas as plataformas reúnem escritos relevantes para pensar a condição dessas mulheres e debates ligados ao racismo e ao sexismo.

No mundo diverso que é a internet, também me deparei com mulheres negras que teciam, de diversas formas, críticas à noção de feminismo negro, acreditando que esse, enquanto movimento eurocêntrico, não seria adequado para pensar o que as mesmas demandavam. Vi-me de frente então a algumas indagações que também passaram a me inquietar: poderia um movimento protagonizado em sua existência por mulheres brancas, e surgido para defender o anseio delas, ser “enegrecido”? Falar no feminismo como se o mesmo fosse a única forma de luta organizada das mulheres negras, não seria negar outras maneiras de organizações que antecederam o que ficou conhecido enquanto primeira onda feminista? Faz sentido para as mulheres negras abraçar o feminismo, pensando esse enquanto movimento de organização e luta a princípio voltado para mulheres brancas? Tantos questionamentos me fizeram pensar na forma como os movimentos feministas vêm encarando, efetivamente, pautas ligadas à discussão racial.

Almejando o ingresso no programa de pós-graduação em Psicologia da UFPE, comecei a pensar na possibilidade de transformar tais inquietações em questões a serem pesquisadas e aprofundadas em uma possível dissertação. Ao longo do mestrado, aulas, leituras, compartilhamentos e vivências na temática deram origem à dissertação aqui apresentada, que se insere no campo de estudos do feminismo, mais especificamente do feminismo negro.

Faz-se importante pontuar que no primeiro ano de mestrado, 2017, aconteceu, em São Paulo, o II Encontro de Negras Jovens Feministas – II ENJF, que contou com a presença de cerca de trezentas jovens, advindas de todas as regiões do país. Pude participar do encontro junto com outras jovens de Pernambuco. Integrar esse grupo foi uma vivência magnífica no

---

<sup>3</sup> <http://blogueirasnegras.org/>

<sup>4</sup> <https://geledes.org.br/>

processo de elaboração da dissertação, pensando não somente as discussões que pretendo compartilhar no espaço acadêmico, mas os momentos de aprendizados e trocas com jovens negras de outras regiões que, como apontam Jamile Carvalho e Rachel Quintiliano (2009), têm sido presença crescente nos cenários dos movimentos sociais.

Corroboro com as autoras quando afirmam que, se as categorias raça e gênero, em seu cruzamento, podem trazer consigo certas complexidades, essas ainda têm a possibilidade de serem agravadas quando entra em cena o debate geracional e apontam na interseccionalidade a possibilidade de gerar um olhar diferente sobre essas dinâmicas sociais.

A proposta do presente trabalho é então discutir o feminismo negro a partir das experiências de militância de jovens feministas negras, entendendo que pensando o marcador geracional essas experiências podem diferir das mulheres mais velhas, tendo em vista, entre outros aspectos, os processos históricos que marcam as épocas vividas pelas mesmas.

Joan Scott chama a atenção para a necessidade de historicizar, a partir de questões ligadas ao discurso, à diferença e à subjetividade, o que temos lido como as experiências dos sujeitos, tomando o cuidado em não encará-las como auto evidentes. A experiência não deve ser vista como uma explicação conclusiva isenta de questionamentos, sendo preciso refletir sobre as histórias que escrevemos a respeito dessas (SCOTT, 1999). Assim, historicizar a experiência é também pensar os processos de dominação histórica ao qual se veem ligados os sujeitos, historicizando também os marcadores sociais a serem trabalhados.

Diante do apresentado, temos como objetivo geral: Analisar, a partir da discussão sobre interseccionalidade, de que forma o cruzamento entre as categorias de raça e gênero incidem nas experiências de vida e militância de jovens negras. E como objetivos específicos: 1) Sistematizar os significados que as jovens produzem sobre feminismo negro, pensando a articulação entre as categorias de raça e de gênero; 2) Refletir a respeito da participação de jovens negras em espaços de militâncias feministas e antirracistas; 3) Analisar como tais jovens significam e articulam os processos de militância política de cada categoria em suas aproximações e/ou distanciamentos.

O trabalho está dividido, em sete momentos, sendo o primeiro a apresentação da pesquisa. No segundo, apresento um levantamento, a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, sobre os estudos que fizeram uso da interseccionalidade, nos programas de pós-graduação em psicologia; no terceiro, busco apresentar alguns elementos que ajudam a refletir a respeito do conceito de raça e das desigualdades raciais no país; no quarto, falo sobre a dupla opressão racista e sexista que

incide sobre a vida das mulheres negras, e da impossibilidade histórica de desvencilhar uma da outra; no quinto momento apresento os caminhos metodológicos traçados e a visão epistemológica que atravessou a construção da dissertação; no sexto trago as conversas com as jovens negras interlocutoras; aqui abordadas a partir de três dimensões: a primeira tratando da necessidade de se levar em conta o marcador racial no feminismo, a segunda a respeito do debate geracional e seus lugares enquanto jovens e a terceira sobre pontuações ligadas ao que tem sido vivido pelas mesmas ao longo de suas trajetórias de militância; o sétimo momento, por fim, trata das considerações finais, que nem são tão finais assim, onde busco retomar alguns aspectos do trabalho e pensar apontamentos e questões futuras, germinadas a partir do que veio sendo lido, debatido e construído para a presente dissertação. Nesse momento trago também alguns sentimentos sobre o processo de escrita do trabalho.

## **2 UM PASSEIO PELAS PESQUISAS SOBRE INTERSECCIONALIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (2007-2017)**

A discussão sobre Interseccionalidade tornou-se largamente conhecida a partir de Kimberle Crenshaw (2002), que denunciou a maneira como o entrelaçamento de dois ou mais marcadores sociais, atuam de modo a gerar diferentes experiências de subordinação na vida dos sujeitos, mas especificamente das mulheres negras. “Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Esse modo de enxergar os sujeitos, como ligados a uma pluralidade de categorias, está diretamente relacionado à crítica tecida pelas mulheres negras ao modo como o feminismo universalizava as experiências relacionadas ao ser mulher. Pautadas na ideia de que o gênero lhes conferiria experiências uniformes, aspectos ligados à raça, classe ou orientação sexual, por exemplo, durante algum tempo não foram encarados enquanto relevantes pelo feminismo. Assim, Crenshaw (2002) convida a enxergar esses marcadores de modo articulado, e não isoladamente, numa época em que o apagamento de determinadas categorias resultava numa invisibilidade de experiências.

Buscamos aqui mapear teses e dissertações desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia que discutam em suas produções a noção de Interseccionalidade. A construção de um mapeamento das discussões sobre interseccionalidade em Psicologia deriva da necessidade de se fazer um levantamento a respeito do modo como essa vem sendo discutida nessa área de conhecimento, a partir de quais marcadores, referenciais teóricos, estratégias metodológicas, temáticas, etc. Além disso, esse mapeamento pode ajudar a pensar o modo como a Psicologia, enquanto ciência, tem contribuído para reflexões a respeito do entrelaçamento dos diversos marcadores sociais aos quais os sujeitos se veem ligados.

Para tanto, buscou-se na BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, as produções acadêmicas que, de algum modo, se debruçassem sobre tal assunto. A palavra utilizada como descritor nas buscas foi “interseccionalidade” e a partir dos resultados gerais obtidos (cento e vinte e nove na BDTD e cento e sessenta e sete no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES), restringimos nossa atenção às produções vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Psicologia entre os anos de dois mil e sete a dois mil e dezessete.

A partir da busca, lançando mão dos filtros de anos de publicação e programas de pós-graduação mencionados, foi identificado nas duas plataformas o total de vinte e sete trabalhos,

sendo entre esses vinte e duas dissertações e cinco teses. Embora o número total encontrado nos bancos de dados citados pareça um tanto escasso, foi possível perceber que as discussões a respeito da interseccionalidade na Psicologia parecem vir ganhando espaço ao longo dos anos.

Para construir a discussão que se segue procedemos à leitura dos títulos e resumos de todas as teses e dissertações encontradas. A partir daí algumas foram exploradas de modo mais minucioso, tendo em vista a necessidade de aprofundamento a respeito dos aportes teóricos que vêm sendo usados para se traçar a discussão e as possibilidades de contribuição com minha questão de mestrado.

Assim, apresentaremos um panorama sobre quais temas têm emergido nas discussões a respeito da interseccionalidade nos campos Psi, nos programas de pós-graduação no Brasil, pensando quais marcadores vem sendo colocado mais ou menos em evidência, além dos referenciais teóricos e metodológicos que têm sido usados para balizar os debates.

Na busca pelas teses e dissertações, a partir do descritor e dos filtros já mencionados, o primeiro registro apresentado pelas plataformas foi referente ao ano de dois mil e nove, tratando-se de uma única produção. Essas voltaram a aparecer somente em dois mil e treze, dessa vez com duas produções. Dois mil e quatorze também contou com duas produções na área, número que cresceu em dois mil e quinze, atingindo sete produções e se elevou ainda mais em dois mil e dezesseis, alcançando o total de oito. Em dois mil e dezessete, um pequeno declínio encontra-se, até o momento de atualização do presente levantamento em agosto de dois mil e dezoito, sete produções. Vale salientar que algumas produções foram encontradas na íntegra, já em outras, as plataformas apresentavam disponível apenas.

Ao realizar a leitura dos resumos das teses e dissertações selecionadas foi possível perceber que a tese produzida no ano de dois mil e nove, embora tenha aparecido nos resultados a partir dos filtros mencionados, não dialoga com o conceito de interseccionalidade aqui trabalhado, tratando-se de uma pesquisa que fez uso do método *Survey interseccional*<sup>5</sup>, apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

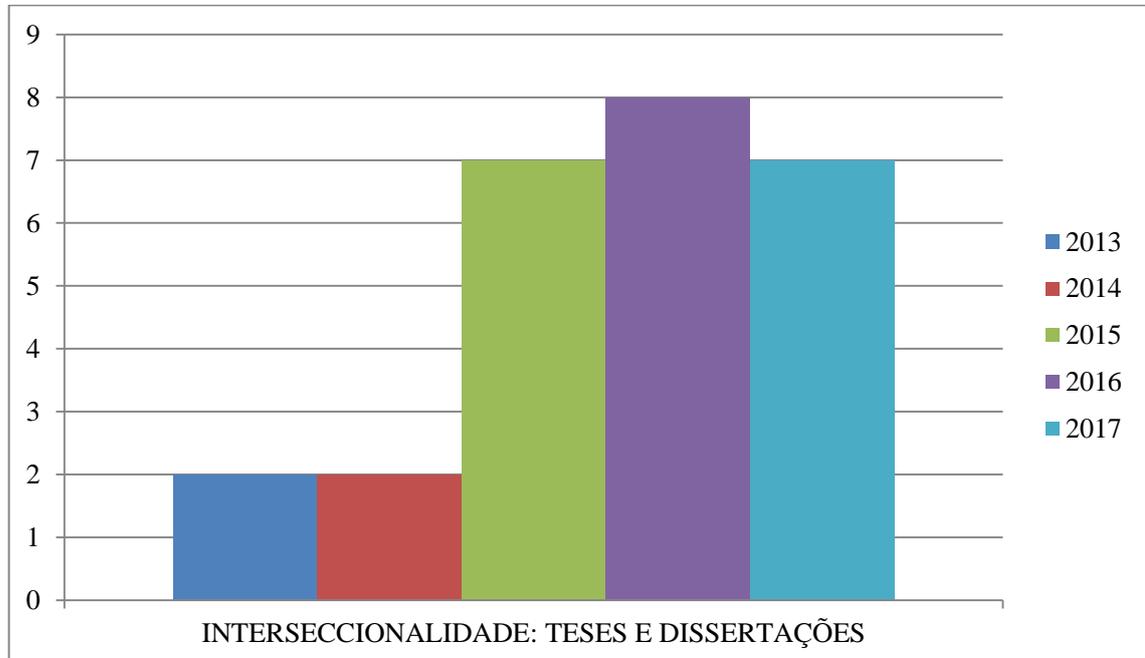
As produções nos programas de pós-graduação em Psicologia que surgiram na busca e tratam de questões ligadas a interseccionalidade se iniciam então em dois mil e treze. O

---

<sup>5</sup> Método de pesquisa para levantamento de dado. De acordo com Earl Babbie (1999) o *Survey* pode ser interseccional ou longitudinal. No caso do primeiro os dados são coletados em certo momento para descrever aspectos de uma população naquela época; já o segundo coleta os dados em épocas diferentes, permitindo uma análise ao longo do tempo.

número total das mesmas se divide em programas pelo norte (01), nordeste (08), sudeste (06), sul (08) e centro-oeste (03).

Gráfico 1 – teses e dissertações em Psicologia que fazem uso da interseccionalidade (2013-2017)



Também é possível perceber, a partir das universidades nas quais as produções ocorreram, que os programas de Psicologia que têm trazido a temática da interseccionalidade em suas teses e dissertações não são muitos. As teses e dissertações encontradas no levantamento são de programas ligados à Universidade Federal de Pernambuco (06), Universidade Federal de Minas Gerais (04), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (04), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (03), Universidade de Brasília (02), Universidade de São Paulo (01), Universidade de Fortaleza (01), Universidade Federal de Alagoas (01), e Universidade Federal de Juiz de Fora (01), Universidade Federal de Santa Catarina (01), Universidade Católica de Brasília (01) e Universidade Federal do Paraná (01), alguns com uma maior concentração de produções, outros com menos, como indicado nos parênteses.

A maioria das teses e dissertações é de cunho qualitativo, e a forma de levantamento de dados que se destaca dentre os trabalhos analisados é a de entrevistas semiestruturadas, essas vindo, várias vezes, acompanhadas de momentos de observações que deram origem aos diários de campo. A decisão pela abordagem qualitativa para pensar a interseccionalidade talvez gire em torno da possibilidade de maior imersão na complexidade do assunto que se

pretende estudar. Assim, não foi encontrada nenhuma produção de cunho apenas quantitativo, embora algumas delas (03) tenham feito uso de metodologias quanti-quali.

Foi possível encontrar discussões girando em torno de marcadores de gênero, sexualidade, raça, geração, território. As temáticas envolvem entre outras, prostituição, consumo de álcool e outras drogas, participação política, etc. A diversidade de assuntos evidencia o quanto o conceito de interseccionalidade pode passear entre as discussões, servindo como ferramenta teórico-analítica para se pensar diversas frentes.

No que concerne aos marcadores que se sobressaem, gênero e sexualidade são os mais recorrentes sendo, por vezes, acompanhados de outros, mas colocados enquanto centro em boa parte das produções. No que diz respeito aos/as teóricos/as que vêm sendo mencionados/as para se pensar a questão, Kimberle Crenshaw, Adriana Piscitelli, Avtah Brah, por exemplo, são autoras que predominam nos momentos de conceitualização da Interseccionalidade, sendo por várias vezes referenciadas nas obras. Quando na construção do levantamento das autoras trazidas, a ausência de qualquer menção à Lélia Gonzalez, em parte dos trabalhos, chama a atenção, apontando para uma invisibilização das provocações construídas pela mesma ao feminismo tradicional. Lélia Gonzalez, escrevia sobre o lugar que a mulher negra ocupava na sociedade brasileira e, embora seus trabalhos sejam de uma importância ímpar para a temática, é possível percebê-la por vezes esquecida em algumas produções.

Ainda quanto ao embasamento teórico, é importante pontuar que alguns trabalhos, embora trazendo a interseccionalidade enquanto palavra-chave, não se debruçaram de modo intenso sobre explicações teórico-conceituais da mesma, ao passo que outros narraram a historicidade do conceito e os modos como o mesmo pode e vem sendo aplicado.

## **2.1 Explorando o material encontrado**

Apresentaremos o material por região geográfica, indo da maior quantidade de trabalhos encontrados a menor. Todas as pesquisas aqui mencionadas encontram-se identificadas por título, ano, autoria, instituição e programa de pós-graduação em que foi desenvolvida, no Apêndice C, ao fim desse trabalho. Os locais nos quais a interseccionalidade vem tendo terreno fértil, como será possível perceber a partir dos números apresentados, são as regiões nordeste e sul, sendo a região norte a responsável pela menor quantidade de produções.

Assim sendo, temos a região nordeste e a região sul com a mesma quantidade de produções, ambas somando oito trabalhos, em três instituições diferentes. A região sudeste conta com seis trabalhos em três instituições; o centro-oeste, três trabalhos em duas instituições e a região norte com um trabalho em uma única instituição. Com a mesma quantidade encontrada entre a região nordeste e a região sul, optamos por iniciar as apresentações pela primeira, tomando o pertencimento geográfico da universidade onde esta dissertação foi desenvolvida.

### Região nordeste

Roseane Amorim da Silva (2014) buscou investigar em sua dissertação os significados do consumo de álcool por jovens quilombolas na cidade de Garanhuns, PE, atentando para as questões de gênero, classe social e raça/etnia. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que contou com vinte entrevistas semiestruturadas com jovens entre dezoito e vinte e quatro anos, além de observações participantes. A pesquisa aponta que a condição de quilombola traz aos jovens vivências de preconceito, discriminação e opressão, tendo em vista tanto sua identidade étnico-racial e o fato de residirem na área rural da cidade. A autora faz uso do conceito de interseccionalidade, tendo em mente que nem sempre os marcadores sociais refletem uma dimensão negativa de opressão, mas que esses também podem ser usados a partir de uma perspectiva de emancipação e mobilização política.

Cibele Aguiar (2014), contando com entrevistas semiestruturadas e diário de campo, buscou fazer uso da discussão sobre interseccionalidade para pensar questões ligadas à sexualidade, gênero e geração na reflexão a respeito das vivências sexuais de jovens mulheres, entre dezoito e vinte e nove anos, usuárias de crack. A autora aponta em sua dissertação que as jovens viveram em contextos de dificuldade no que diz respeito ao acesso a direitos básicos tendo uma condição de vida marcada pela exclusão social. É nesse cenário de negação de direitos que as jovens entrevistadas iniciaram o uso do crack e, por vezes, fizeram uso de seus corpos como ferramenta para adquirir a substância, vivenciando situações de risco. Aguiar (2014) pontua também que, dificilmente, essas jovens buscaram atendimentos nas unidades de saúde, tendo em vista a vergonha de assumir o uso do crack ou a forma como vivenciam sua sexualidade.

A dissertação de Shirleidy Freitas (2015) analisou a experiência de maternidade de mulheres jovens usuárias de crack, contando com entrevistas e observações participantes em um programa de assistência a usuários/as de álcool e outras drogas com foco no consumo de crack, registradas em um diário de campo. A autora interseccionou gênero, juventude, raça e

classe social e se deparou com maternidades marcadas por dificuldades no acesso a direitos. tais quais moradia, educação, saúde e segurança. Para Freitas (2015) focalizar a experiência dessas mães, evidenciando seus discursos por vezes silenciados, pode servir como ferramenta na promoção de menos exclusão e vulnerabilidade para tais.

Francisco Leite Junior (2015) discutiu, em sua dissertação, a articulação dos marcadores de gênero e geração a partir de travestis idosas da cidade de Fortaleza, buscando compreender a performatividade de gênero e as experimentações sexuais na intersecção entre travestilidade e envelhecimento. Com relação ao marcador geracional, é importante pontuar que boa parte dos trabalhos encontrados no nosso levantamento discute geração a partir da categoria juventude, sendo este o único que trouxe à tona questões ligadas ao envelhecimento. Assim, os relatos, memórias e experiências de travestis idosas convocaram o autor a refletir sobre suas movimentações, estilos e possibilidades, concluindo que tais trajetórias são marcadas por lutas, resistências e sujeições que foram ressignificadas e amadurecidas pelas ações do tempo (LEITE JUNIOR, 2015).

Leyllyanne Bezerra de Souza (2015) propôs-se a utilizar da discussão sobre interseccionalidade para pensar o consumo de álcool por jovens homens e mulheres, estudantes do ensino médio e moradores/as da região de Suape, em Pernambuco. A autora traz na dissertação questões geracionais, religiosas, de gênero e de território para pensar a relação dos/as jovens com o consumo de bebidas alcólicas. O levantamento dos dados foi realizado a partir de rodas de conversas que discutiam sociabilidade, lazer, riscos e prazeres ligados ao consumo de bebidas alcólicas.

Fernanda Sardelich Nascimento Gomes (2016), em sua tese, discutiu a vivência da sexualidade entre jovens rurais e jovens urbanos/as. A autora pontua que, na área rural, as intersecções se dão a partir de marcadores sociais de juventude, gênero, valor-família e contexto de pertencimento. Ao passo que, na área urbana pesquisada, esses marcadores seriam um tanto diferentes, sendo eles juventude, raça, classe social, gênero e sexualidade (GOMES, 2016).

Carolina Cavalcanti Lins Silva (2016) analisou em sua dissertação o ativismo político de travestis e transexuais através da Associação das Travestis e Transexuais de Alagoas – ASTTAL. Como aportes teóricos contou com a teoria da performatividade de Butler, fazendo uso também do transfeminismo e da interseccionalidade, compreendendo que o gênero não deve ser encarado enquanto categoria isolada. Para tanto, realizou observações nos espaços do movimento trans na cidade, que geraram um diário de campo, além de contar também com entrevistas semiestruturadas.

Vanessa Benevides Martins Gomes (2016) estudou os modos de subjetivação de universitários de origem popular quanto a seus projetos de vida e, no que diz respeito à interseccionalidade, analisou a relação entre as categorias de geração, classe, raça e gênero a partir das vivências de desigualdade em uma universidade pública. Os dados para a dissertação foram levantados a partir de uma pesquisa-intervenção com um grupo de dez estudantes de cursos variados e posteriormente com entrevistas com um dos jovens homens e uma das jovens mulheres (GOMES, 2016).

### Região Sul

Raquel da Silva Silveira (2013), em sua tese, buscou discutir a interseccionalidade de gênero, raça e etnia e como as mesmas emergiam no discurso jurídico a respeito de mulheres que acessavam a justiça para denunciar violências de gênero. A autora realizou uma comparação entre a Lei Maria da Penha e a legislação espanhola de Proteção Integral à Violência de Gênero e também das práticas jurídicas nas cidades de Porto Alegre e Sevilha. O levantamento de dados aconteceu de maneira quantitativa e qualitativa, tendo contado com análises de boletins de ocorrências, processos judiciais, entrevistas com mulheres que acessaram a Lei Maria da Penha e com juízes do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e juízes da cidade de Sevilha, além de pesquisas em documentos oficiais sobre o desempenho das atividades dos/as magistrados. Os resultados encontrados pela autora apontam que a interseccionalidade entre gênero, raça e etnia produz diferentes formas de acesso a justiça. Entretanto, os/as juízes entrevistados/as nas duas cidades, não reconhecem essa articulação de marcadores como algo que interfira nesse acesso, prevalecendo uma ideia de sujeito de direito universal em que, além da raça, também são deixados de lado marcadores como o geracional e o de classe, aponta a autora.

Silveira (2013) optou por trabalhar com o conceito de interseccionalidade como proposto por Kimberle Crenshaw, apesar de atenta às críticas feitas por outras autoras de que a forma como Crenshaw traça a discussão parece não dar margem para agentividade por parte dos sujeitos, dando ênfase a subordinação que a intersecção entre os marcadores produz. Para Silveira a escolha aconteceu por três motivos:

Em primeiro lugar por reconhecer a importância do conceito de interseccionalidade na abertura de análises sociais comprometidas com a luta contra as diversas formas de opressão que constituem o atual contexto globalizado, em segundo lugar pela relevância desse conceito como descritor analítico para as pesquisas científicas, uma vez que o conceito de articulação não se consolidou como consenso acadêmico, em terceiro lugar porque o conceito de interseccionalidade tem sua origem na teoria feminista produzida

por mulheres negras, sendo importante sua visibilização histórico-política (SILVEIRA, 2013, p. 84).

Eliana Costa Xavier (2015), em sua dissertação, buscou conhecer e analisar a história de mulheres negras com anemia falciforme. A autora enfoca os marcadores citados para pensar a subjetivação das mulheres diagnosticadas a partir da intersecção entre os mesmos. A pesquisa teve cunho qualitativo e a autora fez uso de entrevistas como método de levantamento dos dados, usando a Análise Crítica do Discurso como ferramenta de análise. Xavier (2015) aponta que na trajetória de construção da pesquisa deparou-se com diversos trabalhos que traçavam a discussão a respeito da relação entre subjetividade e gênero, entretanto coloca que a discussão em relação ao pertencimento racial ainda não acontece em grandes proporções.

Michele Nunes D'Ávila (2016), em sua dissertação, trabalhou com os marcadores sociais de gênero, raça, classe e geração para pensar como esses atravessam a relação de mulheres com o projeto social Mulheres da Paz, no município de Canoas, RS. O projeto objetivava a capacitação de mulheres em temáticas ligadas a direitos humanos, gênero e enfrentamento às violências, de modo que elas pudessem ser multiplicadoras das discussões em suas comunidades. Foram realizadas entrevistas individuais com mulheres de idades variadas ligadas ao projeto, do qual a autora durante um tempo atuou como psicóloga e em seguida como coordenadora do projeto. D'Ávila (2016) chama a atenção para a necessidade do campo das políticas públicas se alinharem à discussão a respeito da interseccionalidade, como estratégia de rompimento e combate às situações de violação de direitos.

Em estudo sobre a Marcha das Vadias de Porto Alegre, Daniela Delbosco Dell'Aglio (2016) apontou para o modo como marcadores como raça, classe, pertencimento ou não ao meio universitário, maternidade, geração, trans ou cisgeneridade, tensionam o sujeito do feminismo e se expressam nas trajetórias de vida das interlocutoras de sua pesquisa de dissertação. O levantamento de dados aconteceu a partir de observações de participantes e entrevistas etnográficas com ênfase nas narrativas biográficas, que visavam explorar além da participação no processo político atual, as trajetórias de vida e percurso de militância das interlocutoras. O estudo apontou para a existência do que a autora nomeou como “tretas”, que evidenciaram disputas em torno de quem seria o sujeito do feminismo no contexto do movimento Marcha das Vadias. Tais “tretas”, ainda segundo Dell'Aglio, fazem parte do caráter dinâmico do movimento feminista, contribuindo para uma manutenção da pluralidade dos feminismos na cena da cidade de Porto Alegre. (DELL'AGLIO, 2016).

Cristiano Hamann (2016) estudou os significados e sentidos atribuídos à prostituição de homens na cidade de Porto Alegre. O levantamento de dados para a dissertação aconteceu a partir de uma incursão de inspiração etnográfica nos locais de prostituição masculina da cidade e, na sequência, foram realizadas entrevistas com homens diretamente envolvidos com a prostituição, gerentes de estabelecimento e *promoters* de festas. Alinhado à perspectiva interseccional, o estudo abre margem para a compreensão de como as negociações de sexo tarifado são atravessadas também por marcadores de diferença, que colocam os homens em posições diferentes, em maiores e menores possibilidades de articulação (HAMANN, 2016).

Gabriela Baptista Silva (2017) utilizou como proposta analítica a perspectiva interseccional para refletir acerca de políticas identitárias e de conjugalidades em uma ala exclusiva para pessoas travestis, companheiros de travestis, gays, bissexuais e seus companheiros, em um presídio na cidade de Porto Alegre. A autora fez uso da perspectiva interseccional na dissertação para pensar os agenciamentos de si pelos/as detentos/as, em um espaço carcerário, refletindo sobre suas experiências de gênero e sexualidade sob tal contexto. A coleta de dados aconteceu através de entrevistas individuais e registros em diários de campo de intervenções coletivas que aconteceram em formatos de oficina, a partir de temas variados.

Alice Romano (2017), em sua dissertação, focalizou as movimentações migratórias de mulheres haitianas para o Rio Grande do Sul e, em uma das etapas da produção, na revisão crítica a respeito da interação de marcadores como os de gênero, raça/etnia e classe nos estudos publicados relacionados à migração feminina, pontuou que poucos levam em conta tais marcadores sociais de modo interseccional.

Heloísa Petry (2017) buscou identificar intersecções de gênero, raça e classe problematizando a experiência de jovens mulheres Mc's e as práticas de uma batalha de rap que acontece na cidade de Florianópolis. O levantamento das informações para a dissertação aconteceu a partir de entrevistas individuais e rodas de conversas, ambas contaram com um roteiro semiestruturado. Também fez parte desse levantamento as conversas informais e observações diretas acontecidas no campo-tema, como coloca autora.

### Região Sudeste

André Geraldo Ribeiro Diniz (2013) discutiu em sua dissertação subalternidades, poder e agenciamentos, nas experiências de mulheres prostitutas da cidade de Belo Horizonte. O autor fez uso de observações participantes e entrevistas semiestruturadas para a organização

do levantamento de dados, propondo uma análise interseccional da prostituição a partir de três categorias analíticas: sexualidade, gênero e classe social.

Valeria Melki Busin (2015), em sua tese, lança um olhar interseccional para pensar violências sofridas por travestis, articulando gênero a outros marcadores sociais: raça/cor da pele, classe. Foram entrevistadas oito travestis com diferentes características: cor da pele, classe social, origem geográfica, escolaridade, inserção no movimento LGBTTT. A discussão sobre interseccionalidade atuou de modo a compreender como outros marcadores sociais, além do gênero, coproduzem não só desigualdade e exclusão, mas também resistência e diversidade (BUSIN, 2015).

Thalita Rodrigues (2015) investigou em sua dissertação a relação entre interseccionalidade e concepções de violência contra as mulheres a partir da priorização dos marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e classe. A mesma realizou observações participantes, tendo como campo-tema espaços de debate como o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência – CRAM e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, de Minas Gerais.

João Paulo Bernardes Gonçalves (2015) realizou seu estudo em serviços de intervenção para homens autores de violência doméstica no estado de Minas Gerais buscando, a partir de uma perspectiva psicossociológica e interseccional feminista, investigar a base teórico-metodológica e a perspectiva política dessas intervenções. O autor para construção da dissertação fez uso de entrevistas com os gestores institucionais e facilitadores dos grupos, além de análise documental.

Maíra Ribeiro de Souza (2017) partiu de um olhar interseccional para pensar em sua dissertação o protagonismo juvenil em práticas socioculturais e seus desdobramentos para a participação política. Analisou projetos sociais desenvolvidos por uma ONG, envolvendo duas expressões culturais, sendo elas a música (mais especificamente o *Rap*) e a dança (*Hip Hop*, Funk e Axé). Como referencial teórico, adotou Michel Foucault e suas perspectivas de Análise do Discurso. A autora constatou que as possibilidades de emergência dos jovens, enquanto agentes de ações políticas, estão atravessadas por hierarquias, apontando a necessidade de atentar aos marcadores sociais que, ao mesmo tempo em que funcionam como construtores de identidades coletivas, trabalham também como eixos de subordinação.

Andrea Regina Marques (2017), a partir da análise semiótica de imagens se debruçou sobre as obras de Di Cavalcanti, na tentativa de compreender como as artes plásticas se apropriam da idéia da “mulata”. Di Cavalcanti é conhecido como o pintor das mulatas e os

resultados encontrados, pontua a autora na dissertação, marcam a vulnerabilidade da mulher negra mestiça, tendo em vista as marcações sobrepostas de raça, gênero e classe.

### Região Centro-Oeste

Naiara Windmöller (2016) em sua dissertação refletiu a respeito da saúde mental e masculinidades, com homens em situação de depressão. Em uma primeira etapa, realizou um levantamento bibliográfico sobre a temática, em seguida, optou por realizar uma pesquisa qualitativa, na qual trabalhou com histórias de vida de homens diagnosticados com depressão. Nas histórias percebeu que faltava a seus interlocutores uma percepção do sofrimento relacionado às normativas de gênero, caracterizado no caso pelo endurecimento do corpo e dos afetos, como pede o ideal de masculinidade, questionando ainda se as produções têm ligado fatores de produção de saúde mental com as categorias analíticas de gênero e raça.

Ioneide de Oliveira Campos (2016) trabalhou, em sua tese, as relações de gênero e suas interseccionalidades no campo da saúde mental, pontuando a necessidade de se ofertar um serviço público de saúde que leve em conta às demandas e vulnerabilidades advindas dessas. A autora objetivou realizar uma leitura do sofrimento psíquico sob o enfoque das relações de gênero, a partir de dados sociodemográficos, dos sintomas e diagnósticos e sobre a vivência com o sofrimento de usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial, na cidade de Brasília. O trabalho se dividiu em momentos de cunho quantitativo e qualitativo e aponta para o fato de que o modelo de atenção psicossocial no Brasil necessita estar atento as especificidades de gênero e suas interseccionalidade para possibilitar um acolhimento adequado às mulheres.

Erci Ribeiro (2017) em estudo quali-quantitativo, objetivou investigar em sua dissertação o tema da violência psicológica contra crianças e adolescentes a partir da percepção de conselheiros tutelares. Trata-se da única produção ligada ao campo da infância e adolescência.

### Região Norte

Flávia Camara (2017), na única produção encontrada no norte do país, no período do levantamento, buscou compreender como mulheres negras constroem sua negritude na Região Metropolitana de Belém. Para a dissertação, a autora aponta ter feito uso da noção de campo-tema, utilizando-se de rodas de conversas, anotações em diário de campo, conversas no cotidiano e referenciais teóricos ligados ao feminismo negro. Os resultados, tomando a

intersecção de gênero e raça, dizem de uma marginalização social e acadêmica das mulheres negras.

## **2.2 Algumas considerações pós-contato com os trabalhos**

O levantamento apontou para um crescimento das pesquisas no ano de dois mil e dezesseis, que pode ser considerado o auge da discussão nos programas. Embora seguido de uma pequena redução em dois mil e dezessete (novamente pontuamos: até o fechamento do presente levantamento), tais números refletem um campo que aparentemente vem se consolidando e crescendo nos programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil.

As produções acadêmicas encontradas trazem uma diversidade de estudos envolvendo a discussão sobre interseccionalidade na Psicologia e parecem ter em comum o fato de se voltarem para problemáticas sociais, de modo a visibilizar grupos por vezes desassistidos por políticas públicas, o que contribui para uma situação de vulnerabilidade social dos mesmos. É importante frisar também que outros campos, como o da Educação, Saúde Coletiva e Sociologia, apareceram com frequência no momento de triagem das teses e dissertações, embora descartados pelo recorte na área da Psicologia, a qual esse mapeamento se propôs. Ainda assim, ver o debate circulando em tantas áreas aponta para a multidisciplinaridade com que a mesma tem sido encarada.

A discussão a respeito da interseccionalidade tem se difundido, entretanto é importante lembrar que a mesma tem suas raízes no feminismo negro e na crítica traçada por esse a invisibilização racial de mulheres negras, sendo necessário atentar para que o uso dessa não recaia na visibilização majoritária de outros marcadores sociais e o debate sobre raça volte a escanteio. Por fim, salientamos que o presente levantamento pode ter deixado de contemplar alguns trabalhos, porém como mencionado anteriormente, são os aqui apresentados que surgiram no momento da busca a partir do descritor e recorte temporário utilizado.

### 3 SOBRE RAÇA E RACISMO NO BRASIL

Lei Áurea é paia / Sem qualquer indenização / Atirados a barbárie /  
Tínhamos senhor e ganhamos patrão / Das senzalas pros guetos / Das  
senzalas pra fora dos livros de história

(Bell Puã, 2017)

#### 3.1 Alguns elementos para se pensar a condição da população negra sob o regime escravocrata

A história da população negra não se inicia a partir da escravidão, como muitas vezes é contada, principalmente nas escolas. Antes do processo diaspórico, que trouxe em navios tumbeiros a população oriunda do que hoje chamamos de África, já haviam histórias a serem contadas. A travessia forçada do Atlântico ao Brasil e a outros países é só parte dela. Parte importante pensando as reverberações da mesma nos dias de hoje e, tendo em mente que, dos quinhentos e dezoito anos do país, mais de trezentos aconteceram sob o regime escravocrata.

Abdias do Nascimento (1978), coloca que é quase impossível estimar o número de escravos trazidos ao Brasil, tanto pela ausência de estatísticas confiáveis, quanto pela consequência da incineração de documentos históricos e arquivos ligados ao comércio de escravos e a escravidão ordenada por Rui Barbosa<sup>6</sup>, na época ministro das finanças, três anos após a assinatura da Lei Áurea. O autor nos conta que, por volta de 1530, africanos escravizados começam a chegar ao Brasil, estando em 1535 o comércio de escravos regularmente constituído tomando, nos anos à frente, grandes proporções.

Cativos em uma terra estranha, destituídos da condição de humanidade, a população negra não passava de mercadoria aos olhos dos senhores. O processo de desumanização se iniciava com a captura dos ditos escravos e seguia do trajeto à chegada e permanência dos povos, vendidos em portos e mercados, após as chegadas dos navios. Aos brancos senhores interessava unicamente a força braçal desses sujeitos, que tiveram então, como aponta Nascimento (1978), vários de seus elementos culturais reprimidos. O autor fala também do que aponta como uma violência espiritual ao qual esses eram submetidos, quando por exemplo, batizados nos portos, perdendo assim seu nome de origem.

Até 1888, com a assinatura da Lei Áurea, a escravidão seguiu oficialmente regulamentada no Brasil, não é claro sem contar com processos de combate da população

---

<sup>6</sup> Já me deparei com duas justificativas para a ordem de queima dos documentos ligados à escravidão por Rui Barbosa. Uma alega a boa intenção do ministro em apagar a vergonhosa mancha da escravidão da história do Brasil. A outra gira em torno de que dar cabo dos documentos que contam a história da escravidão foi uma forma de poder negar qualquer tipo de atrocidade cometida para com a população escrava e estimular a ideia de convivência pacífica entre as raças no Brasil. Não acredito na primeira.

escravizada a tal regime. Suicídio, crimes, fugas, revoltas, insurreições eram maneiras dos escravos recusarem a condição a que foram impostos (NASCIMENTO, 1978). Na história da resistência negra frente ao sistema escravocrata, faz-se impossível não mencionar o Quilombo dos Palmares que, como conta Santos (1985), resistiu a diversas expedições ordenadas pela coroa portuguesa no intuito de destruí-lo. O incômodo e tantas forças destinadas a combatê-lo, talvez tivessem justificativa na magnitude do quilombo, pois, como aponta o autor “Palmares era um território, uma sociedade e um Estado ocupando o espaço vital do território, da sociedade e do Estado coloniais” (SANTOS, 1985, p.33).

Ainda antes da Lei Áurea, porém, existiram algumas outras leis que versavam sobre a liberdade dos escravos a partir de certas condições. A Lei 2.040, de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, concedia liberdade aos filhos de mulheres escravas que nasceram a partir da data em que foi promulgada. Previa também indenização aos senhores. Essa poderia ser ofertada pelo governo, caso o menor lhe fosse encaminhado ou poderia ser paga a partir da utilização de serviços do menor até esse completar vinte e um anos, como coloca um dos incisos:

Os ditos filhos menores ficarão em poder sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos<sup>7</sup>.

A lei 3270 de 1885, conhecida como Lei do sexagenário, considerava livres os escravos maiores de sessenta anos, o que parece, inclusive, mais favorável ao senhor do que ao próprio escravo, tendo em vista o desgaste deste durante uma vida toda de trabalho. Também como a lei anterior, previa indenização aos senhores, sendo essa paga pelo próprio escravo a partir de mais alguns anos de serviço:

São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de tres annos.<sup>8</sup>

Tais leis comumente são usadas como prova da benevolência do Estado brasileiro para com a população negra, como se pudessem refletir uma preocupação em trilhar um caminho rumo à abolição da escravatura que tivesse como centro do cuidado a pessoa escravizada.

<sup>7</sup> Extraído de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm) Acesso em: 19 jan. 2019

<sup>8</sup> Extraído de: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=545046&id=14377125&idBinario=15779572&mime=application/rtf> Acesso em: 19 jan. 2019

Entretanto, quando observadas mais de perto, ambas apontam para aspectos controversos na concessão de liberdade à população cativa. A preocupação em indenizar os senhores, por exemplo, serve como prova do desdém do Estado para com a população negra, talvez o mesmo desdém, reconfiguradamente, mantenha-se até os dias de hoje.

Finalmente, a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão, conta unicamente com dois artigos: “Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário”<sup>9</sup>. Durante algum tempo, tal lei, tomada como marco na libertação dos escravos, elencou a princesa Isabel, que a assinou, ao *status* de heroína, ressaltando mais uma vez uma suposta bondade branca na trilha histórica da escravidão.

Como é possível observar, a lei não dispõe sobre perspectivas ligadas ao futuro da população negra ou possibilidades pós-abolição, não havendo qualquer referência ao que seria dos escravos, agora libertos. O silenciamento a esse respeito e a falta de preocupação com o destino dos escravos, evidencia o fato de que a abolição de modo algum aboliu a condição da população negra enquanto seres inferiores, entretanto aboliu de senhores de engenho a responsabilidade sobre essa mercadoria e o modo de mantê-la, que talvez não gerasse tantos ganhos como antes.

Nascimento (1978, p. 65) aponta: “Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja”. Para Sylvia da Silveira Nunes (2006, p. 91):

A esperada cidadania após a abolição não aconteceu e, até hoje, é uma luta constante em uma sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os escravos são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial.

Segundo esse mito, coloca Nascimento (1978), pretos e brancos convivem de modo harmônico no país, usufruindo de iguais oportunidades de existência, sem qualquer tipo de interferência das origens raciais ou étnicas. Uma das defesas dessa convivência quase que pacífica gira em torno da ideia propagada de que a sobrevivência de elementos das culturas africanas indicam desde a escravidão uma relação amigável entre senhores e escravos (NASCIMENTO, 1978).

Entretanto, uma das ações que prova a visão inferior com que a população negra pós-abolição ainda era enxergada, pode ser vista no estímulo da imigração de brancos europeus no

---

<sup>9</sup> Extraído de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm) Acesso em: 18 jan. 2019

intuito de clarear o país. O objetivo que visava a política imigratória era o desaparecimento do negro a partir da prevalência do sangue europeu (o que pelos cálculos feitos na época levariam alguns séculos), já que a população brasileira era tomada como geneticamente inferior, tendo em vista a mistura com o sangue africano, além de vista como feia, pelo mesmo motivo (NASCIMENTO, 1978). O plano de que os ditos brasileiros se tornassem uma população branca, e os de raça negra tivessem por fim desaparecidos não logrou êxito, pelo menos até os dias de hoje, e seguimos, segundo o último censo demográfico Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com uma população cuja maior parte se autodeclara negra (nas categorias do censo, pardos e pretos).

Mesmo que sem poder negar a história da escravidão no Brasil, falar sobre temáticas ligadas às relações raciais ainda pode ser encarado em certos espaços como desnecessário, tendo em vista que (argumentam alguns) o racismo mesmo aconteceu na África do Sul, com o *apartheid*, e não no Brasil. Entretanto, a escravidão embora encerrada, pelo menos nos moldes do Brasil ainda colônia, faz permanecer um legado que até hoje pulsa negativamente em nosso cotidiano.

### **3.2 Raça, racismo e “somos todos humanos”**

“Somos todos humanos” vem sendo um dos argumentos utilizados como forma de questionar a necessidade de se pensar políticas estrategicamente voltadas para a população negra ou outros segmentos minoritários. Debaixo desse argumento, ações que visam diminuir o assassinato dessas populações ou aumentar o ingresso dessas nas universidades, por exemplo, vêm sendo questionadas a partir da ideia de que essas seriam formas de conceder privilégios desnecessários a determinados grupos, tendo em vista que seríamos todos iguais.

A história do Brasil, entretanto serve para nos alertar de que esse “somos todos humanos” nem sempre foi real, como é possível perceber quando se volta os olhos para a época não tão distante em que população negra era escravizada no país. Quando a coisificação desses permitia certas violações a esses corpos não tão dotados de humanidade. Nunes traz que:

Nesse período, a forma de relação com o escravo é muito clara, pois ele é visto como “peça”, tratado como coisa que tem um proprietário: é alugado, vendido, comprado, entra na contabilidade das fazendas ao lado das cabeças de gado, das ferramentas e outros bens materiais. (NUNES, 2006, p. 90).

Ainda hoje, talvez, o *status* de humanidade da população negra siga sendo questionado, afinal, foi isso que fez o atual presidente do país, Jair Bolsonaro, na época deputado federal, ao comparar quilombolas a gado, referindo-se a seu peso em arroba. O

mesmo presidente, anos atrás, em um canal de televisão, afirmou que seu filho não namoraria uma mulher negra porque foi bem educado. A eleição do mesmo enquanto presidente, inclusive, ainda que com a publicização de falas desse cunho, joga luz sobre um fato que às vezes fingimos esquecer: O Brasil é sim um país racista, onde a supremacia de uma dita raça humana sobre outras mantém-se desde a colonização.

Kabengele Munanga (2000) explica que a princípio, na história das ciências naturais, o conceito de raça foi usado na zoologia e na botânica no intuito de classificar plantas e animais. O uso do termo para pensar a diversidade humana foi, a princípio, usado na França entre os séculos XVI-XVII, no intuito de diferenciar a nobreza da plebe, no caso da época, diferenciar Francos de Gauleses e legitimar a relação de dominação entre esses, já que seriam os Francos uma raça superior, ainda que sem qualquer diferença morfológica notável entre eles. No século XVIII, a cor da pele foi considerada um critério na racialização dos sujeitos e, no século XIX, adicionaram-se os critérios morfológicos como o formato do nariz, dos lábios, do crânio e etc (MUNANGA, 2000).

O problema, pontua o autor, não está na classificação, porém na forma como essa hierarquizou e justificou a dominação de uma raça sobre a outra, relacionando cor da pele e traços morfológicos às qualidades psicológicas e morais. Decretando os considerados da raça branca como superior aos de outras raças, a partir de suas características (MUNANGA, 2000).

Posteriormente, dá-se a invalidação científica do conceito de raça, tendo que a diferença nos padrões genéticos das populações não seriam suficientes para caracterizá-las a partir de tal conceito. Assim, hoje, do ponto de vista científico e biológico, é dado que o conceito de raça, para referir-se aos humanos não dota de sentido, sendo nesse caso inoperante (MUNANGA, 2000; SCHUCMAN, 2010).

Apesar da invalidação científica da ideia de seres humanos divididos por raças, pela biologia, o conceito segue sendo usado, aponta Munanga (2000) como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e exclusão. Lia Vainer Schucman (2010) o coloca como uma categoria que diferencia, hierarquiza e subjuga grupos a partir do marcador fenotípico, entendendo que os sujeitos constroem a si e suas experiências a partir de um mundo racializado.

Assim, adota-se a noção de raça tendo em vista a necessidade de se pensar tais aspectos. Entende-se que embora a mesma não faça sentido no campo genético ou biológico, no campo político nos ajuda a pautar e tecer determinadas reflexões no combate às desigualdades racistas que se fundaram a partir do uso tal conceito.

A partir da ideia de raça e dessa hierarquização, entra em cena o racismo, aqui definido a partir de Munanga (2000, p. 24):

...este seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Schucman (2010) coloca que o racismo se trata de uma construção ideológica que se inicia a partir das ideias e valores construídos pelos europeus ao estabelecer contato com as populações de outros continentes, consolidando-se, posteriormente, com as ideias científicas em torno do conceito de raça.

A partir da ideia de uma superioridade racial embasada cientificamente, como pontua também Nunes (2006) ao trazer Nina Rodrigues e sua defesa da inferioridade dos negros, o racismo no Brasil segue se fazendo presente, sendo assim: “é exatamente o racismo que faz com que seja necessária a utilização política da categoria raça” (SCHUCMAN, 2010, p. 52).

Lélia Gonzalez, (1984, p. 226) ironiza:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.

A associação a partir de estereótipos negativos ligados à população negra pode ser observada pelo uso das palavras “educado”, “culto” e “elegante”, que seriam atribuições ligadas aos brancos, o que faz com que o tal médico mencionado nem pareça ser preto.

Estereótipos negativos também deram origem a várias denominações para se designar pessoas não-brancas, como o uso do termo moreno ou mesmo pessoa de cor (SCHUCMAN, 2010). Saídas encontradas para não se associar ao negro e todos os péssimos atributos que foram colocados sobre esses.

É esse clima de negação, ironizado por Gonzáles (1984), que o racismo toma no Brasil, talvez por existir entre nós de maneira tão sutil, que tente fazer-se imperceptível. Sua sutileza entretanto, não diminui a eficácia do mesmo enquanto hierarquizador das relações, porém o torna mais difícil de ser apontado. Por exemplo, se outrora, como coloca Nascimento (1978), os anúncios de vagas de emprego apontavam explicitamente avisos que indicavam a não aceitação de “pessoas de cor” para preencher vagas, posteriormente, passam a adotar a

exigência de pessoas de boa aparência. No Brasil, todos sabem a quem os critérios de boa aparência estão associados.

Alguns estudos trazem exemplos de como esse racismo se manifesta sutilmente a partir de falas e posicionamentos dos interlocutores envolvidos. Schucman (2014), ao investigar a categoria raça na constituição de sujeitos brancos na cidade de São Paulo, menciona que, no momento de suas entrevistas, seus interlocutores trouxeram conteúdos racistas que reafirmavam uma superioridade racial dos brancos em relação a padrões estéticos e morais. Nunes (2014) ao buscar compreender como se caracterizam as falas de estudantes universitários a respeito do racismo contra a população negra, conta-nos que esperava deparar-se em suas entrevistas com falas racistas e não racistas, entretanto predominaram falas racistas, a partir de certa sutileza, vindo de seus entrevistados.

Assim, o não escancaramento do racismo pode ser enxergado também como uma ferramenta de efetividade, colocando-nos diante da questão de como combatê-lo, já que tão difuso. O crime perfeito, como pontua Munanga<sup>10</sup>, (2012), que coloca a culpa na própria vítima, essa responsável por enxergar racismo onde não há.

No ritmo da culpabilização, ainda diante do histórico recente da escravidão, as reverberações dessa no cotidiano da população negra são ignoradas e a responsabilidade pelas condições de vulnerabilidade social na qual vivem grande parte das pessoas negras, recai sobre as próprias vítimas. Vende-se então uma ideia de meritocracia que diz possibilitar a todos os sujeitos oportunidades iguais no acesso à educação, saúde, emprego, lazer, dentre outros âmbitos, e exclui-se a raça como um elemento que possa ter qualquer peso sobre a vida desses. Mais uma estratégia do sistema racista na manutenção das desigualdades raciais.

### **3.3 Psicologia e o debate sobre desigualdades raciais**

Em 2018, a Psicologia completou 56 anos de regulamentação no país, entretanto pautar o debate sobre relações raciais e os desdobramentos dessa na construção de subjetividade dos sujeitos tem sido algo recente. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia - CFP (2017) somente a partir dos anos dois mil, a temática começou a ascender institucionalmente, principalmente a partir de reivindicações do movimento negro e psicólogos/as negros/as.

Anteriormente aos anos dois mil, quando a temática começou a se alargar, alguns autores porém, já buscavam traçar esse debate. Um dos grandes nomes a ser mencionado, levantando a questão sobre racismo e sofrimento psíquico é o de Neuza Souza Santos,

---

<sup>10</sup> Entrevista “O racismo velado, por Kabengele Munanga. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-racismo-velado-por-kabengele-munanga> Acesso em: 26 jan. 2019.

psiquiatra e psicanalista que, em 1983, elaborou um trabalho sobre a construção da identidade negra, especificamente em pessoas negras em ascensão social. A autora, uma mulher negra, vale pontuar, a partir de estudos de caso, fez uso da psicanálise para pensar o assunto, trazendo elementos a respeito de como o racismo se faz presente nesse processo.

Ainda que a partir dessa ascensão colocada pelo CFP, é possível perceber a presente dificuldade em se abordar a temática em sala de aula. Em um país que teve mais de trezentos anos de escravidão e completa esse ano, cento e trinta e um anos de uma suposta abolição oficial. A partir da Lei Áurea, é de se espantar a lentidão com que as grades curriculares têm começado a voltar os olhos nessa direção. Para Schucman: “a formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados” (2014, p.85).

Como não pensar os efeitos do racismo no sofrimento psíquico de mulheres negras e homens negros tratando-se a escravidão no Brasil de algo tão recente? Munanga, em entrevista a Antônio Ciampa (2000), questiona se não teria o mito da democracia racial contribuído com a atual indiferença da psicologia frente à temática. O autor compara o preconceito racial a um iceberg, no qual a parte visível corresponde a práticas de discriminação que conseguimos observar, ao passo que submerso, os preconceitos não manifestados e as consequências da discriminação na estrutura psíquica dos sujeitos, fazem-se presentes. Chamando a atenção da psicologia, tanto do ponto de vista clínico quanto do ponto de vista social, para a necessidade de rompimento com esse silenciamento.

Embora possa parecer indiferente nos dias atuais, frente ao racismo e debates sobre relações raciais, é possível dizer que, anteriormente, a Psicologia contribuiu com uma visão patologizante e desumanizada da população negra a partir do racismo científico. O Conselho Federal da categoria, em cartilha sobre a atuação dos profissionais acerca do debate racial pontua:

Historicamente, a Psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tomar por padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, p. 75).

É importante frisar que o processo de exclusão advindo da época em que o sistema escravista vigorava no Brasil não foi superado, ao contrário, parece se atualizar cotidianamente, e a população negra ainda precisa lidar com os efeitos do mesmo. Vive-se sob um sistema racista que incide por vezes de maneiras diferentes sobre homens e mulheres, mas que é sempre muito eficaz em nos adoecer física e mentalmente.

Ainda assim, aspectos ligados às relações étnico raciais não tem a necessária atenção ou são encarados como indispensáveis nas salas de aula de cursos de graduação em Psicologia, nas quais temáticas ligadas à discussão poucas vezes são incorporadas enquanto disciplinas obrigatórias nas grades curriculares (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

Em pesquisa realizada por Schucman e Santos (2015), com o período de coleta entre os anos de dois mil e nove e dois mil e dez, estudantes de graduação e pós-graduação de uma universidade pública na região metropolitana de São Paulo falam de como essa temática foi abordada de modo superficial durante suas graduações. Os participantes também apontam que a discussão sobre cotas raciais nas universidades favoreceu o aumento da discussão.

Na UFPE, embora alguns professores tenham usado suas disciplinas como uma forma de trazer o debate para a classe, somente em 2018 se instituiu uma disciplina eletiva que tinha como centro de discussão aspectos ligados às relações raciais: *Psicologia, raça e estética como resistência*. Vale pontuar que a temática das cotas raciais também foi um elemento que parece ter ajudado a impulsionar esse processo, a partir de debates sobre questões ligadas a fraudes a essa política, acontecidas tanto no curso de Psicologia, quanto em diversos outros na universidade.

Assim, o debate sobre relações raciais vem sendo mais visibilizado e pulsante em nosso campo de saber, tendo em vista que não se muda a realidade racista do país silenciando sobre ela. É importante colocar, é claro, que essa tentativa de visibilidade parte principalmente da população negra, o que ilustra sem dúvida o equívoco social em se acreditar no racismo como uma problemática dos negros e não como uma problemática estruturante das relações cotidianas. Entra em cena o quanto é preciso que a Psicologia atente para tais questões, evidenciando a necessidade da mesma se fazer comprometida enquanto ciência e profissão, com as demandas da população brasileira (majoritariamente negra, vale lembrar), colocando-se também enquanto campo político com possibilidades de ser um vetor para mudanças sociais.

## 4 SOBRE MULHERES NEGRAS E AS OPRESSÕES RACISTA E SEXISTA

Já parasse pra pensar, nêgo / No fardo de uma preta no Brasil / Cê só viu em novela, mas a dor nunca sentiu / Cê assistiu Chica da Silva e acha que já entendeu / Cê não viveu metade do que a preta véia lá de casa já viveu

(Adelaide Santos, 2018)

### 4.1 Para se pensar a violação à mulher negra no contexto escravocrata

Voltar o olhar sobre a condição específica da mulher negra no contexto da escravatura é uma das formas de ilustrar que apesar de compartilharem elementos em comum com os homens negros no que tange às opressões sofridas, o sexismo também foi um artifício significativo no processo de dominação das mulheres negras. Esse, articulado ao pertencimento racial, propiciou especificidades no que tange ao desrespeito e a violação dos corpos negros de tais mulheres, embora também houvessem similitudes no tratamento dispensado a essas e aos homens negros, tendo como base a submissão pautada na raça.

Como condições semelhantes do tratamento de senhores para com seus escravos, sejam esses homens negros ou mulheres negras é possível citar tanto a exploração de suas capacidades físicas para o trabalho braçal, quanto os castigos que lhes eram infligidos (DAVIS; 2016; hooks<sup>11</sup>, 2014). No que lhes eram exigidos como produtos ao fim dos momentos de trabalho, homens negros e mulheres negras eram tomados enquanto equivalentes, isto é, produziam e trabalhavam tanto quanto o outro. Em outras palavras, desempenhando as mesmas funções as mulheres trabalhavam, produziam e eram exploradas tanto quanto os homens negros.

Quando nas situações de castigos, também eram semelhantes a homens negros e mulheres negras os açoites, mutilações e outros tipos de agressões brutais, na época, comuns. Esses, como um modo de exercício do domínio do senhor sobre o escravo, como formas de punição e também como uma maneira de evitar levantes rebelativos por parte dos segundos. Assim, é possível apontar, como traz Davis (2016), que esse lugar de desumanização a partir da raça os aproximava.

Outro âmbito, no qual não havia diferença das mulheres negras aos homens negros, era a insurgência desses de modo incisivo frente às condições à qual eram submetidos, inclusive nas tentativas de fugas dos locais em que eram escravizados (DAVIS, 2016). Nesse ponto, a luta por sua liberdade era igual para homens e mulheres negras.

---

<sup>11</sup> hooks, aqui e no restante do texto, escrito de forma minúscula, não se trata de erro de grafia ou formatação, mas de uma escolha da autora sobre como ser referenciada.

Entretanto, a articulação entre a dominação racial e a dominação sexista acabava por infligir às mulheres negras outra forma de abuso a seus corpos, que se diferenciavam dos corpos dos homens negros, tornando distintas também as possibilidades de castigo a essas. Assim, era comum a violação sexual dos corpos das mulheres negras escravas pelos senhores de engenho, seus filhos, feitores, e outros homens brancos ligados à casa grande.

Ou seja, não existia diferença sexual quando pensada a exploração dessa mão de obra escravizada, o que fazia com que homens negros e mulheres fossem igualmente cobrados no desempenho das atividades de trabalho forçadas, porém às mulheres cabia impor um modo de subjugar que às distinguiu dos homens, sendo além de mutiladas e açoitadas, estupradas (DAVIS, 2016).

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Tais violações, como demonstração do controle dos corpos dessas mulheres, que na verdade pertenciam a seus donos, aponta Davis (2016), tinham uma dupla função, servindo tanto como uma arma de repressão à resistência das escravas como quanto uma forma de desmoralizar os companheiros dessas. Esses tão pertencentes aos donos brancos quanto as mulheres.

Apesar de ser um mecanismo comum na escravidão, a temática ligada aos estupros sofrido pelas mulheres negras na época têm sido pouco tratada e por vezes sob o viés de que as escravas aceitavam e encorajavam as investidas sexuais dos seus senhores, sem lançar mão de como essa violação tinha o intuito de ser mais uma ferramenta de dominação das mesmas (DAVIS, 2016). Para hooks (2014), tendo em vista às condições das mulheres escravizadas, as sugestões de que essas tinham escolhas quanto a seus parceiros sexuais não faziam sentido, não podendo qualquer submissão “passiva” por parte das mulheres negras ser enxergada como cumplicidade.

Aqui, por fim, vale situar que embora Ângela Davis e bell hooks façam referência, em seus escritos, a contextos estadunidenses do processo escravocrata, o que as mesmas trazem retratam também acontecimentos comuns do processo de desumanização da população negra chegada ao Brasil na condição de escravidão.

## **4.2 Racismo, sexismo e a impossibilidade de separação de ambos na vida das mulheres negras**

A condição de inferioridade, à qual mulheres vinham sendo submetidas, dá origem na Europa e Estados Unidos, por volta do final do século XVIII, ao movimento feminista, esse se fortalecendo no século XIX, como apontam Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (2008). As mesmas autoras pontuam também que no Brasil, assim como em outros países da América Latina, na época, ainda se vivia sob um regime colonial, escravocrata e patriarcal, no qual as mulheres tanto das classes dominantes, quanto das classes populares e também as escravizadas eram vítimas da exploração e da opressão que o sistema lhes impunha. (COSTA & SARDENBERG, 2008).

Entretanto, essas opressões se refletiam de modos diferentes na vida dessas mulheres, a depender entre outras condições de seu grupo racial. Ainda assim, essa diferença não foi levada em consideração no processo inicial do movimento feminista, que esteve durante muito tempo preso sob uma visão eurocêntrica, a uma noção universalizante das mulheres, que deixava de lado, ou fazia parecer esquecida, questões ligadas às desigualdades raciais (GONZÁLES, 2011; CARNEIRO, 2003a). Presumia-se erroneamente que a contestação mais pura e direta ao sexismo seria aquela apartada de elementos ligados à opressão racial ou mesmo econômica (DAVIS, 2016), o que acabou por invisibilizar necessidades de mulheres fora do padrão branco de classe média.

O apagamento da importância das diferenças e desigualdades raciais parece ter silenciado a luta das mulheres negras, desde a época do sistema escravocrata na busca e conquista de direitos. Não me soa honesto por exemplo, dizer que a luta das mulheres contra o combate as suas opressões começa a partir da organização para garantia de direitos civis como o voto, quando temos mulheres negras envolvidas em rebeliões e outras formas de resistência ao sistema escravocrata.

Um exemplo fundamental a ser lembrado, no caminho do rompimento com o silenciamento à que as mulheres negras foram colocadas a partir da raça é o de Sojourner Truth, nos Estados Unidos. Algumas autoras (RIBEIRO, 2017; JABARDO, 2012) ressaltam a importância de Truth na demarcação histórica da impossibilidade de existência de uma ideia universal de mulher, tendo em vista seu discurso proferido em 1851<sup>12</sup>, em uma convenção sobre direito das mulheres. Na ocasião, Truth era a única mulher negra presente (DAVIS, 2016).

---

<sup>12</sup> Algumas referências lidas durante a construção do texto datam o discurso como acontecido no ano de 1852, como por exemplo Jabardo (2012). Outras apontam o apontam como ocorrido em 1851, como Davis (2016).

Truth, que outrora havia sido escrava, a partir de suas experiências, que a diferiam das mulheres brancas ali presentes, questiona seu lugar enquanto mulher. Pautando o tratamento diferente que sempre recebeu ao longo de sua vida, em contraponto às mulheres brancas, por ser negra e ex-escrava indaga aos presentes: “*E eu não sou uma mulher?*” Põe em xeque então, a homogeneidade com que o sujeito político mulher vinha sendo encarado, numa época em que, vale ressaltar, nos Estados Unidos as práticas escravistas ainda eram permitidas e consideradas legais em partes do país.

Sua fala aconteceu após alegações provocativas de alguns homens presentes que argumentavam contra a ideia de concessão de direitos iguais entre homens e mulheres a partir do argumento de que essas seriam fisicamente inferiores (DAVIS, 2016; hooks, 2014). Questionando os posicionamentos que colocavam tal inferioridade, Sojourner Truth, em seu momento de fala, declarou:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?<sup>13</sup>

Nessa época, Truth de fato não era uma mulher e a resposta à sua pergunta, no contexto colonial lamentavelmente seria “não” (LUGONES, 2014). Afinal, “aos olhos do público branco do século XIX, a mulher negra era uma criatura sem valor para o título de mulher; era meramente a propriedade de alguém, uma coisa, um animal” (hooks, 2014, p. 115). Talvez por isso, por não ser tão mulher assim, mulheres brancas presentes, em certos momentos se posicionaram contra deixá-la falar na conferência, situações relatadas por hooks (2014) e Davis (2017).

Para Mercedes Jabardo (2012) se precisássemos fazer referência a algum marco que pudesse ser tomado enquanto ponto fundante do feminismo negro, o marco seria esse discurso. Também Carla Akotirene (2018) coloca Truth como pioneira do feminismo negro. Djamila Ribeiro (2017) aponta que a argumentação da mesma indica que há muito tempo as mulheres negras vêm produzindo discursos contra hegemônicos e pontua: “O que a voz de

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> Acesso em 29 jan. 2019.

Sojourner traz, além de inquietações e necessidade de existir, é evidenciar que as vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo” (RIBEIRO, 2017, p. 24).

No Brasil, como crítica ao feminismo tradicional, há de se citar Lélia Gonzalez (2011) que advoga por um feminismo afro-latino-americano, atentando ao caráter multirracial e pluricultural dessa região. Para a autora, o “esquecimento” por parte do feminismo tradicional para com as questões ligadas à raça estaria relacionado ao racismo por omissão, que tem raízes em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista.

Outras autoras como Sueli Carneiro (2003b) e Luiza Bairros (2008) também vão falar da necessidade de encarar o debate racial para que se possa compreender a situação da mulher negra no Brasil, pontuando a impossibilidade de separação dos dois marcadores ao se pensar os focos de combate do movimento de mulheres negras. Ou seja, a batalha contra o sexismo e o racismo precisa ser feita de modo interligado, não existindo possibilidade de separação entre eles no que tange ao fazer político de mulheres negras.

Para Carneiro (2003a) a luta das mulheres por creches, inovações nas políticas públicas, campanhas pela igualdade salarial, dentre outras pautas, evidenciou o caráter importante do movimento feminista. “Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2003b, p.118).

Para Bairros (2008):

Não há dúvidas que as mulheres do Movimento Feminista trazem uma contribuição importantíssima do ponto de vista de uma visão do mundo, feminina, mas também são essas mesmas mulheres formadas para desconhecer as desigualdades raciais, formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial e aí, contraditoriamente, ainda que o Movimento Feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada no sentido da produção das desigualdades, ele não consegue sacar a recriação constante dos mecanismos de discriminação racial das quais as feministas têm sido instrumento (BAIROS, 2008, p. 142).

Na impossibilidade dessa separação no fazer político, essas mulheres deparam-se com uma espécie de não-lugar, ao não serem abarcadas pela pureza categorial seja da raça ou do gênero (LUGONES, 2014). Assim, tanto o feminismo tradicional quanto o movimento negro, acabavam em certa medida por reproduzir a exclusão dessas de suas agendas políticas.

A consciência de que a partilha da mesma identidade de gênero não se desdobra em uma solidariedade racial dentro do grupo fez com que as mulheres negras enfrentassem a discriminação racial no movimento feminista; o mesmo é possível dizer em relação à solidariedade para com o gênero no interior do grupo com o qual partilhavam o pertencimento

racial, sendo preciso reivindicações incisivas para que a dimensão do gênero fosse encarada como elemento estruturante das desigualdades raciais pelos movimentos negros no Brasil (CARNEIRO, 2003b). Assim, a partir da década de 70 as mulheres negras intensificaram as críticas tanto ao movimento negro quanto ao movimento de mulheres, demarcando uma necessidade de pensar suas reivindicações políticas (LEMOS, 2016).

Lemos (2016) conta que no Brasil, o início dos anos oitenta foi marcado pelo debate sobre especificidades no feminismo, e pôde ficar visível que as bandeiras defendidas por feministas brancas diferenciavam-se das defendidas por mulheres negras, sejam essas da classe média ou faveladas. Como exemplo relata uma reunião feminista em que esteve presente, onde mulheres brancas contestavam fala de mulheres negras sobre a importância da reivindicação de creches comunitárias como caráter de urgência. Para as primeiras isso não era um problema tão grave já que poderiam contar com a ajuda de empregadas ou babás (possivelmente mulheres negras que por vezes também tinham filhos) para cuidarem das crianças em suas ausências, pontua a autora.

Também no movimento negro, Lemos (2016) nos conta que as tarefas colocadas às mulheres negras por vezes reafirmavam o lugar de subalternidade dessas, e que tensões se instauravam inclusive ligadas ao compartilhamento do microfone, além da desqualificação de suas falas pelos companheiros e das solicitações para que assumissem tarefas que seriam tradicionalmente reservadas às mulheres.

A autora ilustra o tensionamento de questões ligadas ao gênero no movimento negro usando um material publicado por Joel Rufino dos Santos, homem negro, historiador e na época, ano de 1994, presidente da Fundação Cultural Palmares. Na publicação, de forma intensamente machista, o historiador explica em um dos trechos, o porquê do homem negro bem sucedido comumente relacionar-se com mulheres brancas:

A parte mais óbvia da explicação é que a branca é mais bonita que a negra e quem prospera troca automaticamente de carro. Quem me viu dirigindo um Fusca e hoje me vê de Monza tem certeza de que já não sou um pé-rapado: o carro como a mulher é um signo. Há no Brasil uma multidão de pretas bonitas, mas a forma da beleza é branca. A preta que se aproxima dela passa a cabrocha, jambete, mulata, etc. Um brasileiro é que percebeu isso bem, ao explicar a queda nacional pela mulata: é a mulher ideal, pois tem, ao mesmo tempo, a beleza da branca e a facilidade da negra” (RUFINO, 1994, p. 163, citado por Lemos, 2016).

Na época, Sueli Carneiro (1995) questionou de modo excepcional a resposta machista e racista de Joel Rufino, trazendo para a discussão elementos como os caminhos para a ascensão social do homem negro, a necessidade desses de se aproximar do homem branco e a

hipersexualização do corpo da mulher negra. A autora ainda criticou a desumanização das mulheres, sejam essas brancas ou negras a partir da colocação das mesmas enquanto objetos para deleite de um homem; trouxe para o debate a criação do mito da democracia racial, lembrando que no Brasil a miscigenação está fortemente ligada à violência sexual entre senhores de engenho e mulheres negras escravas; fez menção a necessidade de homens e mulheres negras se organizarem coletivamente na luta contra o racismo e busca de dignidade para a população negra, e finalizou:

Mas paradoxalmente Joel Rufino prefere esquecer a História e opta por escrever **estórias** em que seres humanos são transformados em Fuscas e Monzas pilotados por um pobre neguinho que um dia dormiu e sonhou que era campeão de Formula 1 (CARNEIRO, 1995, p. 552).

Se por um lado, o feminismo carregava as dificuldades de levar em consideração a categoria raça para pensar a forma como a interface dessa com o gênero incidia na vida das mulheres, de outro, é preciso trazer que os movimentos de articulação política em torno da raça enquanto mote principal, também não estavam dando conta de incorporar de modo efetivo em suas pautas, os anseios das mulheres negras.

Assim, o pensamento feminista negro, produzido por mulheres negras, em grande parte de forma oral (COLLINS, 2016), entra em cena como uma demarcação de local político por esse sujeito, nem homem nem mulher branca, e é possível dizer que a teoria interseccional nos ajuda a pensar os efeitos que o entrelaçamento entre os marcadores raciais e de gênero causam nas vivências dessas.

Faz-se plausível pensar a articulação entre ambos e como essa pode diferenciar os caminhos de atuação política feminista das mulheres ao se colocar no debate, por exemplo, a relação entre mulheres negras e homens negros. Longe de estabelecerem um comportamento de abominação para com esses, quando se pensa a luta de mulheres negras é preciso entender o quanto a violência infligida aos mesmos também nos atinge, tendo em vista o compartilhamento do pertencimento racial e das exclusões e subordinações que esse acarretou. Trata-se de evidenciar a maneira como esses foram na época da escravidão e são ainda hoje tomados também como aliados de luta frente a subordinação racial compartilhada e não colocados na posição de inimigos.

Pensando essas violências nos dias atuais, vale o apontamento de alguns números: de acordo com o Atlas da Violência<sup>14</sup> do ano de dois mil e dezessete, de cada cem pessoas vítimas de homicídio no Brasil, 71 são negras. No caso das mulheres negras os números

---

<sup>14</sup> O documento pode ser encontrado em <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/> Acesso em: 05 mar. 2018

mostram que de 2005 a 2015 enquanto a mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4%, a de mulheres negras teve um aumento de 22% no mesmo período recortado, tendo aumentado inclusive a taxa de morte por agressão a essas mulheres. O mesmo documento apresenta números com os quais ilustra que homens negros também são as maiores vítimas de violência letal, tendo essa vitimização se elevado ao passo que a de não-negros diminuído, no mesmo período de tempo acima citado.

Logo, falar de jovens mulheres negras e de um feminismo negro é também pensar em que medida os homens se fazem presentes na discussão, já que é preciso levar em conta a relação do racismo institucional com esses altos índices de mortalidade que atingem homens negros e mulheres negras, enxergando inclusive a dor e sofrimento dessas mulheres enquanto mães, irmãs e companheiras dos homens negros vitimados por sua raça, em mais um elemento de constatação de que o combate ao sexismo sem articulação com o combate ao racismo não faz sentido para as mulheres negras.

Assim as mulheres negras ao comprometerem-se no combate ao caráter interligado de opressões apontam o foco de investigação para o elo entre esses sistemas, para a maneira como se entrelaçam, propondo a partir do pensamento feminista negro uma abordagem holística que trate da interação entre as múltiplas categorias como objeto de estudo (COLLINS, 2016).

### **4.3 Caminhos na construção de uma juventude feminista negra**

Entender como necessárias as contribuições da juventude para o campo do feminismo é criticar a ideia que alguns espaços reproduziram e reproduzem de que jovens não seriam maduros/as suficientes para lidar com determinados processos de organização política, restando-lhes a possibilidade de aprender com os adultos para que futuramente (quando também adultos) possam de fato vir a ter voz.

Essa visão é fruto de uma concepção adultocêntrica na qual a juventude é encarada como uma fase de vir a ser, como uma fase de incompletude a qual o adulto é a referência do que se tornar. Tal lógica, inclusive, por vezes impede que reconheçamos os/as jovens enquanto atores sociais e políticos. Porém, se antes uma maioria geracional era aguardada para que as contribuições políticas pudessem ser encaradas enquanto de fato legítimas, hoje é possível perceber se construindo um cenário no qual os/as jovens reconfiguram a noção do fazer político (CASTRO, 2009). Assim, colocar ênfase no modo como as jovens têm usado do feminismo negro para pensar seu cotidiano e contribuir nas formas de fazer/discutir política

nesse campo, é importante de modo a romper com a ideia das mesmas enquanto sujeitos pré-políticos que encontrarão na adultez seu ponto de plenitude.

No caso do presente trabalho é importante situar que estamos falando de jovens negras feministas em um país marcado estruturalmente por desigualdades raciais e de gênero, que se refletem de modo explícito e perverso na vida das mulheres negras. Assim, pensar a socialização a partir do gênero é um elemento importante, tal como considerar aspectos ligados à raça na experiência juvenil, quando se trabalha a partir da perspectiva da interseccionalidade (MAYORGA & PINTO, 2013).

Sobre a importância da juventude nos processos de mobilização social, vale ressaltar o quanto os movimentos de juventude negra têm se organizado na reivindicação da garantia de direitos para essa população. Morais (2013) conta que a partir dos anos dois mil, se intensificou o entrelaçamento entre a identidade racial e esse lugar geracional, a partir de demandas dirigidas ao poder público pelo reconhecimento das “especificidades” vivenciadas pelos/as jovens negros/as a partir da desigualdade racial.

Quanto às articulações de jovens feministas negras, é possível citar o 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe – EFLAC, em dois mil e cinco como um espaço importante para tal, quando a partir da grande presença de negras jovens, redigiram esse documento sobre esse segmento e o apresentaram na plenária final. As jovens negras ali presentes saíram com o direcionamento da criação de um espaço que as contemplasse na vontade de dialogar sobre a história do feminismo negro e traçar estratégias sobre o legado deixado tanto pelo movimento feminista quanto pelo movimento negro (ANDRADE; LUIZ; QUEIROZ, 2012).

O primeiro encontro de negras jovens feministas, como uma espécie de desdobramento, aconteceu no ano de dois mil e nove. Fabiana Leonel de Castro (2010) documentou alguns elementos do mesmo em seu trabalho de mestrado e coloca que a maioria das presentes eram estudantes universitárias, sendo muitas dessas as primeiras de suas famílias a estarem em tal lugar. A pesquisa da mesma girava em torno de como jovens feministas negras percebem e (re)formulam discursos sobre sua sexualidade, e segundo nos conta, trabalhar com a temática adveio de uma demanda das próprias mulheres, que apresentaram essa questão como central na dinâmica de suas vidas. Segundo ela, que teve acesso as fichas de inscrição das cento e vinte mulheres, o maior número de inscritas foi dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, que sediou o evento. É importante pontuar que embora contassem com cento e vinte inscritas, nem todas conseguiram

comparecer, tendo em vista que não foi possível conseguir financiamento de passagem a todo grupo (CASTRO, 2010).

Andrade, Luiz e Queiroz (2012) nos contam que uma das finalidades do encontro era articular uma rede nacional como instrumento de luta e discussão no intuito de se refletir a respeito da possibilidade de outro modelo de sociedade, no qual existisse respeito à integralidade dos direitos das mulheres, em particular das jovens negras, sendo essa pauta centro das ações institucionais do governo. Para as autoras o encontro cumpriu um importante papel, ao promover um espaço de diálogo baseado na noção interseccionalizada da identidade das jovens, além da formação de uma rede política nacional no intuito de dialogar sobre a temática.

O segundo encontro nacional de negras jovens feministas, aconteceu oito anos depois, também como um processo que buscou fortalecer o elo entre jovens negras feministas de todo o país. O mesmo, sem dúvida outro marco histórico na construção de um feminismo negro pautado por jovens feministas negra será abordado mais a frente, no presente trabalho.

Além de grandes encontros de caráter nacional, é importante ressaltar também outros modos de mobilização de jovens feministas negras, que em Recife, por exemplo, acontecem a partir de espaços de poesia, dança, rap, dentre outras formas de manifestação. As jovens fazem uso das mais diversas linguagens para levantar questões acerca das temáticas que têm sido pautas nesses espaços, como questões estéticas, solidão da mulher negra, ausência de mulheres negras em determinados espaços, extermínio da juventude negra, falta de acesso a serviços de saúde, dentre outros.

Espaços de atuação política como esses, construídos por jovens para jovens, num contexto em que a juventude ainda é tomada enquanto alheia a assuntos políticos, ou comparada de modo negativo, como se deixassem a desejar em aspectos ligados à militância de jovens de décadas anteriores, são um excelente mote para se pensar o que vem sendo construído pela juventude no âmbito do combate às desigualdades sociais. Assim, falar dessas jovens mulheres negras que se envolvem nos espaços de militância da cidade é falar das diversas formas de resistência que as mesmas empenham na contramão de um sistema que as vulnerabiliza a partir tanto da violência racial quanto da violência de gênero.

## 5 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

### 5.1 Aportes epistemológicos

Ao longo do tempo o saber científico se construiu enquanto verdade absoluta. Não uma verdade, mas a verdade. O único modo de saber que deveria ser levado em consideração, desqualificando outras formas de conhecer, que na relação com este, foram vistas como desimportantes e pouco relevantes. Entretanto, vários movimentos levantaram críticas aos processos de construção do conhecimento científico sob esses vieses (BANDEIRA, 2008).

Entre eles interessam-nos principalmente as críticas feministas e as críticas decoloniais, feitas à ciência. Ambas, relacionam-se com a ótica sob a qual a presente pesquisa pretendeu caminhar. A perspectiva feminista por denunciar as desigualdades ligadas ao gênero na produção científica e a subordinação à qual as mulheres foram colocadas por esse conhecimento (HARAWAY, 1995); a perspectiva decolonial por criticar a exclusividade do conhecimento como ligada ao norte do globo, deslegitimando as formas de saber de outras localizações a partir do que seria uma “epistemologia mestre” (ALCOFF, 2016).

Lourdes Bandeira (2008) aponta que o pensamento crítico feminista se impõe no campo acadêmico, a partir da década de 70, trazendo à tona o debate a respeito da discriminação e exclusão das mulheres do campo científico. Dessa forma, as críticas feministas à ciência tem papel importante à nossa discussão quando, questionam o modo como a produção do conhecimento científico, durante muito tempo, desenrolou-se a partir de uma ótica masculinista, ou seja, como um espaço reservado a homens (e aqui vale frisar homens brancos) argumentando, inclusive, uma inferioridade intelectual que justificaria a ausência de mulheres nesse campo.

As epistemologias feministas também questionaram a ciência a respeito de sua colocação enquanto saber guiado pela neutralidade (SILVA; LAGE, 2014; HARAWAY, 1995). Se durante muito tempo, a ciência positivista construiu um ideal de pesquisador competente como aquele capaz de alhear-se a fatos sociais, culturais, históricos e políticos, que envolvessem os sujeitos com o qual interagia e produzir conhecimentos de modo a ser universalmente replicados (NEVES; NOGUEIRA, 2005), as epistemologias feministas se colocaram de modo a reivindicar entre outras coisas, a necessidade de um saber situado, como pontua Donna Haraway (1995).

A autora questiona a face masculina a partir da qual a ciência moderna se constituiu e o modo como essa construção foi capaz de elencar determinados privilégios para um grupo específico. Também evidencia a importância de se enxergar a ciência como um campo de

poder que carrega consigo a possibilidade de legitimar ou deslegitimar ações sobre grupos ou sujeitos, sendo a produção científica uma prática política.

Para Haraway (1995) o saber científico necessita localizar o lugar de onde se fala e de onde está sendo produzido determinado conhecimento, o que a mesma chamou de “Saberes localizados”. Marcar o contexto em que determinado saber está sendo produzido, e também quem o está produzindo, nos serve como referência para se deixar de lado a ideia de neutralidade e assim corporificar o desenvolvimento das produções científicas. A noção de saberes localizados nos ajuda a pensar a ciência como uma construção histórica, localizada em determinado contexto e época, a partir de diferentes formas de enxergar o mundo e suas relações (HARAWAY, 1995).

Já que falo em corporificar a ciência, pontuo que não fujo ao meu lugar de jovem negra que buscou no desenrolar do levantamento de dados, escutar outras jovens negras, tentando sempre compreender as facilidades e dificuldades que podem emergir a partir disso e fazendo uso constante da noção de reflexividade. Essa, entendida como uma reflexão a respeito da maneira como quem somos interfere nos aspectos de nossos trabalhos, pensando entre outras questões o lugar que ocupo na relação com minhas interlocutoras e esses efeitos no andamento da pesquisa (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

Falar em ponto de vista situado é falar também da crítica que mulheres negras teceram à universalização do conhecimento científico feminista branco e lido como exclusivo. Afinal, as pesquisas feministas tiveram seu cenário, também marcado pela branquitude, questionado por exemplo por mulheres não-brancas, feministas pós-coloniais, e outros segmentos, ressalta Virginia L. Olesen (2006), que pontua a relevância dos escritos de Patricia Hill Collins e bell hooks, na construção de pensamento e de uma pesquisa feminista não universal. Olesen (2006) também chama a atenção para algumas complexidades que tem emergido na pesquisa feminista qualitativa e necessitam ser refletidas, tais quais: “a natureza da pesquisa, a definição daqueles com os quais a pesquisa é feita e o relacionamento com estes, as características e a localização da pesquisadora, além da própria criação e apresentação dos conhecimentos gerados na pesquisa” (p.221).

Aqui, tomando-se que não é possível falar em uma única epistemologia feminista (KOLLER; NARVAZ, 2006), reivindico o lugar de uma epistemologia feminista negra, como olhar epistemológico. Entendendo que:

Existem correntes teóricas diversas, que, apropriadas a partir das teorias gerais, cada uma a seu modo procura compreender por que e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade. Desde que se fala em *crítica feminista*, faz-se, geralmente, apelo a esse bloco de

correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, a viver em condições de subordinação, uma vez que na base de qualquer corrente feminista há o reconhecimento de uma causa social e cultural para a condição feminina de subordinação (BANDEIRA, 2008, p. 210).

Collins (2000) ao refletir sobre uma epistemologia feminista negra chama a atenção para a importância da experiência vivida como um dos critérios de credibilidade na construção do conhecimento, usando como um dos exemplos a relevância de Sojourner Truth, que para a autora, postulando exemplos de sua própria vida, desconstruiu as noções que prevaleciam sobre o ser mulher. Para Collins as experiências coletivas compartilhadas pelas mulheres negras afro americanas construíram uma sabedoria coletiva, um ponto de vista das mulheres negras, uma epistemologia feminista negra, que envolve dimensões como a experiência, o diálogo e o cuidado, óticas sob as quais se buscou também construir esse trabalho.

Cláudia Pons Cardoso (2012) ao fazer uso da epistemologia feminista negra enquanto perspectiva em sua tese de doutorado a respeito do pensamento feminista a partir da ótica de mulheres negras brasileiras, salienta a importância de lembrar que embora os contextos de produções possam ser diferentes, tendo em vista Estados Unidos, país de Hill Collins, e Brasil, existe uma similaridade da realidade diaspórica, vivenciada pelos dois países. Tal realidade é produtora de experiências tomadas como semelhantes quando se pensa escravidão e discriminação racial; não se tratando então, de uma homogeneização das mulheres negras, alheia aos seus contextos geopolíticos.

Assim como a crítica feminista à ciência, pensar a partir de uma epistemologia decolonial também nos coloca de encontro ao saber científico que se pretende descorporificado, e que novamente ressalto, não acreditamos ser. Ramón Grosfoguel (2016) pontua enquanto importante para se pensar essa ciência descorporificada, o papel exercido pela filosofia cartesiana a partir da separação entre mente e corpo, que possibilitou colocar o “Eu” no lugar do divino, e assim como esse, existir (e produzir) a partir de um não-lugar. O conhecimento seria então fruto de um monólogo interior produzido por esse “Eu”, sem a necessidade de relações sociais com outros sujeitos, existindo e produzindo isoladamente. Esse modo de enxergar ainda é o que vigora em muitos espaços de produção científica, e o receio de se implicar no que se produz e ter o status de ciência questionado por quem acha possível propagar a necessidade de neutralidade, paira sobre os ambientes acadêmicos.

Decolonizar o saber científico é buscar entender também os efeitos da colonização nos processos de validação dos conhecimentos em mais ou menos importantes. É pensar o modo

como essa foi responsável pela exclusão de mulheres e pessoas não ocidentais do campo científico durante tanto tempo, levando-nos a perceber, como aponta Grosfoguel (2016) que as estruturas na quais se fundam o conhecimento nas universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas, ao mesmo tempo.

O racismo e o sexismo que agem de modo a deslegitimar alguns grupos identitários no processo de construção do conhecimento científico, levam-nos a refletir a respeito do argumento usado por Linda Alcoff (2016) para se pensar a importância das identidades ao se colocar em pauta uma decolonização epistêmica e lançar luz sobre a corporificação de quem produz cientificamente:

O projeto de decolonização epistemológica (e a mudança da geografia da razão) requer que prestemos atenção à identidade social não simplesmente para mostrar como o colonialismo tem, em alguns casos criado identidades, mas também para mostrar como têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente algumas formas de identidade, enquanto outras têm sido fortalecidas. Assim, o projeto de decolonização epistemológica presume a importância epistêmica da identidade porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento (ALCOFF, 2016, p. 136).

Decolonizar também é deixar de enxergar o norte do globo, ou mais especificamente poucos países da Europa, como produtores de saber científico inquestionável, e voltar os olhos para o que tem sido produzido em contextos que nos cercam mais de perto, inclusive na própria Psicologia. Como não lembrar Martin-Baró (1986), que bradou para que essa buscasse contribuir mais com a realidade latino americana, pensando as diferenças entre os países da América Latina e Europa, e advogando por um saber que não nos aprisionasse, mas fosse sim libertador. Sobre produtores desse saber científico inquestionável, vale trazer a cena Collins (2000), ao colocar que essa dominação epistemológica eurocêntrica, embora atenda ao interesse de homens brancos no poder, não será necessariamente manejada exclusivamente por esses, sendo mulheres brancas, mulheres e homens afro-americanos e outras pessoas de cor escaladas para reforço dessa relação de poder que privilegia o eurocentrismo.

Pontuemos aqui, que deixar de enxergar apenas o que vem sendo produzido tradicionalmente em países bem estimados cientificamente, não significa simplesmente ignorar a existência de suas produções. Significa buscar também referências outras a serem estudadas, que possam contribuir com o presente projeto e que por motivos já mencionados, por vezes não compõe a gama de autores devidamente valorizados no âmbito acadêmico.

## 5.2 Interseccionalidade enquanto lente teórico-metodológica

A teoria interseccional é a ferramenta norteadora que vai permear o andamento do trabalho, na tentativa de visibilizar a articulação entre os marcadores que foram escolhidos para desencadear a discussão. A decisão sobre as categorias elencadas foi tomada, buscando-se evidenciar o debate sobre o entrelaçamento de raça e gênero no feminismo negro, a partir de jovens feministas, o que coloca também em cena o marcador geracional.

A noção de Interseccionalidade surge a partir de críticas de mulheres negras ao apagamento das demandas e necessidades dessas dentro da sociedade, que não dava conta de pensar problemáticas ligadas a marcadores sociais enquanto conectadas. Para Nogueira (2017) tem sido a resposta teórica dentro do feminismo a questões voltadas à diversidade e pluralidade entre as mulheres.

Uma análise interseccional resiste à essencialização de todas as categorias (tratando todos os membros de um único grupo social como o mesmo e supondo que compartilham as mesmas experiências) e está atenta às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações (NOGUEIRA, 2017, p. 233).

Pensar a discussão a respeito da interseccionalidade no presente trabalho é levar em conta que ser mulher é experienciado de modo diferente, quando atentamos para a relevância de outros marcadores além do gênero. No caso do entrelaçamento entre raça e gênero por exemplo, para pensar experiências de mulheres negras, Sojourner Truth pode ser encarada enquanto uma das primeiras a trazer à tona essa discussão. Em solo nacional, Lélia González (1984), mesmo que também não usando o termo interseccionalidade, já teorizava sobre o lugar da mulher negra no Brasil, pensando o entrelaçamento entre racismo, sexismo e as posições que essa mulher ocupou tanto na época da escravidão, quanto após a dita abolição da escravatura.

Para Kimberlee Crenshaw<sup>15</sup>, conhecida enquanto uma das principais difusoras do termo:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (2002, p. 173).

---

<sup>15</sup> No Brasil a discussão sobre interseccionalidade foi muito embasada pelos textos da autora, tendo em vista as traduções destes do inglês para o português. Porém é preciso atentar que outras mulheres negras também já traçavam essa discussão e por questões talvez ligadas puramente às possibilidades de tradução, não tornaram-se tão conhecidas.

Maria Lugones (2014) chama a atenção sobre o que seria um não-lugar das mulheres de cor, no sistema colonial a partir do qual se pensa o gênero. Esse sistema coloca as categorias sociais como constituídas dicotomicamente, fazendo emergir o que a autora nomeia como uma pureza categorial que acaba por visibilizar apenas os que seriam membros superiores nessa dicotomia.

A relação entre pureza categorial e dicotomias hierárquicas funciona assim: cada categoria homogênea, separável, atomizada caracteriza-se em referência ao membro superior da dicotomia. “Assim, “mulheres” refere-se a mulheres brancas. “Negro” refere-se a homens negros. Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, *mestizas*, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. A interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor (LUGONES, 2014, p. 942).

Crenshaw (2004) nos conta uma história que pode servir como ilustração para esse não lugar das mulheres negras. A autora apresenta o caso de uma empresa industrial estadunidense acusada de discriminação por não contratar mulheres afro americanas. Entretanto, a empresa contratava homens negros, comumente para o trabalho braçal na linha de montagem, o que a isentou da acusação de discriminação racial e contratava também mulheres brancas, essas para trabalhos mais voltados à recepção e escritório, o que não permitia então se falar em discriminação de gênero. Tem-se então uma empresa que empregava negros, porém apenas homens; e empregava mulheres, no caso, apenas mulheres brancas. As mulheres negras que entraram com um processo judicial contra a empresa não conseguiram convencer o tribunal de que estariam sendo vítimas nem de discriminação racial, tampouco de gênero, o que convida a autora a refletir sobre o que acontece quando essas discriminações se combinam e afetam a vida de determinados sujeitos, não podendo ser analisadas separadamente.

O debate sobre interseccionalidade acabou ganhando diferentes facetas e outras autoras, além de Crenshaw também construíram teorizações a respeito do modo como os marcadores sociais se articulam na vida dos sujeitos. Assim, aspectos como diferença, poder e margens de agência são pensados de maneiras distintas, a depender do modo como se aborda a discussão sobre interseccionalidade (PISCITELLI, 2008).

Adriana Piscitelli (2008) apresenta dois modos a partir dos quais é possível refletir a respeito da Interseccionalidade. O primeiro a autora nomeia como “*leituras sistêmicas*”, considerando o destaque dado aos sistemas de dominação (exemplo, raça, classe, gênero...) e o modo como eles atuam na formação de identidades, parecendo ser ligados exclusivamente a

efeitos de vulnerabilidade e desempoderamento. Embora a ideia seja contribuir para o empoderamento de grupos subordinados, para Piscitelli, “os sujeitos aparecem constituídos por sistemas de dominação e marginalização e, nesse sentido, carentes de agência” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Crenshaw é tida como a principal teórica dessa leitura, que tem sido criticada por parecer não distinguir diferença e desigualdade ao pensar os marcadores, além de encarar o poder como algo estático e não enquanto uma relação.

Sobre a leitura de Crenshaw, Cardoso (2012, p. 57) coloca:

O modelo analítico de Crenshaw é, com certeza, uma grande contribuição para as pesquisas feministas, pois permite o exame minucioso das realidades sociais, desnudando os processos discriminatórios que estão acometendo as mulheres naquela situação específica. Contudo, a aplicação do modelo analítico proposto exige maiores reflexões, para que não se corra o risco de perder de vista o significado e a importância dos processos de resistência empreendidos pelas mulheres em suas lutas ao longo da história.

A outra leitura apresentada é chamada de “*abordagens construcionistas*”, na qual Piscitelli (2008) traz como destaques as autoras Anne McKlinton e Avtar Brah. Nessa leitura trabalha-se com a noção de categorias de articulação tomando que as categorias existem por meio da relação entre elas, como resultados de práticas articulatórias. Aqui, nem sempre a diferença há de ser encarada como um marcador de hierarquia ou opressão, mas vista também como uma forma de diversidade, e os marcadores de identidade são encarados não somente como aspectos de subordinação, mas também como recursos que possibilitam a ação por parte dos sujeitos, não limitados por esses.

Piscitelli (2008), sobre as possibilidades de uso de uma ou de outra leitura coloca a importância que os dois termos (interseccionalidade e categorias de articulação) carregam, ao trazer à tona a discussão sobre visões de diferença, poder e agência. No presente trabalho tomaremos o cuidado de não evidenciar unicamente aspectos de desempoderamento pensando as experiências das jovens feministas negras, mas enxergando processos de resistência frente à subordinação à qual as intersecções dos marcadores às colocam.

### **5.3 Considerações sobre o feminismo negro enquanto campo tema**

Alguns autores da Psicologia, aqui tomando como referência Peter Kevin Spink (2003; 2008), tem chamado a atenção para o que as metodologias nas pesquisas em Psicologia Social encaram enquanto “*campo*” no processo do fazer pesquisa, estando esse comumente, associado a um local geográfico específico. Tradicionalmente quando se menciona pesquisa de campo, refere-se a uma pesquisadora ou pesquisador, que comparece alguns dias ou momentos nesses locais, para interagir com os sujeitos de suas pesquisas no que seria uma

espécie de “habitat natural” dos mesmos (SPINK, 2003; 2008). A pesquisadora ou pesquisador vai ao campo, se mune das informações necessárias para dar conta do que busca em seu trabalho e ao retornar, organiza os dados, geralmente escrevendo algo sobre.

Spink, entretanto provoca a Psicologia Social ao que se apresenta como outro tipo de olhar a ser lançado ao campo. Outro modo de enxergá-lo, expandindo-o para além da presença em determinada localidade. O autor nos convida a encarar o campo como algo presente a partir do momento em que a pesquisadora ou pesquisador vincula-se à temática escolhida e assim, a presentifica em seu cotidiano, não somente como um lugar específico onde o tema pode ser observado (SPINK, 2003).

Esse estar em campo, pelo qual Spink advoga, refere-se às relações e aproximações com o que será explorado desde o momento em que isso foi decidido, rompendo-se com a ideia de campo enquanto local separado, onde se vai *coletar* os dados. Para o autor, esse local é somente um fragmento do que o mesmo chama de campo-tema, mas não o único, tendo em vista a multiplicidade de artefatos que podem ajudar a compor a noção de campo nessa perspectiva (SPINK, 2003). Para Spink: “Campo portanto é o argumento no qual estamos inserido; argumento este que tem múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares” (SPINK, 2003, p. 28). O estar no campo do feminismo negro, que aqui será apresentado não se trata portanto, de estar em um local específico, mas sim de se estar envolvida e ligada a temática, nas possibilidades de espaço em que essa pôde ser acompanhada.

Essas possibilidades são as mais variáveis possíveis. A poltrona da biblioteca, como ilustra Spink (2003) é um modo de se estar no campo-tema. As formações políticas, os momentos de entrevistas, os diálogos aqui e acolá, são todas maneiras de se estar inserida no campo-tema, buscando-se aprofundar na temática e compartilhar saberes a respeito da mesma.

No caso de minha pesquisa de mestrado, essa necessidade de aprofundamento no campo-tema emerge em forma de questões colocadas a princípio a mim mesma, que se desdobraram no que veio a ser um trabalho de pós-graduação. Tomando que a pesquisa nasce da curiosidade ou da necessidade de se refletir a respeito de uma experiência (SPINK, 2003), meu projeto, quando em sua primeira versão ainda para seleção de mestrado, trazia alguns questionamentos que me perturbavam no campo da militância. A pesquisa de mestrado foi uma das maneiras de se buscar respostas que pudessem trazer sentido as perguntas que se formavam na minha cabeça, em relação ao feminismo negro.

Também é preciso ter em mente que quando optamos por inserir uma temática em um programa de pós-graduação, estamos de algum modo falando que aquele assunto pode ser

importante para a área de saber escolhida (SPINK, 2003). É uma forma de fazer com que a área de estudo volte seus olhos para o tema, no caso desse projeto de pesquisa, pontuando a relevância de se pensar algumas questões colocadas pelo feminismo negro, no saber da Psicologia.

Como dito, minha inserção nesse campo-tema, não aconteceu em decorrência da aprovação na seleção de mestrado em Psicologia, ou após a deliberação oficial do comitê de ética da Universidade que burocraticamente concede a permissão para “ida ao campo”. O contrário: o feminismo negro, e o fato de estar em espaços de formação, cultura e lazer promovidos sob essa ótica, a circulação nesse que veio a ser campo-tema, é que geraram as inquietações para a formulação do projeto com o qual ingressei no mestrado e as reformulações que se sucederam ao longo da caminhada.

Percorrer esses espaços no qual o tema do feminismo negro emergia, fez de mim alguém ligada ao campo-tema mesmo antes de entendê-lo dessa forma, o que me possibilitou a construção de redes de relações que não se vinculavam exclusivamente ao “fazer pesquisa”, mas o antecediam.

Lembro quando uma vez falava sobre meu projeto de mestrado com uma jovem negra, feminista e parceira em alguns momentos de militância. Após apresentar quem a princípio seriam minhas interlocutoras de pesquisa, essa questionou algo como: “*então tu entrevistaria a gente?*” A pergunta veio seguida de risos. Tanto eu como ela enxergamos como cômica a situação. Talvez por pensar que as conversas cotidianas sobre feminismo negro e outros aspectos ligados à discussão acerca das relações raciais, travadas nos mais diversos espaços, necessitasse em algum momento transformar-se em uma formalidade exigida pela academia. Na ocasião, não lembro o que respondi. Na verdade, nem mesmo se cheguei a respondê-la após o riso compartilhado.

Ponto esse ensejo para que tenhamos em mente que a entrevista é só mais uma forma de se estar em diálogo com esse campo-tema. O que não implica em ignorar momentos como esse em que não haviam gravadores ou acordos prévios e tratava-se somente (somente?) de uma conversa desprentensiosa entre companheiras, porém que abre espaço para discussões a respeito de aspectos como proximidade, distanciamento, modos de compartilhamento de informações, e também relações de poder no fazer pesquisa. Adentrar no feminismo negro enquanto campo-tema trouxe para mim esses desafios.

Minhas aproximações com o campo-tema e nas circulações em espaços pensados para debater a condição da mulher negra, fazem-me querer apresentar um grupo que acredito ser

indispensável mencionar quando se faz referência ao cenário do feminismo negro no estado: a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

A Rede tem origem a partir dos processos organizativos para a ida a *Marcha das mulheres negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver*, que aconteceu em Brasília, no ano de 2015. Conta com quatro núcleos espalhados pelo estado: núcleo Recife e região metropolitana, núcleo sertão, núcleo agreste e núcleo zona da mata. A Rede agrega mulheres negras de diversas faixas etárias, não tem filiação a nenhum partido político e atua entre outras maneiras na oferta de espaços de formação política para as mulheres negras.

Embora não seja integrante, o contato com a Rede me possibilitou em vários momentos experienciar o campo-tema. Ao longo dos anos de mestrado, pude participar de alguns espaços formativos construídos, com destaque ao projeto “*Jornadas negras de formação política*”, que reunia-nos aos sábados para debates ligados à luta contra o racismo; e o *Encontro de Mulheres Negras de Pernambuco* que objetivando o fortalecimento de mulheres negras e seus coletivos, reuniu durante um final de semana cerca de duzentas mulheres de todo o estado de Pernambuco: região metropolitana, zona da mata, agreste e sertão. Esses espaços sem dúvida foram engrandecedores na construção e ampliação de meu conhecimento a respeito de aspectos ligados às relações raciais e de gênero no Brasil, ambos me colocando também no campo de pesquisa ao qual minha dissertação se propõe a adentrar.

Aqui, um pequeno destaque: o fato da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco ser uma organização um tanto recente, digamos assim, não quer dizer que a discussão sobre feminismo negro não se fizesse presente antes da mesma. Sem dúvidas outros grupos e pessoas já vem debatendo aspectos ligados ao feminismo negro há tempos, em seus coletivos e de maneira autônoma. O realce dado a Rede, vale pontuar, advém de minha ligação e participação em ações promovidas pelo grupo, e não de uma hierarquização de quem tem sido mais, ou menos relevante no estado em relação à pauta do feminismo negro.

#### **5.4 A experiência no II Encontro de Negras Jovens Feministas**

Tomando a ideia de campo-tema, e a abrangência que essa noção permite, faz-se importante apresentar alguns aspectos vividos durante o II Encontro de Negras Jovens Feministas – ENJF, que contou com cerca de trezentas jovens de todas as regiões do país e aconteceu de seis a dez de setembro no município de Capela do Alto, em São Paulo. Considero a ida ao encontro uma ocasião extremamente relevante na contribuição para reflexões que sem dúvidas se desdobraram na construção de meu trabalho. O II ENJF

aconteceu no primeiro ano de mestrado, antes mesmo da minha qualificação ou de uma autorização formal para o levantamento dos dados. Entretanto, é impossível desvencilhar-me de alguns momentos lá vividos, que trouxeram novos elementos e intensificaram outros, no movimento de se pensar a relação raça, gênero e geração, os três marcadores sociais aos quais faço referência na pesquisa.

Em Pernambuco, a partir da construção de um núcleo impulsionador estadual, nos organizamos para conseguir passagens de avião para o deslocamento por meio de bazares, rifas, contato com ONGs e algumas figuras políticas do estado. Mesmo enfrentando prazos apertados e com pouco tempo para o levantamento de verbas que custeassem as despesas, a partir desse movimento de organização coletiva, viajaram quatorze jovens.

Para o encontro, o grupo que se organizava no estado, de modo consensual, estabeleceu que consideraria enquanto juventude, mulheres negras entre 15 e 29 anos. O motivo de evidenciar o teto de idade se deve ao posicionamento em uma discussão que permeia não só o feminismo negro, mas também outros movimentos sociais formados por jovens, que é o limite etário em que esse sujeito político pode se colocar enquanto falando a partir de um lugar de juventude e protagonizando tais espaços.

Há algumas movimentações em torno de se questionar a idade limite que vem sendo tomada enquanto juventude. Para alguns, considerar uma idade juvenil específica para todos os grupos sociais seria ignorar peculiaridades vivenciadas por esses e tomar as/os jovens a partir de uma universalidade que não seria aplicável. Sendo assim, com exceção de Pernambuco, os estados trabalharam com uma noção de juventude estendida que chegava aos trinta e cinco anos, usando principalmente o argumento de que a experiência da juventude para as mulheres negras não deveria ser reduzida ao que genericamente se colocou como juventude.

Na ótica do grupo que se mantinha organizando as logísticas de ida em Pernambuco e buscando recursos financeiros para as viagens do maior número de jovens possíveis, garantir a faixa etária dos 15 aos 29 anos, seguindo as diretrizes na Política Nacional de Juventude – PNJ (2006), era uma forma de evidenciar essas jovens enquanto protagonistas do evento. Além do grupo, recordo que algumas mulheres, com mais de 29 anos, do estado de PE se fizeram presentes, mas vale ressaltar, por outros tipos de esforços, que não nossos. Como já dito, o encontro tomava enquanto juventude mulheres negras até 35 anos, o que não impedia a participação das mesmas no evento. No encontro esse debate foi tensionado em alguns momentos e o mesmo aconteceu no pós-encontro, quando se iniciaram movimentos de

organização para a construção da Articulação de Negras Jovens Feministas – ANJF nos estados.

Tensionamentos são comuns nesses espaços construídos coletivamente, e apesar desses, é inegável o caráter potente do encontro, que reuniu jovens negras de perfis tão diferentes e também algumas mais velhas, referências na luta das mulheres negras, como Jurema Werneck, Sueli Carneiro e Valdecir Nascimento, que estiveram presentes na mesa de abertura, além de outras que circularam compartilhando momentos conosco ao longo dos dias de encontro. O II ENJF possibilitou esse diálogo intergeracional, na tentativa de um fortalecimento mútuo entre as jovens e mais velhas, que seguem aprendendo umas com as outras.

Outro aspecto que vale destaque no que diz respeito ao encontro, é a forma como a programação foi construída. As atividades aconteceram numa chácara que oferecia além de chalés com estruturas confortáveis, serviços de passeio a cavalo, arborismo, tirolesa, espaços com piscinas, salão de jogos e outras formas de lazer. As manhãs do encontro eram livres para as práticas dessas atividades, na tentativa de proporcionar as participantes momentos de divertimento compartilhado, além dos politicamente formativos.

Estruturar a programação dessa forma e nesse local, foi uma maneira de não fazer do encontro um espaço cansativo, e fugir do comum, entendendo que esses momentos de lazer eram tão importantes quanto às tardes e noites de discussões. Em um cenário nacional que sobrecarrega mulheres negras e as adoce, desfrutar de momentos de lazer é sem dúvida uma possibilidade de renovação das energias de combate ao racismo e sexismo.

A programação contou ainda com oficinas livres, que poderiam ser oferecidas pelas participantes, mesas gatilho e grupos temáticos, esse último ofertado sempre sob a facilitação de uma mulher negra mais velha e de uma jovem. Ao final de cada dia, aconteciam à noite, plenárias pós-diálogos temáticos, de modo a se compartilhar ao grupo maior o que havia sido discutido nos espaços menores durante o dia.

No Encontro foi possível contar também com a presença de algumas mulheres que estiveram presentes no I ENJF, que aconteceu em Salvador, no ano de dois mil e nove. Em uma mesa duas delas apresentaram como havia sido a experiência de construir um primeiro encontro, que na época contou com cerca de cem jovens. Um dos pontos de decisão, que na época foi bastante debatido, diz respeito a nomenclatura que seria usada no encontro: jovens feministas negras? Negras jovens feministas? Como trabalhar com essa articulação das palavras foi uma discussão que segundo elas, estendeu-se por alguns momentos. A nomenclatura escolhida por fim, foi a de Negras Jovens Feministas, evidenciando em primeira

instância o marcador racial em questão, e se repetindo na construção do segundo encontro, que aconteceu oito anos depois.

A plenária final do II ENJF serviu como pontapé inicial para a criação de uma Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas, a ser desenvolvida com núcleos em cada estado. Em Pernambuco, compõem a Articulação cerca de dez jovens. Algumas estiveram presentes no II ENJF, outras se aproximaram depois mesmo não tendo ido ao encontro. Algumas jovens integram outros coletivos que militam a partir dos debates raciais ou de gênero e outras se organizam somente na construção com a Articulação, que tem aos poucos ganhado projeção no estado.

### **5.5 Os momentos de entrevistas (ou conversas audiogravadas)**

O levantamento das informações que serão analisadas na pesquisa aconteceu a partir de entrevistas audiogravadas com quatro jovens feministas negras que residem na região metropolitana de Recife. As jovens entrevistadas estiveram presentes no II ENJF e no retorno a Pernambuco, após o encontro, demonstraram interesse na construção estadual da Articulação de Negras Jovens Feministas, o que pode ser encarado como uma reverberação do encontro.

Embora já conhecesse minhas interlocutoras, quando idealizei os momentos de entrevistas com as mesmas, confesso que não imaginei tanta receptividade. Pelo contrário... Por vezes, de minha parte existiu um receio ao entrar em contato para a marcação das entrevistas. Acho que tive medo de ser mal recebida, criticada, ou qualquer coisa do tipo, pela forma como a academia historicamente se relaciona com seus tais sujeitos de pesquisa. Não aconteceu! Posteriormente percebi que coincidentemente, todas as jovens com quem dialoguei estão ou estiveram inseridas em universidades, como é possível observar no quadro que ilustra o perfil das mesmas, trazido anteriormente. Ressalto esse aspecto porque acredito que o acolhimento que me foi ofertado nas entrevistas envolve uma certa valoração positiva por se tratar de uma jovem negra em posição de *pesquisadora de mestrado*, o que me suscita a reflexão sobre a representatividade nos espaços acadêmicos.

Assim, em todos os contatos fui bem recebida pelas meninas (um jeito carinhoso de falar dessas mulheres incríveis), que mesmo diante da correria diária conseguiram separar um espaço na agenda para que pudéssemos sentar e trocar algumas ideias. Ao fim das entrevistas ganhei abraços, palavras de apoio que me diziam que tudo ia dar certo, e por vezes senti vontade de chorar, emocionada com o acolhimento ofertado a mim e a ideia da pesquisa. A possibilidade de construir uma dissertação regada à afetividade com que fui recebida por cada

jovem nos momentos de entrevista me faz acreditar na viabilidade de um processo de construção de conhecimento permeado por cuidado e responsabilidade.

As conversas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado acontecendo após um momento de diálogo sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE apresentado às jovens como exigem os procedimentos éticos. Cada momento de conversa aconteceu em um local diferente e em todos os casos esse foi sugerido pela jovem. Assim uma entrevista aconteceu na casa de uma delas, duas na universidade sendo uma em uma sala de pesquisa e a outra em um espaço aberto de convivência e uma no centro da cidade. O roteiro semiestruturado me permitiu seguir alguns pontos norteadores nos momentos de diálogo, porém sem perder de vista ou tolher a fluidez e os caminhos diferentes que cada uma das interlocutoras percorria para pensar as questões propostas.

Encaramos as entrevistas no processo como um espaço de co-produção (ARAGAKI et al., 2104) entre mim enquanto entrevistadora e as interlocutoras, entendendo que: “A entrevista propicia processos de negociação de sentidos entre o/a pesquisador/a e o/a entrevistado/a, pois na sua processualidade mantém, transforma e desafia os posicionamentos que vão ocorrendo durante a sua produção” (ARAGAKI et al., 2014, p. 58)

Além disso, o uso de entrevistas favorece a relação entre entrevistadores/as e entrevistados/as a partir das trocas verbais e não verbais, permitindo uma melhor compreensão dos significados, valores e opiniões dos sujeitos a respeito de suas vivências pessoais (FRASER; GONDIM, 2004). Assim, os momentos de entrevistas (ou de conversas) que aconteceram entre mim e as jovens trataram-se de espaços de diálogo em que me foi possível buscar compreender o modo como as mesmas encaram determinados assuntos possibilitando uma exploração de seus posicionamentos.

Durante os encontros para as conversas, além de compartilhar comigo informações a respeito de suas experiências e tocantes em relação às suas vidas, houve momentos em que as jovens me fizeram sugestões de leituras que acreditaram ajudar a refletir sobre o que as mesmas estavam trazendo e que num momento posterior poderiam me ser útil no processo de escrita da dissertação.

A seguir apresento um quadro com alguns dados sobre cada uma das jovens entrevistadas. Os nomes são fictícios, escolhidos pelas jovens posteriormente às entrevistas (entrei em contato novamente explicando a necessidade de um nome fictício na tentativa de resguardar suas identidades). Porém, ponto que se tratando as mesmas de figuras politicamente públicas, por assim dizer, é possível que as experiências aqui relatadas possam ser reconhecidas por pessoas que circulam com as mesmas nos espaços de militância.

Curioso esse processo de solicitar nomes fictícios. Apenas uma das jovens me respondeu imediatamente. As demais perguntaram se poderiam pensar por um tempo e levaram alguns dias para me dar algum retorno, não sem antes pedir que eu mesma escolhesse, ao passo que retrucava dizendo que gostaria muito que essa escolha fosse feita por elas. A primeira optou pelo nome de Sony Santos, antiga coordenadora da Política de Saúde da População Negra da Secretaria de Saúde do Recife, hoje falecida. A segunda nomeou-se Maria Conga, mesmo nome de sua preta velha, entidade por quem disse manter profundo respeito. A terceira escolheu Luciana, como forma de relembrar sua bisavó. A quarta jovem, embora tenha feito o pedido de um nome fictício, não chegou a me enviar como gostaria de ser nomeada no trabalho. Decidi carinhosamente nomeá-la por Lia, tomando como referência Lia de Itamaracá, cirandeira de nosso estado. Assim, apresento minhas interlocutoras:

Quadro 1 – Perfil das jovens participantes

	IDADE	RAÇA/COR	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESCOLARIDADE
Sony Santos	27	Parda	Heterossexual	Superior completo
Maria Conga	21	Preta	Bissexual	Superior em andamento
Luciana	22	Preta	Heterossexual	Superior completo
Lia	23	Preta	Lésbica	Superior completo

## 5.6 Procedimentos de análise

As entrevistas foram transcritas na íntegra e a partir de uma leitura posterior das mesmas construiu-se um quadro inspirado em mapas dialógico (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA; 2014) na tentativa de organização de categorias que surgiram na fala das jovens e de possibilidade de uma melhor visualização sobre os discursos apresentados, além de uma comparação mais facilitada entre o que foi expressado por cada uma. O quadro foi organizado a partir dos objetivos da pesquisa, esses nos inspirando na construção de eixos temáticos que subdividimos em assuntos destaques.

Quadro 2 – Reprodução parcial do quadro facilitador da análise

EIXO 01 - RAÇA, GÊNERO E A INTERSECÇÃO DOS MARCADORES				
<b>Categorias temáticas</b>	Sony	Maria Conga	Luciana	Lia
Percepção enquanto negra				
Estranhamentos com “o” feminismo				
EIXO 02 – CIRCULAÇÃO E EXPERIÊNCIA NOS ESPAÇOS DE MILITÂNCIA				
<b>Categorias temáticas</b>	Sony	Maria Conga	Luciana	Lia
Entrada na militância				
Mudanças a partir da militância				

Os assuntos às quais buscaremos dar visibilidade na análise são os que nos ajudam de algum modo a responder aos objetivos propostos. Para o quadro criamos colunas que verticalmente indicavam qual das jovens entrevistadas emitiu tal colocação e horizontalmente referiam-se ao assunto tratado.

Os eixos temáticos foram os seguintes: 1. Raça, gênero e a intersecção dos marcadores; 2. Circulação e experiência nos espaços de militância. As categorias destaques no eixo 01 são: percepção enquanto negra; estranhamentos com “o” feminismo; demandas e pautas diferentes; demarcação de raça no feminismo. As categorias destaques no eixo 02 são: entrada na militância, mudanças a partir da militância (ou o que essa militância me trouxe?); interseccionalidade na militância; intergeracionalidade na militância; II ENJF; desafios à militância; pautas em meio às jovens feministas negras; perspectivas futuras. A partir disso, achou-se pertinente elaborar três sessões de análise que trazem consigo os conteúdos das categorias citadas, sendo essas sobre a necessidade de se pautar raça no feminismo, a respeito

do debate sobre intergeracionalidade no mesmo, e no que tange a discussão sobre suas atuações enquanto militantes.

Tomamos o processo de análise como um momento de articulação entre a teoria a respeito do tema de pesquisa e as informações levantadas a partir das jovens, construindo uma interação entre teóricas/os e entrevistadas. Essa também nos possibilitou colocar em diálogo as falas das quatro jovens a respeito dos temas ligados a nossos objetivos, sempre a partir de um olhar que se buscasse interseccional a respeito do que foi compartilhado.

## 6 MOMENTO DE DISCUSSÃO A PARTIR DO QUE TRAZEM AS INTERLOCUTORAS

### 6.1 Demarcando raça no feminismo

Embora possa ser encarado como tão estruturador de relações de desigualdade quanto o gênero, o marcador racial, não esteve inserido quando no início dos debates promovidos pelo feminismo tradicional<sup>16</sup>. Denúncias dessa invisibilidade foram feitas por diversas pensadoras negras, como bell hooks, Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, dentre outras.

Quando o feminismo fecha os olhos para a raça, faz parecer que nossas experiências enquanto mulheres negras num país racista não precisam ser levadas em consideração. Ou, que podem ser colocadas enquanto o que seria uma espécie de detalhe, uma parte que está lá, porém em segundo plano, deslegitimando a importância dessa em nossas vivências. O que não faz sentido quando se pensa um país que podemos apontar enquanto fundado sobre uma desigualdade racial, que inferioriza a população negra em todos os âmbitos.

Assim, reflexões a respeito da invisibilização de mulheres negras em movimentos feministas têm sido feitas há algum tempo. Inicialmente não a partir de uma autocrítica das mulheres brancas, mas de uma reivindicação incisiva de mulheres pertencentes à outros grupos étnico/raciais, a respeito do debate. Entretanto, embora essa discussão possa parecer algo distante e nos dias atuais já superado, essa é uma temática que emerge na fala das jovens entrevistadas, quando as mesmas relatam suas aproximações iniciais com o feminismo tradicional e certo tipo de estranhamento para com esse.

Em algum momento percebe-se que talvez as pautas em questão não façam tanto sentido para as experiências vividas por essas jovens: negras, não localizadas na classe média e que tem outro tipo de relação com algumas dimensões relevantes no que seria um feminismo tradicional. Segue-se que embora os debates sobre desigualdades de gênero encontrados pelas jovens no movimento feminista as tenha atraído, em algum momento com o tempo, nota-se certo tipo de lacuna, que faz com que se questione a falta de algo importante, ainda que não se saiba o que, para pensar as relações de opressão.

Maria Conga, após relatar a vivência de sua aproximação com o feminismo, no início de sua militância, coloca:

---

<sup>16</sup> Faremos uso do termo feminismo tradicional a partir da definição dada por Núbia Regina Moreira em sua dissertação (2007), quando a mesma o caracteriza “como um espaço de lutas por igualdade de direitos comandados por mulheres brancas, de classe média alta e intelectualizadas (p. 56)”.

E aí chega num momento assim... que eu acho que toda mulher negra passa, que é quando tu chega num... num... Num ápice, tipo: “beleza, esse feminismo só me contempla até aqui. O resto já não consegue mais me contemplar.

Numa linha semelhante, traz:

Me considerava uma mulher feminista mas não conseguia me enquadrar e me perceber, me encaixar dentro desse feminismo que eu conhecia né, que era tradicional, algumas coisas eu achava massa mas outras não conseguia ter identificação. Que era composto por meninas brancas que tinha toda uma construção que eu não conseguia me ver participando de um coletivo de feministas. Porque tinha alguma coisa que eu não sabia ainda o que era que não me fazia eu me sentir pertencente aquele espaço.

Não busco aqui generalizar a experiência de todas as jovens negras que entram em contato com o feminismo tradicional. Entretanto esse aspecto de estranhamento com o feminismo foi o que pareceu no caso das jovens, apontar para a necessidade de maiores reflexões sobre o movimento feminista, levando-as ao encontro de um feminismo que melhor as incluísse.

A fala das jovens dá subsídios para colocar que ainda hoje o debate racial precisa ser inserido no feminismo. E não como um recorte racial a ser feito, mas entendendo que quando se pensa sujeitos levando em conta sua integralidade, marcadores sociais, tais como a raça se fazem indispensáveis no debate sobre equidade. Tomando também, que como apontam algumas autoras (LUGONES, 2014; AKOTIRENE, 2018) isolado de outras categorias, o marcador de gênero explica unicamente a violência sofrida por mulheres brancas (tanto quanto a categoria raça explicaria o racismo sofrido por homens negros).

Esse lugar de não pertença pontuado pelas jovens endossa os questionamentos feitos ao modo universalizado com que pautas feministas foram encaradas e eleitas enquanto estrategicamente relevantes. Uma das críticas importantes na história do feminismo negro, à ideia de demandas comuns a todas as mulheres foi tecida por bell hooks ao questionar a escritora estadunidense Betty Friedan, autora do livro “A mística feminina” de 1963.

Encarado enquanto um marco na história do feminismo, hooks (2015) aponta que a autora o escreve como se suas dificuldades e as dificuldades de outras mulheres brancas de classe média refletissem uma condição que afetaria todas as mulheres dos Estados Unidos. Deixando de lado outros tipos de marcadores, diferentes daqueles apontados pela citada autora e homogeneizando o que seria essa experiência a todas as mulheres. Para hooks:

Friedan transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, desviou a atenção de seu classismo, seu racismo, suas atitudes sexistas em relação à massa de mulheres norte-americanas. No contexto de seu livro, ela deixa claro que as mulheres que considerou vítimas

de sexismo eram mulheres brancas com formação universitária que foram obrigadas pelo condicionamento sexista a permanecer em casa (hooks, 2015, p. 194).

Pensar a ideia de um feminismo que não fecha os olhos para o debate racial também é algo que pode ser alvo de estranhamento à primeira vista. Falar de raça no feminismo soa para algumas pessoas como o que comumente escutamos chamar de “dividir o movimento”. Uma das entrevistadas, Luciana, relata um momento em que ao tentar se integrar num grupo feminista da cidade, deparou-se com a seguinte situação:

**Luciana:** Então, antes de entrar no [coletivo no qual se organiza] eu ouvi falar sobre um coletivo, eu acho que era um coletivo feminista que tinha aqui na UFPE ou que tem ainda...

**Dandara:** Qual?

**Luciana:** Eu não sei mais. Só sei que eu ouvi falar. Eu tava querendo me conhecer, eu tava atrás de coisas.

**Dandara:** Procurando.

**Luciana:** Pois é. Aí eu fui numa reunião só que aí tava tendo meio que uma discussão. Tinha uma menina negra lá, meio que tava tendo meio que uma discussão. A menina tava colocando o dedo na ferida das meninas brancas lá, que não tava sendo representada e nãñã...

**Dandara:** Na primeira reunião que tu foi? (risos)

**Luciana:** Pois é! (risos) Aí eu pensei assim “eita, acho que não dá pra mim não”. Aí eu sai. (risos) e encontrei o [coletivo no qual se organiza], né, e eu acho que a minha primeira experiência com o feminismo no geral foi essa. Com o feminismo negro...

**Dandara:** Essa de procurar esse coletivo e meio que não se sentir...

**Luciana:** É! Aí foi com o feminismo mais, digamos no geral, que nesse momento eu não tinha a ideia sobre o feminismo negro. Não sabia que existia a ideia de um feminismo negro. E aí...

**Dandara:** Mas rapidinho, o que é que tu pensou quando tu viu a menina assim?

**Luciana:** Meu irmão, eu achei que tava errado. Tipo, como eu não tinha muita consciência, eu falei assim “o que essa menina preta tá fazendo?”, tá ligado? Porque eu não tinha ideia. E aí eu achei errado. (risos) Porque aí eu ainda tinha uma ideia de vamos nos unir (risos).

A reação de Luciana, no momento de aproximação com o feminismo foi de entender como errada as reivindicações que a jovem citada por ela fazia às outras presentes. Possivelmente essa reprovação liga-se ao fato de que nós mulheres negras tivemos nossas pautas invisibilizadas pelo ideal de sujeito mulher enquanto universal, sob uma ideia de união, assunto delicado quando essa era usada de modo a apagar as diferentes histórias a que mulheres brancas e negras foram submetidas a partir da colonização.

Demarcar raça no feminismo se trata menos de dividir e mais de apontar as diferenças, o que é fundamental à medida que temos em mente que não somos sujeitos iguais. Aqui, entendendo também que essa demarcação racial visibiliza e viabiliza determinados aspectos que somem quando se pensa uma homogeneização a partir de uma maioria política.

Os risos ao longo do diálogo dizem de como hoje, esse “achar errado” parece soar cômico, tendo em vista o que a jovem aponta como a aquisição de uma consciência, que a faz ler a situação de outro modo, atualmente. Hoje inclusive, conhecendo a jovem, acredito que ela poderia ser facilmente essa moça, que inquieta com o modo como não vinha sendo representada resolveu cutucar as outras jovens, colocando o dedo na ferida, como diz.

O apagamento do debate racial e o seguimento de pautas digamos gerais, que não se construía pensando o quão marcadores além do gênero poderiam ser significativos para problematizar ações políticas é algo trazido por Maria Conga, ao pensar um não pertencimento/estranhamento para com as reivindicações do feminismo que conheceu na escola:

Era umas reivindicações dessas mais difundidas que não fazia muito sentido. Até o ‘meu corpo, minhas regras’. Que eu lembro que tinha a marcha das vadias e as meninas saíam todas... todas não, antes mais, mas acho que agora a galera sai menos. Mas com os peitos assim de fora, num sei quê, porque meu corpo minha regras... Aí depois eu: “véi, o que é que tem de revolucionário?” A galera tá sempre hipersexualizando a mulher negra, uma coisa a mais uma a menos não dá em nada, sabe?

A diferença entre as mulheres é um aspecto marcante e fundante do feminismo negro, entendendo aqui o modo como essas desembocam em desigualdades que se mostram como fatores importantes para refletir a respeito da necessidade de se demarcar a raça no feminismo. Penso que como as jovens sentem, experienciam e falam sobre essas, é aspecto indispensável para que possamos refletir a respeito de suas relações com o feminismo negro.

Maria Conga em sua fala tensiona como algumas reivindicações podem se perder ou ser deixadas de lado em detrimento de outras, quando não se traça uma reflexão na busca por pensar se essa faz mesmo sentido para determinado grupo ou não, usando como exemplo, a frase “meu corpo, minhas regras”. A fala da jovem não se trata de uma negação ou discordância digamos, para com o *slogan* citado, mas anseia por uma reflexão a respeito de como essa reivindicação de direito ao corpo vem sendo feita.

Coloca-nos no debate sobre como aspectos ligados a hipersexualização fazem parte da gama de diferentes experiências que o pertencimento racial efetiva. A depender desse, mulheres brancas e negras tem seus corpos historicamente enxergados de modos diferentes.

Danúbia de Andrade Fernandes (2016) nos lembra o caso de Sarah Bartmann, conhecida como a Vênus de Hotentote: Sarah foi uma mulher negra pertencente ao povo hotentote e como as mulheres de seu povo dotava de nádegas e coxas grandes, essas encaradas enquanto anormais para o padrão caucasiano do que poderia ser considerado humanidade no século XIX. Por seu corpo, Sara foi explorada como atração circense na

Europa em apresentações nas quais esse era exibido como exemplo de animalidade e hiperssexualidade.

Para a autora:

O que determinou o percurso de sofrimento de Saartjie começa com a sua cor de pele, que a reduzia à condição de escrava, mas não se limitou ao paradigma racial. Houve um sistema machista que sustentou a exploração e a sexualização de seu corpo, diferente do que ocorria aos homens negros ou às mulheres brancas. (FERNANDES, 2016, p 692)

hooks (1995) fala de como as mulheres negras tem sido consideradas um corpo sem mente, e de como no período escravocrata, violências sexuais foram legitimadas pela ideia da mulher negra como sexualmente sedutora, nas palavras da autora “a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” (p. 469). Isildinha B. Nogueira (1999) diz de como esse corpo, destituído de condição humana alimentava a perversidade sexual de seus senhores por um lado, e por outro era também repudiado enquanto repulsivo e sexualmente descontrolado. Atentemos que tais estigmas e compreensões não eram direcionadas aos corpos de mulheres brancas, sendo a raça, responsável por esse rótulo sexualmente animalesco que se colocou sobre as mulheres negras.

A hiperssexualização a partir da ideia da mulata é um dos estereótipos que recai ainda hoje sobre o corpo dessa mulher, e mais do que uma crítica à marcha das vadias, penso que a jovem busca assinalar com sua fala que a categorização da mulher negra nesse lugar de vadia, reivindicado pela marcha, não soa para ela como revolucionário, quando se coloca em cena certas visões que se direcionaram às mulheres negras, e de modo mais amplo ao povo negro:

...não existe um empoderamento de uma pessoa negra querer ser chamada de vadia porque tipo, a gente foi preso por ser chamado de vadio. A gente não tinha onde morar, ficava pela rua, a galera prendia a gente na lei da vadiagem. Véi, no meu grau de consciência eu não consigo mais ir pra rua “sou vadia”.

Lançar um olhar interseccional sobre aspectos ligados aos feminismos, nos ajuda a enxergar e colocar em xeque determinados pontos que por vezes são lidos de modo generalizados, como se fossem anseios de todas as mulheres. Sabemos que são várias as diferenças que fazem emergir os questionamentos sobre as pautas feministas tradicionais e o lugar da mulher negra nesse feminismo, tendo em vista, como já dito, o não compartilhamento da mesma trajetória ao longo da história.

Luciana em um convite a pensar sobre a diferença entre essas experiências, coloca:

Primeiramente eu acho que é bom destacar o espaço histórico no que a gente foi colocada, né. A gente enquanto mulher negra. E aí a gente já pode ver que enquanto mulheres brancas elas tinham e têm privilégios de frequentar

lugares em que a gente não poderia nem colocar o pé, como as escolas, de início, é... lugares de trabalho... elas mesmo tendo dificuldade, elas tavam chegando lá, a gente já tava lá só que em lugares sempre... em locais... na marginalidade. Locais marginais.

A fala traz o aspecto importante de que as mulheres negras já estavam em lugares que as mulheres brancas ansiavam, como o campo do trabalho por exemplo, entretanto em situações de subalternidade. O que também é apontado por Carneiro (2003a), quando a filósofa diz que fazemos parte de um grupo de mulheres que não viu sentido quando as feministas bradaram pelo direito de ganhar as ruas e trabalhar. Trabalhar é o que as mulheres negras fazem desde sempre, no contexto escravocrata e pós-escravocrata. Em outro momento para servir aos senhores e sinhás, donos de seus corpos-mercadoria, e atualmente nas reconfigurações de subordinação da população negra, muitas vezes para servir os descendentes desses e dessas, em posições de trabalho que nem sempre foram formalmente reconhecidas, como a categoria das empregadas domésticas.

O direito de trabalhar, reivindicado pelas mulheres brancas, quando conquistado, levantou a problemática de quem tomaria conta das crianças da família, a partir de uma reconfiguração familiar na qual a figura materna estava autorizada a ganhar as ruas. As mulheres negras acabaram por assumir esse lugar de cuidado com os filhos dessas mulheres, tornando possível esse trabalhar fora. É sobre isso que nos fala Lia, quando aponta:

Que tem uma coisa que já é histórica, né, o movimento de mulheres brancas no feminismo já vem de muito tempo, mas que pra aquelas mulheres brancas estarem no front na luta por carga horária, por trabalho, existia uma estrutura negra que sustentava ela né?

Além do trabalho, outros aspectos foram pontuados como relevantes, quando nos dispomos a pensar vivências diferentes entre mulheres brancas e negras. Sony traz para o diálogo o debate sobre aborto:

Quando elas [mulheres brancas] diziam “nós mulheres lutamos pela vida das mulheres”, elas não faziam o esforço de entender de onde essas outras mulheres vinham. Como é que a minha pauta feminista tradicional, ou branca como a gente chama, batia na vida dessas mulheres [negras]? O que era o aborto pra essas mulheres, o que significa o aborto pra uma mulher negra evangélica de uma comunidade de periferia... Quando a gente faz a discussão do aborto que a gente traz o que é o aborto na vida das mulheres negras pensando a ancestralidade... Ou como ele já foi usado em outro momento.

O convite da jovem a pensar a respeito da interrupção da gravidez para mulheres negras nos coloca de volta aos cenários escravocratas, nos quais por vezes as escravas negavam-se a seguir com sua gravidez, já que não haveria qualquer bom presságio para essas crias e como aponta Abdias do Nascimento (1978), a taxa de mortalidade infantil era

extremamente elevada tendo em vista os abusos e descuidos aos quais a população escravizada era submetida.

Sobre a reprodução das escravas no contexto escravocrata, Jurema Werneck traz que:

Visto como produto indesejável, o filho da mulher negra escravizada, quando nascia, muitas vezes era “descartado” por senhores. Ou seja: recém nascidos negros eram jogados fora de modo a evitar o prejuízo econômico decorrente de sua necessidade de alimentação e vestuário até a idade de trabalho. Na outra ponta, a procriação controlada poderia conferir, num prazo maior, importante retorno financeiro no contexto após o fim do tráfico nos mercados negreiros. O que significa que as mulheres negras escravizadas poderiam ser estimuladas à procriação, no sentido de prover o regime de mais mão de obra escrava (WERNECK, 2004, p. 01).

Para a autora, a manipulação da procriação das mulheres negras é algo que incide sobre nossas vidas desde essa época, quando essas eram impedidas ou compelidas a gerar filhos, a depender do contexto econômico.

Quando mais crescidas, as crianças escravas não eram na verdade crianças, mas sim tão mercadorias quanto qualquer outro escravo, sujeitos aos castigos de seus senhores e às mazelas que a situação de subordinação às podia causar, tornando-se desde cedo mão de obra nos serviços dos engenhos e das casas grandes. Por vezes também, vendidas cedo a outros senhores e separadas de suas mães, que na condição de escravas não possuíam direito nenhum sobre essas. Assim, para Davis: (2016): “Abortos e infanticídios eram atos de desespero, motivados não pelo processo biológico do nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão” (p. 208).

Além disso, nesse contexto, a interrupção da gravidez não pode ser vista a partir dos significado por vezes usados como argumentos nos debates sobre a descriminalização do aborto nos dias de hoje. “A maioria dessas mulheres, sem dúvida, teria expressado seu ressentimento mais profundo caso alguém saudasse seus abortos como um passo rumo à liberdade” (DAVIS, 2016, p. 220).

Alargando a discussão a respeito do aborto, é necessário colocar em evidência que a vivência de direitos reprodutivos é algo que se experiencia diferentemente entre mulheres brancas e mulheres negras, apontam Emanuelle Goes, Hanna Moore e Juliana Figueiredo (2014). As autoras focam sua discussão na esterilização de mulheres negras e expõem como tecnologias voltadas à fecundidade foram utilizadas de modo eugenista em certos momentos, apresentando casos de esterilização em penitenciárias da Califórnia, Estados Unidos e em Nairobi, Quênia, nesse caso com mulheres portadoras do vírus HIV.

Na década de 70, assim como nos Estados Unidos, no Brasil houve fortes iniciativas de controle populacional sobre a fecundidade das mulheres negras (WERNECK, 2004). Ana

Cláudia Lemos Pacheco (2014) aponta que enquanto as feministas brancas pautavam o direito ao aborto e também ao celibato, a luta das mulheres negras caminhava pela denúncia acerca do processo de esterilização contra mulheres negras e pobres, alegando-se a necessidade de planejamento reprodutivo. De acordo com Werneck (2004), no Brasil, início da década de noventa, organizações de mulheres negras lançaram uma campanha nacional contra a esterilização em massa, cujo slogan dizia: *Esterilização de Mulheres Negras: Do Controle da Natalidade ao Genocídio do Povo Negro*. A campanha aconteceu sob liderança do Programa de Mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, do Rio de Janeiro.

As diferenças nas vivências apontadas pelas jovens em contrapartida com as mulheres brancas adentram também as possibilidades e os espaços de construção política coletiva, o que pode ser observado a partir do seguinte apontamento, trazido por Sony:

Vamo sair do campo da ideia, porque uma coisa é eu chegar na comunidade, fazer uma roda de conversa e ir embora, outra coisa é eu continuar aqui. Uma coisa é eu pegar um táxi e me reunir lá no centro da cidade, sair de dez horas da noite e ir pra boa viagem. Outra coisa é eu voltar pra favela de ônibus.

Demandas políticas de militância precisam ser divididas com preocupações ligadas a aspectos de segurança, tais qual o horário de retorno e a forma de locomoção. Essa, muitas vezes dificultada pela ausência de dinheiro pra custeio das passagens de ônibus. Realidade comum nos espaços de construção formado por jovens negras.

Pensar o caráter logístico dessas possibilidades de construção política me fez lembrar uma cena que vivi há um tempo em um encontro de mulheres negras, na qual no domingo parte das mulheres que estavam presentes avisaram que se retirariam após o almoço. Se não me engano, o planejamento inicial era que o encontro acontecesse até o fim da tarde. Almoçamos e voltei de ônibus com parte dessas mulheres e lembro que uma delas explicou a saída: esse domingo era o dia de “água da rua” no bairro e as mulheres queriam/precisavam chegar em casa o quanto antes, para aproveitar a água na torneira e fazer alguns serviços domésticos, entre eles lavar roupa.

Pensar as diferenças entre mulheres na construção de pautas e reivindicações é importante, porém existe algo a ser colocado: essas diferenças não são inerentemente, motivos para um não diálogo entre mulheres negras e mulheres brancas. O feminismo negro não busca isolar as mulheres negras de construções ou relações políticas com outras mulheres não negras, ou mesmo “dividir o movimento”, acusação já mencionada.

Ao contrário, entende-se a importância de se pensar diálogos interligados, para que possam se organizar construções que efetivamente tenham possibilidades de insurgir

mudanças sociais relevantes no campo das desigualdades de gênero e de raça. Sobre essa relação Lia coloca:

Eu acho que a partir do momento em que nós, mulheres negras a gente se propõe a construir espaços com mulheres brancas eu acho um avanço muito grande, porque eu acho que teve o processo do feminismo branco, que era aquela luta de classe, na verdade, e de gênero... e depois a gente vem pra esse debate de raça que é entender que se as estruturas tiverem melhor pras mulheres negras ne, que a gente começa a debater sobre isso, vai tá melhor pra todo mundo... mas aí a gente reinicia e volta pra que... pra que a gente possa combater toda essa estrutura de raça a gente precisa tá com as mulheres brancas também.

Quando a jovem coloca que se as estruturas estiverem melhor para as mulheres negras estarão melhor para todos, não se trata de uma hierarquização de sofrimentos ou opressões. Deriva, no meu entender, do fato de que conseguir sair desse duplo não-lugar ocupado por nós historicamente, aponta para melhorias significativas nas demais camadas da sociedade.

Estar em diálogo com as mulheres brancas é uma forma de também implica-las no debate racial, pois como bem coloca Sônia Azeredo (1994), entre as feministas, no Brasil, a questão racial tem ficado somente a cargo das mulheres pretas, como se só essas fossem marcadas pela raça, quando sabemos que não é assim que funciona. O feminismo negro tensiona esse lugar, esse feminismo tradicional e essas mulheres que agem como se também não fossem racializadas e conseqüentemente não empenham esforços em reflexões a respeito dos privilégios que acabam por carregar na cor de suas peles. Foi esse privilégio não percebido, ou não tomado como relevante que durante muito tempo afastou as pautas de mulheres negras do feminismo tradicional.

A construção de um feminismo em que o quesito racial tem lugar de importância central nos leva a pensar a respeito de como as jovens entrevistadas tem enxergado o feminismo negro e seus processos de construção e consolidação. Sobre isso, a Sony traz:

...o movimento de mulheres negras se fortaleceu bastante a partir do momento em que as mulheres negras se empoderam de perceber né, acho que o.. o... o sucesso foi perceber que a minha vivência importa e que a minha vivência pode ser politizada e que eu posso questionar as outras a partir dessa minha vivência. Que eu não preciso mais ficar escutando só o que é ser feminista mas eu posso construir o que é ser feminista, pensando que as mulheres negras resistiram e aí todo o diálogo com o feminismo negro norte americano traz isso muito forte.

Seguindo com o construir o que é ser feminista, quando indaguei as jovens sobre a demarcação de raça no feminismo, fazendo a leitura desse a partir do nascimento excludente às reivindicações das mulheres negras e que em momentos, como já colocado às pôs de frente a uma situação de não pertencimentos, temos:

**Dandara:** Como é que tu vê essa crítica de tipo, “ah, fala-se em feminismo negro mas o feminismo por si só quando ele nasce, ele nasce a serviço das mulheres brancas, a serviço dessa branquitude”. Como é que tu enxerga isso, tu enxerga isso como problema, como b.o...

**Luciana:** Na verdade não é um problema. Não há um problema. Pra mim demarcar a raça dentro do feminismo é na verdade a solução, pra mim. Porque quando a gente vê que o feminismo quando ele surge é pra realmente dar... pra suprir as necessidades das mulheres brancas enquanto a gente ainda tava meio que vamos dizer, a gente nesse momento ainda tava lutando pra ter educação. Pra ter uma casa, pra conseguir se alimentar. Enquanto essas mulheres não, elas tavam nesse outro momento de início.

Para Luciana:

A gente tá inserido num mundo ocidental sabe, então os modelos que a gente tem, a referência que a gente tem, geralmente são ocidentais. E aí, sei lá, você resignifica coisas que às vezes não tem nada... sei lá... beleza, feminismo foi criado por mulheres brancas, mas aí as mulheres pretas também usaram, pegaram esse conhecimento e criaram sua própria ciência sobre o feminismo.

hooks (1981) relata já ter se deparado com questionamentos parecidos com os que dirigi às jovens. Conta que ao ser questionada sobre como coloca a si mesma enquanto feminista, aliando-se a um movimento que seria racista, pontua que a questão a ser feita não seria essa, mas sim, como mulheres racistas podem nomear-se como feministas. Para a autora, é uma contradição que as mulheres brancas tenham instituído um movimento de libertação que é racista e excludente de mulheres não brancas, entretanto, a mesma coloca que essa incongruência não deveria conduzir qualquer mulher a ignorar os assuntos ligados ao feminismo.

A autora explica tal posição:

É óbvio que muitas mulheres se apropriaram do feminismo para servir os seus próprios fins, especialmente essas mulheres brancas que estiveram à frente do movimento; mas antes de me resignar a essa apropriação eu escolhi re-apropriar o termo “feminismo”, para focar no facto de que ser “feminista” em qualquer sentido autêntico do termo é querer para todas as pessoas, femininas ou masculinas, a libertação dos padrões dos papéis sexistas, de dominação e de opressão (hooks, 1981, p. 139)

No Brasil, essa reapropriação pode ser apontada como o “enegrecer o feminismo”. Expressão que foi utilizada para falar da trajetória de mulheres negras no interior do movimento feminista, a partir da qual se se buscou por um lado, marcar a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista e por outro, revelar a insuficiência teórica e prática do mesmo para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais (CARNEIRO, 2003b)

A necessidade de demarcação do debate racial, e a importância de tal é apontada pelas jovens em suas falas. Luciana, coloca-a como solução da problemática de

invisibilização, tendo em vista as diferentes necessidades entre mulheres negras e brancas nos momentos de construção inicial desse. Maria Conga, coloca como os saberes das mulheres negras se entrelaçaram à luta pela equidade de gênero para se criar um movimento próprio, o feminismo negro.

As falas soam como convites a entender a necessidade de construção feminista a partir de uma visão de mundo advinda de mulheres negras e da identidade decorrente dessa condição específica, como aponta Carneiro (2003). É usar do feminismo negro de modo a não se deixar hoje ser invisibilizada quanto às demandas que incidem sobre nossos corpos e nossas vidas.

As jovens veem nesse enegrecimento a possibilidade de um movimento que as contemplem, que as possibilitem construir juntas. Não só escutar o que é ser feminista, mas poder construir o que é a partir de suas próprias vivências, como traz Sony. Nesse caso encarando-o como um movimento que em movimento muda e se reconstrói a partir do que dele é demandado. Como uma espécie de devir, posto que como pontua Carneiro (2003a), a luta das mulheres negras vem dando novos contornos tanto para a ação política feminista quanto para ações políticas antirracistas.

## **6.2 Entrelaçando ao debate o quesito geracional**

Além dos marcadores de raça e gênero, outro marcador que tem lugar central no presente trabalho é o marcador etário, já que para o levantamento dos dados aqui expostos, buscou-se traçar reflexões a partir do que disseram as jovens que circulam nos espaços de militância ligados ao feminismo negro.

Existem trabalhos acadêmicos de grande relevância pensando a história das mulheres negras e do feminismo negro, a exemplo da dissertação de Núbia Regina Moreira (2007) e da tese de Cláudia Pons Cardoso (2012). O presente trabalho ao buscar contribuir com as produções acadêmicas a esse respeito, enfoca a fala de mulheres negras jovens, assim, além de raça e gênero como marcadores centrais, volta o olhar também para o que se pode pensar a respeito de aspectos geracionais, que se desdobram no âmbito do movimento.

Podemos citar como exemplo de trabalho que também caminhou nesse sentido, a partir da voz de jovens negras, a dissertação de Fabiana Leonel de Castro (2010) sobre o discurso a respeito da sexualidade de mulheres negras. A dissertação da autora foi realizada a partir da observação participante no I ENJF, em Salvador, Bahia, no ano de 2009, além de

contar posteriormente com entrevistas a algumas dessas jovens, com idades entre vinte e quatro e trinta anos.

Falar em uma cena da juventude feminista negra, destacando o recorte geracional, não se trata de modo algum de um desrespeito à trajetória das mulheres mais velhas, pontuemos. Mas sim, de pensar se e em que medida esse marcador tem sido relevante para a percepção de diferenças entre os modos de atuação na militância, pautas e outros aspectos entre as jovens e as mais velhas. Além de também pensar a relação estabelecida entre essas, pelas possíveis aproximações e/ou distanciamentos ligados às faixas etárias.

A importância das mulheres negras mais velhas no processo de solidificação do feminismo negro é inegável, pensando inclusive os embates dessas para com o movimento feminista tradicional e o movimento negro, como colocado, por exemplo por Rosália Lemos (2016). Hoje, nós, jovens, temos um terreno muito fértil para pensar ações sob a ótica do feminismo negro, entretanto, é preciso ter em mente que outrora, as mulheres negras, que hoje chamamos de “mais velhas”, foram cruciais no processo de adubar esse terreno. Reconhecer isso é entender que os processos de construção de hoje são talvez menos tensionados, tanto pelo feminismo tradicional, quanto pelo movimento negro, já que aparentemente reconhecem o campo do feminismo negro, sem enxergar que esse tenha vindo para enfraquecer a qualquer um dos dois.

Pensando a relação das mulheres mais velhas e das mais jovens nos espaços de militância do feminismo negro, questionei sobre a possibilidade de modos de atuação diferentes, levando em conta o quesito geracional e sobre pautas que poderiam ser atribuídas mais a um grupo do que ao outro. Luciana coloca:

**Luciana:** Então, com certeza na forma de atuação a gente vê né, que as mulheres mais velhas elas passaram por todo aquele momento do início do movimento negro... Início não né, o movimento negro contemporâneo, década de oitenta e tudo mais.

**Dandara:** Ahan

**Luciana:** Elas passaram por aqueles momentos de ter aquelas rodas de leitura e aí elas aprendiam pra ir conversar, atuar. Nesse momento não, a gente já tem... a gente tem um momento de... esse momento mais... como é...? Dos computadores....?

**Dandara:** Tecno...

**Luciana:** Esse momento tecnológico no qual as informações chegam à gente através de vídeo e tudo mais. Não necessariamente a gente precisaria tá sentando juntas pra ler um texto, pra aprender.

**Dandara:** Ahan

**Luciana:** E aí a gente vê que quando se tem essas mulheres mais velhas elas sempre tendem a, como posso dizer, a reivindicar essa... não que seja uma coisa ruim, não é isso não. É uma coisa ótima, maravilhosa mesmo, elas sempre tendem a colocar essa história... pô... eu não quero colocar de uma forma que seja...

**Dandara:** Tipo negativando né

**Luciana:** É... porque eu não tô negativando não.

**Dandara:** Ahan

**Luciana:** Tipo, elas sempre tendem a colocar essa história delas enquanto militante de não sei quanto tempo, que elas viram isso se encaminhando e tudo mais, e a gente não viu muita coisa ainda. A gente vê nos livros de história, mas viver é diferente.

Luciana traz dois elementos interessantes para pensarmos as experiências geracionais. O primeiro refere-se aos avanços tecnológicos, vivenciados de modo muito intenso por nossa geração. Esses avanços propiciam uma comunicação facilitada entre mulheres de vários bairros, cidades e estados, promovendo assim processos de estudos, construções e diálogos dos mais diversos. Facilitam também a propagação de conhecimentos a respeito do feminismo negro, dentre outras temáticas, como é possível notar nos diversos canais do *Youtube* ou grupos no *Facebook* que vem se construindo enquanto espaços de debate. Assim sendo, os estudos em grupo não dependem mais, necessariamente de encontros presenciais, como outrora, sendo a internet e outras formas de tecnologias mais acessíveis nos dias de hoje, um dos elementos que apontaria uma diferença nas formas de organização anteriormente e atualmente.

Nesse quesito, entretanto, Lia queixa-se do perigo de certa tendência a colocar as jovens como necessariamente, ou exclusivamente, militantes ligadas à internet e redes sociais. Uma espécie de redução dos modos de atuação dessas:

A gente vem lutando pra que a gente não seja somente associada a uma questão das redes sociais ou da tecnologia. Porque a gente vai voltar um pouquinho pra trás a gente vai ver que as mulheres mesmo quando eram jovens conseguiam fazer militância não necessariamente pela internet. E a gente também consegue fazer isso. Mas às vezes parece que a gente só tá condicionada a essa questão da tecnologia ou que a gente só vai conseguir fazer as nossas coisas pela rede social, pela internet. Não é! A gente vem construindo para além disso.

O passar do tempo e os avanços tecnológicos fizeram da internet um bom solo para ações de militância virtual, o que pode ser visto como um ponto positivo do uso das redes. Porém, é possível observar o cuidado da jovem para que a atuação dessas não seja reduzida à internet. O problema ao qual a jovem se dirige não se trata, pontuemos, da militância virtual, mas sim de se acreditar que a juventude venha se envolvendo apenas dessa forma, não construindo para além da internet, como menciona. Assim, mais do que fazer uso da tecnologia nas ações de militância, a jovem chama a atenção para a necessidade e capacidade que as mesmas têm de estarem também “com a mão na massa” no processo de construção além do virtual.

O trabalho de Julia Paiva Zanetti (2011) sobre jovens no feminismo na região metropolitana do Rio de Janeiro é uma das produções que nos ajuda a pensar os diferentes lugares que essas vêm ocupando na cena feminista. A autora conta que algumas de suas interlocutoras fizeram referência ao papel das jovens no feminismo como aquele disposto à forma de expressões animadas e inovadoras, como batucadas, ou pichações críticas. Uma de suas interlocutoras, porém, questionou esse lugar no qual as jovens são colocadas, queixando-se de que as ações como as citadas por exemplo, são relegadas às jovens, entretanto, coordenar atos ou mesmo ter acesso ao microfone em certos locais talvez não seja tarefa tão fácil.

Percebe-se a necessidade de rompimento com esse lugar exclusivamente do lúdico, do divertido, do virtual, que por vezes cai como rótulo sobre os modos de atuação das jovens no feminismo.

O outro elemento interessante, voltando à fala de Luciana, é o de referenciar como essas mulheres foram capazes de, apesar dessa não facilidade tecnológica, construir movimentações consolidadas que abriram caminhos para nós hoje. Quando a jovem coloca que poder acompanhar nos livros de história é uma coisa e viver o que aconteceu é outra, remete ao respeito que é preciso se ter a essas mulheres que vem construindo formas de revolução antes de nós. Não se trata de diminuir a atuação e importância da juventude nesse campo, mas de entender o que pode ser tomado como aprendizado a partir da larga experiência dessas mulheres. Não quer dizer que não possamos construir juntas e tenhamos apenas, enquanto jovens que ouvir e aprender, mas da possibilidade de um caminhar lado a lado.

Seguindo pensando a intergeracionalidade, algumas das jovens pontuaram certos aspectos que parecem importantes para problematizar essa relação com as mulheres mais velhas, a partir de alguns tensionamentos. Lia aponta: “Porque tem essa questão, às vezes dentro do movimento das mulheres mais velhas, da gente ser as tarefeiras, de pegar as atividades e fazer as atividades e não necessariamente a nossa opinião vai valer de alguma coisa né?” Maria Conga, de modo descontraído, também expressa certo incômodo nesse sentido:

Porque são coisas [pautas] que a gente julga importante mas aí uma pessoa que é mais velha não acha que é importante, aí: “não!” Vai, convence todo mundo que não é importante, pronto. Quando é de repente, é muito importante. Aí você volta, “caaaaaraaaaalho, era muito importante!”, a gente tinha que ter feito, num sei o quê num sei que lá (risos).

As duas falas dizem de modos diferentes de inquietações com a invisibilidade por vezes relegadas às jovens no interior dos espaços de construção política. Na primeira fala, o lugar de executora de tarefas propõe uma invisibilidade da aptidão das jovens para a participação a partir de outros tipos de atividades, na segunda, o não ser ouvida sobre algo que se julga importante torna invisível as experiências que as fazem enxergar relevância na pauta. É como se embora colocadas como herdeiras das conquistas do feminismo, e aqui no caso do presente trabalho, especificamente do feminismo negro, ainda assim, fossem vistas como inexperientes (ADRIÃO; MÉLLO, 2009) já que nos dois casos parecem ser lidas como inaptas em opinar sobre os andamentos do que seria importante para o grupo.

Um marco importante no tensionamento desse lugar de inexperiência colocado às jovens feministas, pensando o cenário latino americano, aconteceu no oitavo Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, em Juan Dólio, República Dominicana no ano de 1999. Na ocasião foi apresentado às mulheres do encontro, a *Declaracion de las jóvenes feministas*, uma declaração resultante de um momento de oficina entre mulheres jovens, que pautava a importância do reconhecimento desse segmento. As jovens convidaram as mulheres feministas a refletir a respeito de como as relações internas de poder pautadas no quesito geracional resultavam em uma hierarquia que se desdobrava em invisibilidade para as primeiras (ALVAREZ et al., 2003). Alvarez et al (2003) traz que na declaração as jovens também criticaram o formato de divisão dos trabalhos. Denunciaram que algumas feministas escrevem, pensam e falam, ao passo que às outras resta-lhes tirar cópias, distribuir panfletos ou formatar textos. As segundas podem ser colocadas como as “tarefeiras”, como faz menção a fala apresentada por Lia.

No décimo encontro, acontecido na cidade de São Paulo, a intersecção entre as identidades juvenil e feminista pareceu finalmente se consolidar, e segundo Adrião e Mélló (2009) as jovens conseguiram demarcar um espaço de reivindicação, a partir da organização do segmento, que nenhuma outra geração jovem havia realizado.

Tal encontro teve desdobramentos que fez com que esse resultasse em ações posteriores, como por exemplo, o I encontro de jovens feministas no Brasil, que aconteceu na cidade de Maracanaú, Ceará, em março de 2008 e envolveu jovens feministas das cinco regiões do país (ADEVE, 2009). Ana Adeve (2009) sinaliza que a escolha do local fugiu propositalmente do sudeste, já que a ideia das impulsionadoras do encontro era também potencializar lideranças e grupos feministas de outras regiões e o Ceará foi escolhido por ser, à época, um estado com um intenso movimento de mulheres organizadas.

Nesse primeiro encontro, discussões e problematizações de temáticas ligadas a questões de raça acabaram por surgir em meio às jovens:

A participação das negras jovens feministas propiciou a reflexão e um certo incômodo entre as demais participantes. Incômodo por conta das colocações provocativas em relação ao racismo velado que ainda persiste nas próprias estruturas dos movimentos sociais. Isso gerou discussões e reflexões muito interessantes sobre a importância de construirmos alianças entre os diferentes segmentos das jovens feministas a partir da reflexão sobre o racismo e as formas veladas de discriminação (ADEVE, 2009, p. 40).

No ano seguinte, dois mil e nove, as jovens feministas negras se organizaram de modo a realizar o primeiro encontro do que chamaremos aqui de um segmento de Negras Jovens Feministas, respeitando a nomenclatura definida pelas organizadoras. Tal Encontro aconteceu na cidade de Salvador, Bahia, no mês de novembro. Na época, objetivou-se construir um espaço onde fossem discutidas propostas de enfrentamento ao racismo, machismo, lesbofobia, sexismo e adultocentrismo, além de consolidar uma articulação em rede, que pudesse ser usada como instrumento de luta política das negras jovens feministas (ANDRADE; LUIZ; QUEIROZ, 2012).

O segundo, como já mencionado no início do projeto de pesquisa em questão, aconteceu em setembro de dois mil e dezessete, no município de Capela do Alto, São Paulo e teve em torno de trezentas participantes. Ambos, é importante pontuar, embora tivessem como centro as jovens negras, propiciaram espaços de diálogo intergeracional entre mulheres negras jovens e as mais velhas. Sobre a presença das mais velhas no II ENJF, as interlocutoras colocam:

Uma coisa que eu achei espetacular foi a proposta de diálogo a princípio das jovens com as mais velhas. Isso acho que foi algo muito legal da gente poder ver algumas mulheres, conhecer a história delas, elas saírem da internet e se tornarem pessoas de carne e osso. As grandes referências da gente e que já tão na luta um pouquinho de tempo antes. Pra mim foi particularmente importante perceber que essas pessoas são feitas de carne e osso e que eu tenho mulheres que me inspiram mas não mulheres que eu preciso endear. (Sony)

Foi um momento conjuntural em que o Brasil sofria um golpe e principalmente sobre uma mulher, e a gente conseguir fazer esse encontro, né? De reunir aquelas pessoas naquele lugar, jovens de vários lugares com as mulheres mais velhas, nessa troca de experiência com as mulheres mais jovens, que eu acho que foi uma experiência super massa, falando de um mesmo ponto, só que de lugares diferentes. (Lia)

A aglomeração a partir do quesito da juventude pode ser encarada como uma estratégia de fortalecimento das jovens feministas negras, que nesse sentido vem buscando se organizar também em espaços próprios, a exemplo do que foram os ENJFs. Os Encontros

organizados de jovens para jovens, são um excelente mote para colocar em xeque a visão dessas enquanto inaptas a certas atividades. A disponibilidade das mulheres mais velhas em se fazer presente, pode ser vista também como um modo de legitimar o segmento das negras jovens feministas, embora ainda seja preciso, ao meu ver, pensando o que acompanhei no II Encontro, atentar para o efetivo compartilhamento e divisão de espaços de fala dessas para com as mais jovens.

Além do debate intergeracional a fala de Lia também coloca em cena o momento político em que o II Encontro aconteceu. Luciana também faz uma pontuação sobre o mesmo assunto, referindo-se ao II Encontro: “...a gente tá vivendo um momento político que é muito triste pra gente e tudo mais, era importante, é importante tá tendo esse tipo de evento, de organização”.

Desde o ano de dois mil e quinze, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que havia sido reeleita democraticamente, tem-se vivido um momento de incertezas políticas, com reais ameaças a direitos conquistados nos governos dos últimos anos. As jovens ressaltarem a importância do II Encontro acontecer apesar da conjuntura, serve para nos lembrar de que a participação política não acontece em um vazio cultural e histórico, mas que traz consigo marcas de acontecimentos que acabam por moldar a sua história (CASTRO, 2008).

Retornando à relação entre as mais velhas e as mais jovens, penso que a fala a seguir, emitida por Lia, endossa à importância do debate intergeracional, sem perder de vista formas mais recentes de atuação política, advogando por uma espécie de equilíbrio entre os segmentos:

Uma coisa que eu consigo enxergar é que o racismo construiu uma coisa tão grande que é enxergar a gente enquanto faixa etária, questão geracional, como inimigas. Ou que a gente tem que estar em espaços diferentes. O que não é! O que me faz retornar e voltar, que a gente é continuidade, assim, das coisas que as mulheres que tão há mais tempo na militância construíram e que a gente vai dar um outro caráter mas que a gente vai construir também de um outro olhar, uma outra forma de fazer e que as coisas, estratégias, vão se modificando...

Assim, sem faltar com respeito às mulheres negras mais velhas, pelo contrário, com o apoio de muitas dessas, tem-se colocado em pauta a importância de enxergar às jovens enquanto sujeitos necessários nos processos de construção e atuação do feminismo negro. Embora os tensionamentos geracionais possam surgir em alguns momentos é preciso que ambas as gerações reconheçam os ganhos de cada época, entendendo que as que hoje são

mais jovens seguirão pautando o debate no futuro, ao mesmo tempo respeitando a importância das mulheres mais velhas, já que como aponta Werneck (2010): nossos passos vêm de longe!

### 6.3 Da militância

Organizar-se em conjunto para combater sistemas de opressões não é algo novo. No Brasil, as mobilizações do povo negro no combate às opressões oriundas das desigualdades raciais têm ocorrido desde a época da diáspora africana e chegada dessa população no país. É possível mencionar, nesse sentido tanto a formação dos quilombos no período escravocrata, quanto mobilizações no período da república, pós-abolição, quando surgiu o que se denomina imprensa negra: jornais que colocavam em foco as mazelas que atingiam a população negra em diversos campos (trabalho, saúde, educação...) tornando-se um espaço privilegiado para se pensar em soluções ao problema do racismo no Brasil (DOMINGUES, 2007).

Em Pernambuco, quanto à imprensa negra, vale destacar o surgimento do boletim *Omnira*<sup>17</sup>, criado em 1993. Oriundo do Grupo de Trabalho Mulheres negras, do Movimento Negro Unificado, tal boletim surgiu com o objetivo de desenvolver matérias e textos a respeito de questões de gênero e de raça, destacando a relação entre racismo e sexismo, a exploração sexual de mulheres, entre outras (SANTOS, 2017).

Nos dias de hoje, as organizações de mulheres negras, no combate tanto ao racismo quanto ao sexismo seguem ecoando gritos fortes, na denúncia a tais sistemas de opressão, como é possível observar a partir de atos e encontros de abrangência nacional. Como exemplo, podemos citar a *Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver*, em Brasília, em novembro de dois mil e quinze, e o *Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil*, que aconteceu em Goiânia em dezembro de dois mil e dezoito.

A importância da luta das mulheres negras frente a tais sistemas de opressão é ilustrada por Davis (2017), que coloca que o avanço das mulheres de minorias étnicas sempre refletirá o início de mudanças para todas as mulheres, tendo em vista o lugar que essas ocupam na base da pirâmide social.

---

<sup>17</sup> Uma curiosidade: o nome do boletim lembrou-me um primo muito querido, chamado Ominirá. Grafa-se um pouco diferente, porém tem o mesmo significado que o nome do boletim: liberdade.



Imagem produzida a partir de Davis (2017)

Segundo a autora: “Quando aquelas no ponto mais alto da pirâmide obtêm vitórias para si mesmas, geralmente a condição de todas as outras mulheres permanece inalterada” (2017, p. 36). Entretanto alerta ao fato de que se aquelas que estão nos pontos mais baixos conseguem de alguma forma garantir avanços, é inevitável que esses movam toda a estrutura.

A necessidade de combate aos ciclos de opressão e ao modo como esses incidem em suas vidas é o que acaba por fazer com que as jovens busquem na militância ações estratégicas de resistência frente às desigualdades sociais que lhes são impostas. Aqui o que temos entendido enquanto militância corrobora com a definição de Bernadete Baltazar (2004) que a coloca como

uma forma de participação política engajada e crítica, na qual são desenvolvidas ações voltadas para a conscientização política da população, buscando desenvolver novos valores que possibilitem às pessoas se organizarem e lutarem para a construção de uma sociedade justa e digna.(p. 184)

A trajetória das quatro jovens quanto aos primeiros contatos com espaços de militância ocorre de modo diferente, porém três delas colocam a universidade enquanto o local onde começaram a se organizar em grupos e coletivos de atuação política. Esse ingresso na universidade, de maneiras diferentes as põe frente a oportunidades de engajamento político que foram abraçadas, se desenrolando num apropriar-se frente a questões ligadas a debates raciais e de gênero.

Nas entrevistas com Sony, Maria Conga e Luciana, a narração do processo de aproximação com os espaços de militância foi feita antes mesmo que eu as perguntasse sobre. As três jovens iniciaram relatos a respeito dessa trajetória quando questionadas acerca de sua

percepção enquanto pessoa negra. O que aponta para uma não dissociação desse entender-se politicamente enquanto negra, do início de uma aproximação a espaços de ação política. Indica também o que pode ser enxergado como uma relação entre academia e movimentos sociais, no caso das jovens a primeira servindo como impulsionadora aos diálogos com o segundo.

Sony, fala da vinculação a um grupo de pesquisa da universidade como pontapé inicial para diálogo com o movimento feminista e algumas iniciativas políticas:

E aí quando eu entrei na universidade, no terceiro período ou quarto período, terceiro período eu acredito, eu entrei no [grupo de pesquisa vinculado à universidade] que é um grupo de pesquisa da universidade. (...) Eu comecei a me aproximar do movimento feminista de Pernambuco a participar de atividades do fórum de mulheres, a participar do oitavo de marco a participar das atividades do [grupo de pesquisa vinculado à universidade], alguns atos políticos que na época tinham muita força... É... Tinha um... Participava de um projeto junto com o centro das mulheres do Cabo que discutia feminismo também e violência contra a mulher, e essa discussão foi me aproximando por aí.

Aqui faz-se necessário reconhecer a universidade não só enquanto local de produção de conhecimento mas também enquanto local de questionamento das estruturas de opressão que regem nosso cotidiano. A construção de conhecimento científico atrelado a construções extra acadêmicas, como relatado na fala de Sony, levam-nas para além dos muros colocados pela universidade.

Quando Maria Conga trata sobre seu ingresso na militância, ela também faz esse relato contando o momento em que passa a enxergar o seu pertencimento racial a partir de uma visão política. Isso acontece na universidade, a partir de demandas de sala de aula, como nos traz:

**Maria Conga:** E aí acho que foi na faculdade que eu consegui me identificar mesmo, mesmo, mesmo, enquanto negra porque numa sala da faculdade eu percebia que tinha muita discussão que era muito sabe, que faltava um senso assim, que eu como eu tinha, eu sentia falta. E aí eu contribuía muito, num sei quê, e aí chegava um momento que começava a falar de algumas coisas, a galera já esperava que eu falasse e tal. E aí eu me sentia assim meio que na obrigação de saber das coisas né? Aí eu fui assim aos pouquinhos pensando, pensando e procurando saber, até que teve o convite de formar o [Coletivo que a jovem integra].

**Dandara:** Tu tava em que período na época que iniciou?

**Maria Conga:** Quarto período, eu acho. Segundo ano de faculdade, dois mil e quinze, quarto período.

Outros elementos entraram na conversa, porém num momento à frente, a questão do ingresso na militância voltou a surgir:

**Maria Conga:** Então, no começo, eu comecei com o [Coletivo que a jovem integra] e quase todo mundo do [Coletivo que a jovem integra] começou com o [Coletivo que a jovem integra].

**Dandara:** Hunrrun

**Maria Conga:** Gosto muito do [Coletivo que a jovem integra], tenho um carinho muito especial porque a gente começou juntos, tá ligado, errando e acertando, várias reuniões exaustivas. A gente “e aí como é que vai fazer?” aí na outra reunião, de novo a mesma discussão: “como é que vai fazer?”.

A universidade dessa vez parece inserir a jovem num contexto ao qual ela precisaria ter domínio de certos assuntos, no intuito de contribuir com os debates em sala de aula, sendo o pertencimento racial alvo de reflexões a partir desse contexto. A organicidade de Maria Conga nesse caso não se dá a partir de um grupo de pesquisa acadêmica como no primeiro relato, mas no processo de construção de um coletivo, e aqui, como a mesma pontua, nos acertos e erros que esse momento pôde propiciar. O aprender a fazer juntos, chama a atenção para um processo que parece soar a partir da fala de Maria Conga, como um compartilhamento prazeroso do aprendizado da construção de ações políticas.

Luciana relatou uma aproximação com a militância também a partir de seu grupo de pesquisa, e na sequência, ou devo dizer como consequência, a entrada no coletivo que integra. Há semelhança na aproximação com o que foi trazido por Sony, pensando o vínculo com um grupo de pesquisa que a fez estar de frente a propostas de ações políticas, e semelhança com Maria Conga nesse buscar aprofundar-se com seus pares em um coletivo. Luciana quando trouxe essa inserção também respondia a pergunta disparadora ligada ao processo de reconhecimento de seu pertencimento racial. A entrada no grupo de pesquisa é mencionada primeiro e na sequência vem o ingresso da mesma no coletivo.

**Luciana:** E aí um dia eu tava numa palestra, inclusive quem tava dando a palestra foi a professora [nome da professora]. E aí ela falou que ela tava desenvolvendo uma pesquisa no [nome do grupo de pesquisa] e que era... e que... era envolvendo Movimento Negro Unificado e eu fiquei assim: “o que é que é Movimento Negro Unificado?” e aí algumas coisas eu já vinha vendo no Facebook e tal, aqueles textinhos, e aí eu já vinha vendo.

(...)

E aí como eu era segundo período parecia que ela tava dando prioridade primeiramente as pessoas que já tavam avançadas no curso e tal. E aí esse primeiro ano era só pra acompanhar o pessoal. Aí eu acompanhei lá na casa da cultura, que é onde fica a sede do MNU e o pessoal tava fazendo a organização das documentações né, do MNU, fotografando pra trazer pra os computadores daqui. Passou um tempo até que eu entrei realmente como bolsista e a partir daí foi que eu fui tomando mais consciência, e aí eu conheci o [coletivo que a jovem integra]. Foi no Facebook mesmo, eu vi uma postagem sobre uma reunião que iria ter, e aí eu me interessei bastante. Fui até essa reunião, né, nessa reunião conheci [cita o nome de algumas pessoas que são nossas conhecidas em comum].

Maria Glória Gohn (2011) ao tratar da relação entre movimentos sociais e educação coloca que esses também são matrizes geradora de saberes, os enxergando como um espaço de educação não-formal. A autora aponta que no Brasil a relação entre movimentos sociais e educação foi construída no final dos anos setenta, quando entidades científicas passaram a debater os problemas socioeconômicos e políticos, e a destacar os grupos e movimentos sociais envolvidos nesses. Dentre as entidades científicas, cita entre outras a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Aponta também que fora do país essa relação é mais antiga, e inclusive constitutiva de grupos de pesquisa como a Latin American Studies Association – LASA, Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS.

Lia conta sua aproximação com a militância de um modo distinto, não fazendo referência a academia na trajetória. No caso dessa entrevista a pergunta foi feita separadamente, já que diferente dos casos anteriores o assunto não foi explorado a partir da pergunta ligada ao perceber-se enquanto negra.

**Dandara:** E tua entrada na militância, foi a partir daí, foi a partir de quê? Como foi que tu começou, alguém que te levou, como tu começou a conhecer...

**Lia:** Por incrível que pareça mesmo eu sendo uma mulher negra, o movimento que eu entrei assim, foi no movimento LGBT. Eu tava trabalhando com essa população e eu via que era um universo que tava presente em mim, presente nas pessoas, mas foi o primeiro movimento que fui visitar, vamos dizer assim.

**Dandara:** Hunrrun

**Lia:** Eu fui pra um encontro, que era o encontro de mulheres lésbicas e aí foi meu primeiro contato e aí a partir daí as meninas me convidaram como observadora. Eu nem me via nesse lugar também. Eu tava só experimentando e tal e era muito mais no lugar dos direitos humanos, de defender uma pauta, do que de ser realmente. Depois que eu vim perceber que eu também pertencia aquele lugar.

**Dandara:** Ahan

**Lia:** E meu primeiro momento foi com o [nome do coletivo que a jovem integrou] que era um coletivo de mulheres lésbicas e bissexuais, de vivenciar aquilo e ver, mas eu era a única mulher jovem do grupo, porque as mulheres que tavam lá já tinham uma trajetória de militância de trinta vinte anos, então eu era... tinha eu e mais outra menina lá que éramos jovens, então era um outro debate, era um outro olhar sobre isso também, mas também era um público que vinha dar um outro gás pra aquele movimento que também só era a partir dos estereótipos. Que a gente vinha trazer um outro lugar, que não era somente se vestir igual menino ou trazer nas suas roupas uma roupa mais masculinizada e tal. Não era isso. E foi meu primeiro contato assim com a militância. A partir daí foi que eu vim me colocar em outro espaço, que era do... a questão do movimento negro de mulheres principalmente.

Lia faz emergir alguns elementos diferentes ao narrar sua aproximação com a militância, trazendo o debate ligado à sua orientação sexual como primeira aproximação. O

questo geracional também é levantado, sendo percebido enquanto um fator de diferença em meio ao grupo que fez parte, atentando para como diferentes gerações podem fazer perceber nuances dentro do coletivo além das que já eram colocadas, tal qual o aspecto da vestimenta citado como exemplo.

Aqui vale uma pontuação: embora coloque que possa parecer inacreditável que sua militância tenha se iniciado no movimento LGBT, é preciso ter em mente que essa aproximação ao movimento se fez ligada ao que a mobilizava para a ação política na época, sendo essa advinda de elementos ligados à sua orientação sexual. Audre Lorde (2009) é uma das autoras presentes no debate sobre interseccionalidade que traz em seus escritos a marcação do lugar da mulher negra lésbica. Para Lorde, tanto o sexismo quanto o heterossexismo surgem da mesma fonte que o racismo, o que também é apontado por Davis (2017) que coloca as instituições políticas e econômicas que servem como base para o racismo como também raízes do sexismo e da homofobia.

Apontando a impossibilidade de separar as identidades que a compõem, Lorde coloca:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros (LORDE, 2009, p. 220).

Assim, pontuamos que embora possam parecer a princípio distanciados, os debates sobre o combate às opressões raciais, de gênero e de orientação sexual precisam ser pensados interligadamente.

A partir da entrada na militância, Sony e Luciana falam também de alguns aspectos que nos apontam para o modo como essa trouxe modificações positivas para a forma como as mesmas percebem o mundo e também percebem a si próprias:

**Dandara:** Isso tu já falou um pouquinho mas de teu envolvimento com a militância ne, tu falou que começa em 2012, falou que o [Grupo de 'pesquisa da universidade] foi importante pra isso. E aí tu contou um pouco da tua trajetória mas aproveito pra perguntar como era tua vida antes de tu se organizar nesses espaços e como a organização nos espaços acabou por influenciar na forma como tu começa... a enxergar esse cotidiano.

**Sony:** É... eu sou hoje uma pessoa muito mais segura de mim. Entrar no movimento me deu muito mais segurança muito mais tranquilidade pra acessar espaços pra lidar com a minha vida e pra entender que eu sou importante, que a minha vida importa e que meu conhecimento importa e que o que eu faço importa. Eu me sentia muito insegura antes de entrar na militância, nas várias militâncias.

**Dandara:** Ahan

**Sony:** Me sentia muito insegura. Pior, me sentia inferior. Me sentia sempre inferior nos espaços que eu tava. Se é porque eu não sabia demais, ora era

porque eu não sabia demais, ora era porque eu não tinha poder aquisitivo pra estar naquele lugar, ora era porque eu não tinha a roupa adequada. Tinham vários motivos pra eu não me sentir bem e me sentir segura nos espaços. E a militância me deu essa segurança.

**Dandara:** E como é que tu percebe que essa entrada na militância traz algum caráter de modificação na tua vida... Como é que tu se pensa e se enxerga antes desse envolvimento nessa militância do [Coletivo que a jovem faz parte] e tal e depois.

**Luciana:** Então...

**Dandara:** Antes e depois na... No caso antes e até hoje (risos)

**Luciana:** Que eu ainda continuo (risos).

**Dandara:** É, é.

**Luciana:** Então, a militância hoje ela faz grande parte da minha vida. A maior parte dos meus amigos hoje são da militância, então antes o mundo pra mim ele não tinha essas demarcações. Eu sabia que existiam algumas coisas, mas pra mim não era tão demarcado assim.

**Dandara:** Ahan

**Luciana:** E aí com a militância eu comecei a ler alguns textos, tipo bell hooks, Ângela Davis. O Almicar Pereira falando sobre a construção do movimento negro unificado, e aí a partir disso eu comecei a ver que tipo, existiam espaços no qual eu fazia parte e não sabia. E aí pra mim foi a partir desse momento em que eu comecei a enxergar o mundo de uma forma diferente.

No caso de Sony é possível perceber a ênfase colocada em como a entrada na militância a proporcionou certas seguranças. A jovem faz pensar sobre como os efeitos perversos do racismo e do sexismo, em conjunto, podem produzir uma autodesvalorização, uma queda na autoestima, que no caso de sua fala faz com que se desacredite da relevância de suas habilidades e conhecimentos. É como se essa entrada ajudasse, no seu caso, a superar as vivências de inferioridade e insegurança, dando a entender que a partir da militância foram encontrados meios que a ajudaram a sair desse lugar.

Luciana pontua que o envolvimento com a militância também modificou o modo como ela enxergava seu cotidiano. Fala do ciclo de amizades que fez a partir desse e como começou a se aproximar de leituras teóricas ligadas ao debate racial, resultando em uma forma de olhar que passa a não ver o cotidiano da mesma forma. Nos dois casos a entrada na militância aponta para essa nova configuração na forma de enxergar tanto a si própria no mundo, quanto a forma como esse se estrutura.

Em trabalho que discute a relação entre militância e vida cotidiana a partir da avaliação de interlocutores que nomeia como “líderes de movimentos populares”, sendo esse ligados a Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, Baltazar (2004) aponta que entre os aspectos positivos da militância, trazidos por seus interlocutores estão principalmente o crescimento pessoal e profissional, a aprendizagem e a aquisição de novos conhecimentos, em certo sentido, aspectos semelhantes ao que Sony e Luciana apontam. A autora ressalta que

para efeito do trabalho em questão faz uso do termo “vida cotidiana” para pensar aspectos ligados a vida familiar, trabalho, relações de amizade, dentre outros, porém compreendendo que a militância política faz parte do cotidiano dessas lideranças.

Lia também apresenta reflexões que dizem de mudanças em sua vida a partir da militância, sendo essas no campo do afetivo. Nesse sentido, coloca:

**Lia:** Eu acho que eu tô quebrando umas barreiras que é tipo... dentro da minha casa dizer que a minha sexualidade é presente. E que hoje eu me relacionar com uma mulher preta pra mim é algo que me fortalece, algo que eu me sinto feliz, mesmo com todos esses problemas. Mas eu sei que a minha companheira mesmo longe, eu sei que ela me fortalece, ela constrói comigo. E é uma coisa que é muito louco, assim... eu tinha outros relacionamentos mas que nenhuma dessas outras pessoas estavam no mesmo lugar de militância também que eu. E que não entendia porque que meu final de semana era em debate, conversando e construindo... mas hoje eu vejo que você estar com uma mulher que compreende seu lugar político de feminista e de negra é uma outra coisa sabe?

**Dandara:** Ahan

**Lia:** E de quanto isso me fortalece, quanto isso me deixa bem, e que a gente pode trocar a mesma ideia e que é uma outra coisa.

A militância soa como um encorajamento a tornar cientes as pessoas de seu espaço familiar de sua orientação sexual. O relacionamento com uma mulher negra, que entende as demandas da militância na vida de Lia se coloca como um aspecto relevante para pensar a construção desse relacionamento, baseado em semelhanças que parecem uni-las enquanto casal. A jovem também diz de uma parceria fortalecedora que acontece, tendo em vista a compreensão uma para com a outra, frente às necessidades que demandam as tarefas de militância.

Lia faz surgir em minha mente o texto de bell hooks (2010), “Vivendo de amor”, no qual a autora fala de como uma ferida emocional causada pelo racismo afeta a capacidade de sentir e amar das pessoas negras, e de como a repressão das emoções foi uma estratégia de sobrevivência da população negra que se manteve mesmo após o regime de escravidão. A fala da jovem traz um caráter revolucionário ao relacionamento afetivo entre duas mulheres negras, e como aponta hooks:

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro (2010, s/p).

Assim foi possível perceber que o ingresso na militância aponta para uma das possíveis formas de resistência das mesmas frente às estruturas racistas e sexistas. Esse vai

envolver responsabilidades na construção de ações políticas, que por vezes podem parecer desafiantes, ao mesmo tempo, em que também se mostra significar ganhos na construção de laços de amizade e autovalorização.

De modo a se debruçar sobre como hoje essas jovens encaram suas ações políticas ligadas aos marcadores raciais e de gênero, questionei minhas interlocutoras sobre a relação para com a militância frente a uma e outra categoria (raça/gênero). O questionamento aconteceu no intuito de entender se haveria alguma dessas que as jovens julgassem se sobressair, entendendo esse combate ao duplo lugar de discriminação. As respostas das jovens ao modo como posicionam sua militância hoje, se mais voltada para o debate racial ou mais voltada para os debates de gênero nos ajudam a pensar os processos de aproximação e/ou distanciamento entre as duas categorias.

As jovens apresentaram posicionamentos diferenciados, quanto a esse principal foco de militância. Sony, conta que tenta fazer as costuras entre os dois debates, porém por ter se inserido inicialmente em pautas ligadas às questões de gênero coloca que acaba ser essa área a que consegue ter mais domínio.

**Dandara:** E pensando a tua militância hoje tu diria que tem como dizer se tu taria mais... mais associada ao debate de gênero ou mais associada ao debate racial? Tu falou que essa tua entrada na militância a princípio foi pela questão do gênero. E hoje? Tem alguma que pesa mais ou...

**Sony:** Eu tento fazer essa costura. Mas como pra mim é muito marcado essa coisa de ter percebido, de ter feito esse caminho de percepção das questões de gênero pra depois as questões de raça, eu domino hoje muito mais as questões de gênero, pensando teoricamente. Domino muito mais as questões de gênero. E... tento me aproximar, me esforço muito pra me aproximar da discussão teórica de raça.

Maria Conga, conta que no seu caso traçar o debate racial se coloca como algo mais tranquilo a ser feito, trazendo um receio da militância feminista desenvolvida a partir de mulheres brancas e suas pautas específicas tornadas universal, sentindo-se mais à vontade em traçar discussões sobre racismo, como aponta:

**Dandara:** Tu hoje, tu acha que tua militância tá tipo mais pautada no gênero ou mais pautada nas questões raciais?

**Maria Conga:** A minha sempre foi mais pautada em raça. E... num sei, acho que talvez eu tenha ficado com... não trauma, mas a impressão muito fixa de que feminismo “ah, num sei que lá...”, sabe, tipo, do feminismo branco que não me integra, enfim né, e hoje eu sei já, ne, já conheço algumas autoras, eu tento ler algumas autoras sempre, tá me inteirando, mas eu não, tipo, eu não... Sei lá, também nunca chegou essa demanda pra mim, de chegar e falar da situação a mulher negra e num sei quê, mas enfim, eu me sinto muito mais a vontade de falar de questão de racismo em geral assim.

No caso das duas respostas é importante atentar que Sony e Maria Conga parecem ligar à militância à apropriação teórica do debate, tendo que nos dois casos os marcadores colocados como aqueles que se sobressaem são os que essas sentem mais domínio para pautar teoricamente. Quando a Sony coloca que domina mais o debate de gênero, porém está sempre tentando costurá-lo com o debate de raça, aponta para a necessidade de que os dois permaneçam juntos. O mesmo parece quando Maria Conga tenta justificar a não aproximação teórica com o feminismo por nunca lhe haver chegado a demanda específica de falar sobre a condição da mulher negra. Soa como se no fundo as duas entendessem que os marcadores mantem-se associados.

Luciana e Lia não apontam um marcador que se sobressairia quando pensam suas ações de militância, vinculando a relação entre uma e outra categoria questionada como inseparáveis, como é possível observar nos trechos a seguir:

**Dandara:** E hoje, tu diria que a tua militância ela tá mais ligada a discussão da igualdade de gênero ou a discussão da igualdade racial?

**Luciana:** Os dois. É uma coisa que é... não se dá pra negar até porque quando a gente vai falar sobre mulher negra a gente sempre tá em mulher e negra, raça e gênero, não se divide, andam juntos. Então é uma coisa que eu não vejo divisão nos espaços onde eu ando de militância.

**Dandara:** E hoje tu acha que é possível dizer ou fazer alguma referência se tua militância tá mais ligada ao debate racial ou mais ligada ao debate de gênero?

**Lia:** Eu acho que eu não consigo dissociar as duas coisas né? É uma coisa que eu sempre digo, que eu sempre fico com muito medo, é de tá fazendo uma coisa fora da minha casa, que eu não consigo tá fazendo dentro da minha casa. Eu vivo numa estrutura fundamentalista que a igreja é muito presente, então o debate de raça tá associado ao candomblé e o debate de gênero tá associado a minha sexualidade. Mesmo que isso não seja fundamento real, mas dentro da minha casa é isso. E por muito tempo tive muito medo de tá na rua dizendo que era contra o machismo, contra o patriarcado, contra o racismo quando na minha casa eu não conseguia nem debater porque que o meu cabelo é de um jeito que não era antes.

**Dandara:** Hunrrun

**Lia:** E fazer com que minha mãe com meus familiares entendam que eu posso ser quem eu quero e que isso não vai mudar, que as pessoas tem a possibilidade de acreditar no que elas querem. E eu não consigo dissociar mesmo. Eu acho que tem um agravante quando essas duas coisas existem de forma unificada, é mais forte, mas não consigo dizer que hoje minha luta é mais por uma coisa ou por outra, porque meu corpo tá ali e ele é alvo dessas duas coisas.

Quando as jovens colocam que não há como desvencilhar os dois pontos de militância, me remetem a Lorde (2009), quando a autora traz que não pode dar-se ao luxo de lutar apenas contra uma forma de opressão ou mesmo escolher em que linha de frente batalhará contra as forças discriminatórias, entendendo a inter-relação que essas estabelecem.

Apesar disso, ainda é um desafio novo pensar como esses marcadores podem ser abarcados e trabalhados conjuntamente, mesmo diante de movimentos que reconhecem a sua existência em intersecção. Nesse sentido, Lia traz mais uma vez o marcador de sua orientação sexual e a dificuldade de pensar como esse se entrelaça ao debate racial, fazendo-nos entender a ainda presente dificuldade em enxergar os marcadores de forma articulada e não dissociada.

**Lia:** Então acho que mesmo eu entrando antes no movimento LGBT e tal e depois vivenciar o movimento [de mulheres negras] através do projeto da [cita o nome de uma ONG] que eu acho que foi o pontapé inicial pra esse debate, mas eu via que eu não conseguia tratar das minhas especificidades dentro do movimento LGBT porque ele era misto. Tinha mulheres negras e mulheres não negras. E eu não via que essa questão de você ser uma mulher lésbica ou bissexual negra tinha outras implicações, seja no âmbito da saúde da educação ou qualquer que seja, tinha um outro olhar. E aí foi quando eu disse “não, não é aqui que eu vou suprimir minhas necessidades.” Mesmo quando dentro do movimento negro muitas vezes você não consegue debater sexualidade. O movimento negro de mulheres ainda é muito cheio de um olhar muito heteronormativo também.

**Dandara:** Ahan

**Lia:** E isso foi uma das coisas que hoje eu tipo... Dialogo com algumas pessoas, mas ainda vejo que existem algumas barreiras. É aquela coisa, a gente fala de raça, mas não fala de gênero no âmbito da sexualidade. A gente fala de gênero ao se tratar de homens e mulheres, mas não aí de tratar dentro das mulheres a sua sexualidade. Ainda vejo que é uma dificuldade.

Regina Coeli Benedito dos Santos e João Bosco Hora Góis (2007) ao tratar da criação de organizações dirigidas por mulheres negras lésbicas, no Rio de Janeiro, contam que no início dos anos noventa, essas já vinham construindo timidamente uma agenda própria e relatam a existência de dificuldades de apoio do movimento negro nessa época, esse, segundo as autoras composto majoritariamente por homens. Manifestações discriminatórias ligadas à orientação sexual eram colocadas tanto de modo velado quanto de modo explícito, a partir de piadas que apontavam como desonra a homossexualidade (feminina ou masculina) entre pessoas negras, pontuam as autoras. No olhar de Lia essa heteronormatividade, persiste, talvez não explicitamente, pontuo, mesmo que no movimento de mulheres negras.

Afirmações como a de Lia servem para colocar em pauta que a permanência e construção nos espaços de militância, embora possa ter servido como guinada importante nas vidas das jovens, apresenta também alguns desafios com os quais essas se deparam no cotidiano. Um deles é a dificuldade de construção de uma militância que não deixe de abarcar marcadores sociais relevantes na busca por se pensar as experiências das mulheres negras lésbicas, como colocado. Outro aspecto que também soa como uma espécie de desafio à militância política, podem ser enxergado na fala de Maria Conga e de Lia.

São reflexões que as jovens fazem pensando seus espaços de atuação política e a maneira como as ações promovidas por esses acabam por não abranger de modo amplo parte da população que não se encontra organizadas nos circuitos de militância locais. Utilizando outros termos, “é o lance da bolha”, como Maria Conga, em certo momento nomeia esse isolamento. A jovem coloca:

Como a gente tá muito imersa, a gente fala de um jeito que a gente entende, mas que eu consigo perceber que outras pessoas não conseguem entender, assim. E aí tipo, um ponto que eu acho interessante a ser levado em consideração é isso, sabe? A gente fala muito pra gente mesmo. Beleza que é bom ter um ambiente de... de conforto, pra ter, enfim, pra falar essas coisas, discutir entre as suas, num sei que lá, num sei que, mas eu também sinto a necessidade de abranger mais as discussões e sinto também uma necessidade de pessoas que não sejam mulheres negras sentirem interesse em tá nessa discussão, sabe? Se inteirar dessa discussão.

A falta de interesse de outros públicos nas discussões colocada pode ser complementada pelo que é apontado por Lia, quando além de apontar também para a endogenia presente no cotidiano dos espaços de militância frequentados, coloca em xeque o que vem sendo feito como resposta a isso no intuito de abranger novos sujeitos:

**Lia:** ...eu fico muito triste quando a gente vai, lança um debate, que a gente tá falando da gente pra gente mesmo.

**Dandara:** Ahan

**Lia:** De chegar nos espaços e ver as mesmas caras, as mesmas pessoas. E saber que aquelas pessoas comungam da mesma ideia. E eu acho que... eu tenho conversado internamente com algumas pessoas, amigas minhas, que tipo, a gente precisa sair dessa bolha. A gente precisa sair desse lugar de conforto. Porque é confortável pra gente falar o que a gente acha, o que a gente pensa, pra pessoas que pensam igual. Mas desse lugar de feminismo, como é que a gente fala de feminismo na periferia que a gente mora? (...) E aí eu fico me questionando, o que eu tô fazendo se é tipo pegar o microfone e ir pra um debate uma mesa e falar o que eu penso pra pessoas que tão o tempo todo na minha rede social e que escutam o que digo, que tão nos debates, quando eu não consigo agregar uma mulher que pega o ônibus no mesmo lugar que eu, todos os dias, e eu não consigo dizer nada pra ela.

Essa falta de articulação e diálogo com a população que não frequenta os espaços de militância aos quais as jovens estão inseridas é vista como preocupante e alvo de autocríticas. Entretanto, para além dessas autocríticas, é necessário pensar que tipos de estratégia podem ser usadas para falar além da bolha, necessitando refletir a respeito do que significa essa volta unicamente para si mesmos e como essas podem se refletir em vulnerabilidades. As falas são convites para se pensar em que medida os discursos que emergem nesses espaços de militância, têm sido construídos com o cuidado de se fazerem entendíveis e propagar informações a um público externo, que não os que já se fazem presente em tais espaços.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meu braço direito tenho tatuado um Sankofa, um ideograma Adinkra que em seu significado fala de resgate ao passado e ressignificação do futuro. Quando penso nesse escrito final para o trabalho, o encaro lembrando do que ele representa. Um pássaro de corpo pra frente, cabeça pra traz, que entre outras coisas simboliza: nunca é tarde para voltar atrás e pegar o que foi esquecido. A dissertação não é minha última produção de vida e apesar de sua importância me permito pensar que nunca será tarde caso precise voltar a ela, rever o que propus, o que deixei de enfatizar e mudar a forma como vejo as coisas. As considerações finais aqui expostas não se almejam de modo algum a servir como uma espécie de encerramento da discussão proposta e talvez sirvam mais no sentido de trazer outras indagações do que apresentar respostas objetivas e indiscutíveis às problemáticas que foram debatidas no processo do trabalho. Também aproveito esse momento na tentativa de traçar uma espécie de pequena autoavaliação sobre alguns sentimentos ao longo da construção da dissertação.

A pesquisa aqui apresentada buscou tecer reflexões sobre a articulação entre os marcadores raciais e de gênero no feminismo negro, a partir da ótica de jovens negras. Enfatizamos aspectos ligados às experiências dessas ao longo de suas trajetórias de militância, colocando a necessidade de se pensar como construir um feminismo que não se alheie a questões ligadas às desigualdades raciais e reflita sobre os processos intergeracionais dentro dos espaços de construção.

Foi possível notar que as jovens entrevistadas veem no feminismo negro um espaço frutífero de combate às opressões raciais e de gênero, além de acreditar na militância política por equidade social como um caminho a ser trilhado, não sem tecer críticas, ao modo como por vezes essa militância parece ser desenhada. Nesse sentido, por exemplo, chamam a atenção para o fato de que os movimentos sociais que lutam por equidade necessitam repensar-se a respeito do modo como as estratégias ao que se almeja vem sendo traçadas, e isso surge na fala das jovens, quando questionam a quem tem se direcionado os discursos militantes, se não ao próprio público já envolvido em espaços de militância do feminismo negro.

Acreditar nesses espaços militantes enquanto possibilidade de caminho para uma sociedade livre de desigualdades sociais gritantes como a nossa é sem dúvida uma mola propulsora para que sigamos construindo e reivindicando políticas para garantia de nossos direitos. É necessário crer em forças mobilizadoras que mesmo diante das estruturas racista e

sexista nos dão energia para seguir existindo e resistindo, combinando de não morrer, como diz Conceição Evaristo (2018) em um de seus contos (ainda que nem sempre o combinado dê certo...).

O diálogo com as jovens, o processo inteiro de escrita também me faz acreditar cada vez mais que a lente interseccional precisa ser utilizada na tentativa de dar conta de compreender como opressões se articulam e convergem, fazendo afirmar, como já feito por outras, que pensar unicamente opressões ligadas ao gênero não é suficiente para combater tais desigualdades, quando se fala da vivência de nós, mulheres negras. Mulheres que a história contada do feminismo tradicional não menciona, mas pelo contrário, invisibiliza o quanto antes mesmo da luta pela garantia de direitos civis, o que vem sendo tomado como marco inicial da organização da luta de mulheres (brancas), já éramos chefes de quilombos, comandando exércitos na luta pela liberdade dos nossos homens e mulheres. Diante disso vale a colocação de que contar a história das mulheres no Brasil, não é contar a história das mulheres negras no Brasil, tendo em vista as posições diferentes que essas ocupam em tal enredo.

No processo de construção, questiono-me também sobre o quanto a necessidade de enegrecer o feminismo, e a ênfase nisso, diz também de uma teoria/práxis que esforçamos para encaixarmo-nos enquanto mulheres negras, moldá-la de modo que nos caibamos. Não seria isso um desgaste talvez dispensável, tendo consciência de que desde outrora temos nos organizado antes de alguém nomear tal peleja como feminismo?

Talvez o mulherismo africana, possa me ajudar futuramente na construção de reflexões mais contundentes a esse respeito, e esse entra aqui na curiosidade de que em outra ocasião possa vir a explorá-lo, entendendo-o atualmente como mais uma ótica que também nomeia a luta de mulheres negras ao longo do tempo. Não tão popular quanto o feminismo negro, que vem ganhando espaços de discussão que o tornam cada vez mais visível e reconhecido, o mulherismo chega a mim a partir de algumas provocações sobre a não contemplação de mulheres negras pelo movimento feminista, ou mesmo a impossibilidade de enegrecimento desse. Não adentro nas teorias mulheristas ao longo desse trabalho, porém acreditei ser válido mencionar nesse momento provocações que o mesmo tece às mulheres negras e ao feminismo negro.

O desenrolar desse trabalho também me colocou diante de algumas outras teses e dissertações escritas por mulheres negras, em programas de pós-graduação das mais diversas áreas de conhecimento. O andamento do trabalho foi uma oportunidade de aproximar-me também de outras produções que traziam em seu escopo os mais diversos debates sobre as

condições das mulheres negras no Brasil, a partir do olhar de outras mulheres negras, que me faziam ver que era possível dar conta, embora muitas vezes tenha achado que não.

A escrita da dissertação foi um processo árduo, por entre outros motivos a falta de confiança em mim mesma quanto a atender às demandas que por vezes soavam sem sentido, propostas pela academia. Senti-me várias vezes dividida entre o prazer de escrever e mergulhar numa temática que desperta meu interesse e a preocupação de não estar cumprindo os prazos ou escrevendo nos moldes ditos corretos. Mas o mundo não gira em torno da academia, embora essa ache que sim, e use de suas armadilhas para que achemos também. O cronograma de mestrado embora seja feito para ser seguido (a princípio) não é soberano ao cotidiano de nenhuma de nós, o que por vezes impossibilitou o cumprimento de alguns prazos.

Ainda sobre prazos e correrias, gostaria de mencionar que os encontros com as interlocutoras, convocados com foco na dissertação foram verdadeiros presentes, que contribuíram de modo a engrandecer meu conhecimento a respeito de questões ligadas a militância e o lugar que essa ocupa na vida de tais. Como mencionado, já conhecia minhas interlocutoras, o que por vezes me fazia esperar certas respostas que nem sempre vieram, e que me faziam pensar nas incertezas do processo de fazer pesquisa.

Encerro dizendo o quanto foi impossível escrever esse trabalho sem me sentir envolvida e sem em alguns momentos dizer de mim, mesmo que sem ter sido perguntada, mesmo que esse dizer seja indireto. Enquanto mulher negra e jovem foi impossível não entender, por ter sentido na pele, algumas das vivências contadas pelas jovens com quem conversei. Lembro-me novamente de Conceição Evaristo, e de uma entrevista na qual a mesma fala sobre como tudo o que ela escreve, e nesse bojo entram poemas, contos e outros produtos, é profundamente marcado pela sua condição de mulher negra. O mesmo me serve agora, frente à dissertação.

## REFERÊNCIAS

- ADEVE, Ana. Memórias de um passado recente: I Encontro nacional de Jovens Feministas. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel (org.). **Jovens Feministas Presentes**. São Paulo: Ação Educativa/ Fundação Frederich Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009.
- AGUIAR, Cibele Maria Duarte de. **Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack**. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo-Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018.
- ANDRADE, Allyne; LUIZ, Cristiana; QUEIROZ, Deise. I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas. In: BARBOSA, Chindalena Ferreira; SAMPAIO, Gerson Sérgio Brandão; BARBOSA, Samoury Mugabe Ferreira (org.). **Juventudes Negras do Brasil: Trajetórias e lutas**. 1ed, 2012. p. 38-51. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11530.pdf> Acesso em: 04 jan. 2020.
- ARAGAKI, Sérgio Seiji.; LIMA, Maria Lúcia Chaves; PEREIRA, Camila Claudiano Quina; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (org.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 57-72. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/267328698\\_A\\_PRODUCAO\\_DE\\_INFORMACAO\\_NA\\_PESQUISA\\_SOCIAL\\_compartilhando\\_ferramentas](https://www.researchgate.net/publication/267328698_A_PRODUCAO_DE_INFORMACAO_NA_PESQUISA_SOCIAL_compartilhando_ferramentas). Acesso em: 04 jan. 2020.
- AZEREDO, Sonia. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. especial, p. 203-216, 1994.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (org.) **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 139-146.
- BALTAZAR, Bernadete. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 20, n.2, p.183-190, 2004.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n.1, p. 207-228, 2008.
- BELL puã – Narrativas de cor e dor – legendado. Vídeo (03:15). Publicado pelo canal GICA TV. São Paulo, 2017. Online. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Te7cJ\\_-3TxU](https://www.youtube.com/watch?v=Te7cJ_-3TxU). Acesso em: 07 jan. 2020.

- BUSIN, Valéria M. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis.** 2015. 290 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CAMARA, Flavia Danielle da Silva. **Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da Psicologia, os territórios de resistências.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2017.
- CAMPOS, Ioneide Oliveira. **Saúde mental e gênero em um CAPS II de Brasília: condições sociais, sintomas, diagnósticos e sofrimento psíquico.** 2016. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- CARDOSO, Claudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Org.) **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.
- \_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. v. 17, n 49. p. 117-133, 2003b.
- \_\_\_\_\_. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.
- CARVALHO, Jamile; QUINTILIANO, Raquel. Conquistas e desafios à participação política de mulheres negras. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel (Org.). **Jovens Feministas Presentes**. São Paulo: Ação Educativa / Fundação Frederick Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009.
- CASTRO, Fabiana Leonel de. **Negras jovens feministas: sexualidade, imagens e vivências.** Dissertação (mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 132 f. 2010.
- CASTRO, Lúcia Rabello. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 25, n.4, p. 479-487, 2009.
- CIAMPA, Antônio da Costa. Entrevista com Kabengele Munanga: "Qual é a explicação dessa ausência e desse silêncio..." **Psicologia & Sociedade**, v. 12 n° ½, p. 5-17, 2000.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.
- \_\_\_\_\_. Black Feminist Epistemology In: **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. New York, London: Routledge, 2000, p. 251-271.
- CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude *et al* (org.) **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org). **Relações raciais – referências técnicas para a atuação de psicólogas/os**. Brasília, 2017.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (org.) **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 23-47.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos feministas**. Ano 10, p. 171-188, 2002.

D'ÁVILA, Michele Nunes. **Mulheres da paz: histórias de vida, interseccionalidade e processos de subjetivação**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1. Ed. São Paulo. Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, raça e classe**. 1. Ed. - São Paulo. Boitempo, 2016.

DELL'AGLIO, Daniela Delbosco. **MARCHA DAS VADIAS: Entre tensões dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro. **Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas**. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v.12, n. 23, p. 100-122, 2007.

ESPECIAL Poesia – Adelaide Santos. Vídeo (01:59 min). Publicado pelo canal Revista Continente. Captação e Edição: Eric Gomes, Recife, 2018. Online. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HFO1u\\_vQXhY](https://www.youtube.com/watch?v=HFO1u_vQXhY) Acesso em: 07 jan. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018

\_\_\_\_\_, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FERNANDES, Danúbia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24 n.3 p. 691-713, setembro/dezembro, 2016.

FRASER, Marcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sonia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, 2004, p. 139-152.

FREITAS, Shirleyde Mirelle da Costa. **Nas mãos: A criança e o cachimbo. As experiências de maternidade das mulheres usuárias de crack**. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

GOES, Emanuelle; MOORE, Hanna; FIGUEIREDO, Juliana. Mulheres Negras, racismo e a (não) garantia dos direitos reprodutivos. In: **18º REDOR: perspectivas feministas de Gênero: desafios no campo da militância e das práticas**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014, p. 822-832. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1941/679> Acesso em: 05 jan. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47, p. 333-361, 2011.

GOMES, Fernanda Sardelich Nascimento. **Juventude interseccional e a sexualidade vivida nas relações afetivo-sexuais de jovens rurais e urbanos/as**. 2016. 386 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GOMES, Vanessa Benevides Martins. **Juventude e projeto de vida: um Estudo Interseccional dos Modos de Subjetivação de Universitários/as de Origem Popular**. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GONÇALVES, João Paulo Bernardes. **As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: As experiências no estado de Minas Gerais**. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p.223-244, 1984.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quarto genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, n.1, v.31, p.25-49, 2016.

HAMANN, Cristiano. **Itinerários, práticas e significações do sexo tarifado entre homens**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p.07-41, 1995.

hooks, bell. Intelectuais negras, **Estudos Feministas**. Ano 3, p.464-478, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ain't I a woman? Black woman and feminism**. 1ª edição, 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014.

JABARDO, Mercedes. Introducción: construyendo puentes: en diálogo desde / con el feminismo negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). In: **Feminismos negros: uma antologia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2002, p. 27-56.

KOLLER, Silvia. H; NARVAZ, Martha G. Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. p. 647-654, 2006.

LEITE JUNIOR, Francisco Fransinete. **Travestilidades e envelhecimentos: cartografando modos de vida na transcontemporaneidade**. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

LEMOS, Rosália. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano XVI, n. 185, p.12-25, 2016.

LORDE, Audre. **I Am Your Sister – Collected and unpublished writings of Audre Lorde**. Oxford University Press, 2009. Tradução: Herética Editorial Lésbico-Feminista Independente. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA%20bkt.pdf> Acesso em: 15 jan. 2018.

LORDE, Audre. Uma ladainha por sobrevivência. In: **The Collected Poetry of Audre Lorde**. New York. Ed: W. W. Norton, 1997. Tradução: Tatiana Nascimento. Disponível em: <http://kk2011.confabulando.org/index.php/Main/AudreLorde> Acesso em: 07 jan. 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.22, p.935-952, 2014.

MARQUES, Andrea Regina. **As “mulatas” de Di Cavalcanti – um estudo em Psicologia Social**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MAYORGA, Cláudia; PINTO, Geíse Pinheiro. Juventudes: a pluralização da experiência ou a invisibilidade das relações de poder. In: MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; ARAÚJO, Tatiana Cristina dos Santos de (Org.) **JUBRA - Territórios Interculturais de Juventude**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 101-114.

MORAIS, Danilo de Souza. Movimento de juventude negra e construção democrática no Brasil. In: MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; ARAÚJO, Tatiana Cristina dos Santos de (Org.) **JUBRA - Territórios Interculturais de Juventude**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 283-308.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF; 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Rev. Reflexão e Crítica**. v. 18, n. 3, p. 408-412, 2005.

NOGUEIRA, Isildinha B. O corpo da mulher negra. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, ano XIII, nº 135, 1999.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo Contra Negros: sutileza e persistência. **Psicologia Política**. v. 14, nº 29, p. 101-121, 2014.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativa de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, nº 1, p. 89-98, 2006.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvona S. (org.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz, 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 219-257.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulher Negra: Corpo, Sexualidades e Representações. In: SANTIAGO, Ana Rita; RIBEIRO, Denize de Almeida [et. Al.] (org.) **Tranças e redes: tessituras sobre África e Brasil**. Cruz das Almas, Bahia: UFRB, 2014, p. 46-57.

PETRY, Heloísa. **Batalha das mina: o rap como territórios de luta em Florianópolis**. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. v. 11, n 2, jul-dez, p. 263-274, 2008.

RODRIGUES, Thalita. **Concepções de violência e interseccionalidade: Análise de um Centro de Referência de Atendimento à Mulheres em situação de violência**. 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RIBEIRO, Erci. **Violência Psicológica: Do Conceitual à Percepção dos(as) Conselheiros(as) Tutelares do Distrito Federal (Uma Abordagem Interseccional) Brasília - DF 2017**. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Minas Gerais, Letramento, 2017.

ROMANO, Alice Queiroz Telmo. **Imigração de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul: trajetórias e relações de gênero**. 2017. 77 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Aílla Kássia de Lemos. Movimentos negros em Pernambuco e a imprensa negra como estratégia de luta (1980-1990). **Revista Cantareira**, Ed. 27 / jul-Dez, p. 17-31, 2017.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Zumbi**. São Paulo, Editora Moderna, 1985.

SANTOS, Regina Coeli Benedito dos; GÓIS, João Bosco Hora. Gênero, Raça e Solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, p. 71-98, 2007.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia Política**, v. 10, nº 19, p. 41-55, 2010.

\_\_\_\_\_. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**. v. 26, nº 01 p. 83-94, 2014.

SILVA, Carolina Cavalcanti Lins. **Da busca pela cidadania à luta pela vida: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, Emanuely Arco Iris; LAGE, Allene Carvalho. É possível democratizar a ciência? Reflexões sobre a contribuição da epistemologia feminista para pensar além da ciência sexista. **REALIS**, v.4, n. 01, p. 84-97, 2014.

SILVA, Gabriela Baptista. **Políticas identitárias e de conjugalidades: agenciamentos na Galeria LGBTT do Presídio Central de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Roseane Amorim da. **Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVEIRA, Raquel da Silva. **Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade**. 2013. 242 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SOUZA, Leyllyanne Bezerra de. **“Quando não tem bebida, morgan logo!” Um estudo interseccional sobre juventude e consumo de álcool**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUZA, Maíra Ribeiro de. **Entre o governo e a resistência: uma análise do discurso do protagonismo juvenil**. 325 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Juiz de Fora, 2016.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade**, v.15, n.2, p.18-42, 2003.

\_\_\_\_\_. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. **Psicologia e Sociedade**. v. 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008.

WERNECK, J. O Belo ou o Puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In: ROTANIA, Ana Aejaandra; WERNECK, Jurema. (org). **Sob o Signo das Bios: vozes críticas da sociedade civil**. v. 1. Rio de Janeiro, E-papers Serviços Editoriais, 2004.

WINDMÖLLER, Naiara. **Construção das masculinidades em depressão: revisão de literatura e análise de casos**. 2016. 88 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

XAVIER, Eliana Costa. **“Tá dentro, não tá fora”: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

## **APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA MESTRADO EM PSICOLOGIA**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Raça e gênero nas experiências de militância de jovens feministas negras, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Dandara Maria Oniilari Ferreira da Silva, Rua Professor José Amarino dos Reis, 26, Linha do Tiro, Recife, PE, cep 52211-151, 81 99510-2719, d.oniilari@gmail.com e está sob a orientação de Jaileila de Araújo Menezes, Telefone: 81 99875-7706, e-mail jaileila.araujo@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

A pesquisa tem como objetivo, analisar de que forma o cruzamento entre as categorias de raça e gênero atravessam as experiências de vida e militância de jovens feministas negras. O levantamento dos dados será feito a partir de entrevistas semiestruturadas, com jovens mulheres negras da região metropolitana da cidade de Recife. Esse levantamento de dados acontecerá nos meses de agosto, setembro e outubro. A pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre raça e gênero no campo da Psicologia. No que diz respeito aos riscos da pesquisa, informamos que essa pode causar algum tipo de desconforto ou constrangimento, assim asseguramos o sigilo das informações fornecidas e ressaltamos novamente que é possível abandonar o estudo a qualquer momento. Quanto aos benefícios, a pesquisa possibilitará reflexões a respeito das temáticas investigadas, além de contribuir com a discussão sobre raça e gênero no campo da Psicologia.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações de áudio), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: [cepccs@ufpe.br](mailto:cepccs@ufpe.br).**

\_\_\_\_\_  
(assinatura do pesquisador)

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo Raça e gênero nas experiências de militância de jovens feministas negra, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Impressão  
digital

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### INTRODUÇÃO

Apresentação da pesquisa e do termo de consentimento livre e esclarecido. Contextualização a respeito do que eu conheço da pessoa com quem converso e sua atuação política.

### **OBJETIVO I - Sistematizar os significados que as jovens negras produzem sobre raça, gênero e suas articulações;**

1. Você se entende enquanto uma jovem negra?
2. Você poderia falar sobre como essa percepção racial aconteceu?
3. Você acha que esse pertencimento racial te coloca frente a experiências que se diferenciam de outras pessoas, sendo essas não-negras?
4. Como seria essa diferenciação?
5. E enquanto mulher, isso também precisaria ser levado em consideração?
6. Você já passou por experiências discriminatórias ligadas à raça?
7. E experiências discriminatórias relacionadas ao gênero?

### **OBJETIVO II - Compreender como se dá a participação de jovens negras em espaços de militâncias feministas e antirracistas;**

8. Há quanto tempo você é envolvida com ações de militância?
9. Como era sua vida antes de você se organizar nesses espaços de militância?
10. Você pode me contar como começou na militância? O que / quem te levou a esse caminho?
11. Qual é a pauta central do seu coletivo?
12. Como acontecem as atuações de vocês?
13. Quais são as atividades que você desempenha no seu coletivo?
14. Você conhece/pode falar um pouco a respeito dos espaços de militância feminista da cidade?
15. E a respeito dos espaços de militância antirracista?
16. Além dos espaços organizados pelo seu coletivo, você costuma frequentar outros espaços de militância?  
**Caso sim**, quais são esses?  
 Você considera esses espaços enquanto importante pra traçar o debate racial?  
 E o debate de gênero?  
**Caso não**, por quais motivos?
17. Quais conflitos nos espaços de militância que articulam as pautas de raça e gênero você consegue perceber quando circula nos espaços?  
 E no seu coletivo?  
 Como você lida?

### **OBJETIVO III - Analisar como tais jovens significam e articulam os processos de militância política de cada categoria em suas aproximações e/ou distanciamentos.**

18. Você sente que a sua militância está mais ligada a discussão da igualdade de gênero ou da igualdade racial?
19. E quanto ao seu coletivo?
20. É possível traçar uma militância que aproxime as discussões de raça e de gênero?  
**Caso sim**, quais seriam as estratégias?  
**Caso não**, o que te faz achar isso?

21. Pra você essa aproximação nos espaços de militância é importante? Por quê?
22. Você acha que isso tem acontecido em coletivos que pautam discussões ligadas a negritude?  
**Caso sim**, você pode trazer exemplos de como essa aproximação entre essas duas pautas tem acontecido?  
**Caso não**, o que falta para que aconteça?
23. E em coletivos que trazem a discussão sobre feminismo?  
**Caso sim**, você pode trazer um exemplo de como essa aproximação entre essas duas pautas tem acontecido?  
**Caso não**, o que falta para que aconteça?

### **ENCERRAMENTO**

24. Você teria em mente algum grupo/coletivo que ache que traria pontuações importantes a respeito dessas questões que conversamos aqui?
25. Tem alguma coisa que você queira acrescentar sobre o que conversamos?

### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

26. Qual o seu nome?
27. Qual a sua idade?
28. Como você se coloca no quesito raça/cor? Tomando as possibilidades colocadas pelo IBGE, sendo essas: branco, pardo, preto, amarelo, indígena.
29. Qual a sua orientação sexual?
30. Você mora em que bairro?
31. Qual seu estado civil?
32. Qual sua religião?
33. Você mora com quem?
34. Você estuda?
35. Você trabalha?
36. De quanto é a renda mensal na sua casa? Sendo as opções: menos de um salário mínimo, de um a três salários mínimos, de três a cinco salários mínimos, mais de cinco salários mínimos.
37. A qual coletivo está vinculada?

**APÊNDICE C - TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS (2007-2017)**  
**(Atualizado em 08/2018)**

TESE/DISSERTAÇÃO	TÍTULO	UNIVERSIDADE	PROGRAMA	ANO	AUTOR / A
Dissertação	Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2013	André Geraldo Ribeiro Diniz

Tese	Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional	2013	Raquel da Silva Silveira
Dissertação	Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2014	Cibele Maria Duarte de Aguiar
Dissertação	Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2014	Roseane Amorim da Silva
Dissertação	“Tá dentro, não tá fora”: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme	PUCRS	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2015	Eliana Costa Xavier
Dissertação	Nas mãos: A criança e o cachimbo. As experiências de maternidade das mulheres usuárias de crack	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2015	Shirleidy Mirelle da Costa Freitas
Dissertação	Travestilidades e envelhecimentos: cartografando modos de vida na transcontemporaneidade	UNIFOR	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2015	Francisco Francinete Leite Junior
Tese	Morra para se libertar: estigmatização e violência	USP	Psicologia Social	2015	Valeria Melki Busin

	contra travestis				
Dissertação	Concepções de violência e interseccionalidade: análise em um centro de referência de atendimento a mulheres em situação de violência	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2015	Thalita Rodrigues
Dissertação	“Quando não tem bebida, morgan logo!” Um estudo interseccional sobre juventude e consumo de álcool	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2015	Leyllyanne Bezerra de Souza
Dissertação	As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais.	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2015	João Paulo Bernardes Gonçalves
Dissertação	Construção das masculinidades em depressão: revisão de literatura e análise de casos	UnB	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura	2016	Naiara Windmöller
Tese	Juventude interseccional e a sexualidade vivida nas relações afetivo-sexuais de jovens rurais e urbanos/as	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2016	Fernanda Sardelich Nasximento Gomes
Dissertação	Mulheres da paz: histórias de vida, interseccionalidade e processos de subjetivação	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional	2016	Michele Nunes D’Ávila

Dissertação	Marcha das vadias: entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional	2016	Daniela Dalbosco Dell'Aglio
Tese	Saúde mental e gênero em um CAPS II de Brasília: condições sociais, sintomas, diagnósticos e sofrimento psíquico	UnB	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura	2016	Ioneide de Oliveira Campos
Dissertação	Itinerários, práticas e significações do sexo tarifado entre homens	PUCRS	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2016	Cristiano Hamann
Dissertação	Da busca pela cidadania à luta pela vida: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL	UFAL	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2016	Carolina Cavalcante Lins Silva
Dissertação	Juventude e projeto de vida: um Estudo Interseccional dos Modos de Subjetivação de Universitários/as de Origem Popular	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2016	Vanessa Benevides Martins Gomes

Dissertação	Entre o governo e a resistência: uma análise do discurso do protagonismo juvenil	UFJF	Programa de Pós-graduação Psicologia	2017	Maira Ribeiro de Souza
Dissertação	Políticas identitárias e de conjugalidades: agenciamentos na Galeria LGBTT do Presídio Central de Porto Alegre	PUCRS	Programa de Pós-Graduação Psicologia	2017	Gabriela Baptista Silva
Dissertação	Imigração de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul: trajetórias e relações de gênero	PUCRS	Programa de Pós-Graduação Psicologia	2017	Alice Queiroz Telmo Romano
Dissertação	Batalha das mina: o rap como território de lutas em Florianópolis	UFSC	Programa de Pós-Graduação Psicologia	2017	Heloísa Petry
Dissertação	Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da Psicologia, os territórios de resistências	UFPA	Programa de Pós-Graduação Psicologia	2017	Flavia Danielle da Silva Camara
Dissertação	As "mulatas" de Di Cavalcanti – um estudo em Psicologia Social	UFMG	Programa de Pós-Graduação Psicologia	2017	Andrea Regina Marques
Dissertação	Violência Psicológica: Do Conceitual à Percepção dos(as) Conselheiros(as) Tutelares do Distrito Federal (Uma Abordagem Interseccional) Brasília - DF 2017	UCB	Programa de Pós-Graduação Psicologia	2017	Erci Ribeiro